



Número: **0800063-13.2019.8.18.0078**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **1ª Vara da Comarca de Valença do Piauí**

Última distribuição : **28/08/2019**

Valor da causa: **R\$ 13.500,00**

Assuntos: **Acidente de Trânsito**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
LEONARDO ALVES LIMA (AUTOR)		JULIANA ROCHA PINTO PORTELA NUNES (ADVOGADO)	
SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. (REU)		EDNAN SOARES COUTINHO (ADVOGADO)	
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
13161754	17/11/2020 16:54	ALVARÁ	ALVARÁ
11272695	12/08/2020 08:35	Despacho	Despacho
11163932	05/08/2020 20:53	Petição	Petição
11163933	05/08/2020 20:53	2660154_PETICAO_INTERLOCUTORIA_01	Petição
11163938	05/08/2020 20:53	OFÍCIO	DOCUMENTO COMPROBATÓRIO
11163941	05/08/2020 20:53	BOLETO	DOCUMENTO COMPROBATÓRIO
10366423	20/06/2020 00:18	Certidão	Certidão
10366421	20/06/2020 00:15	Certidão	Certidão
10366422	20/06/2020 00:15	e-mail Leonardo	Comprovante
10311702	20/06/2020 00:07	Ofício	Ofício
10313267	18/06/2020 09:09	ALVARÁ	ALVARÁ
10318906	18/06/2020 09:09	ALVARÁ	ALVARÁ
10065878	17/06/2020 10:01	Despacho	Despacho
10062811	03/06/2020 10:57	Petição JUNTADA DE CUSTAS FINAIS	Petição
10062813	03/06/2020 10:57	2660154_JUNTADA_DE_CUSTAS_FINAIS_01	Petição
10062815	03/06/2020 10:57	2660154_JUNTADA_DE_CUSTAS_FINAIS_Anexo_02	DOCUMENTO COMPROBATÓRIO
10018782	01/06/2020 14:20	Petição	Petição
10018785	01/06/2020 14:20	petição conta LEONARDO	Petição
9795060	31/05/2020 21:21	Despacho	Despacho

9763056	18/05/2020 23:21	Petição	Petição
9763059	18/05/2020 23:21	alvara LEONARDO ALVES	Petição
9748544	18/05/2020 13:57	Petição REQUERENDO A JUNTADA DO COMPROVANTE DE PAGAMENTO DA LIQUIDAÇÃO	Petição
9748548	18/05/2020 13:57	2660154_PETICAO_DE_JUNTADA_DE_LIQUIDACAO_01	Petição
9748549	18/05/2020 13:57	2660154_PETICAO_DE_JUNTADA_DE_LIQUIDACAO_Anexo_02	DOCUMENTO COMPROBATÓRIO
9748550	18/05/2020 13:57	2660154_PETICAO_DE_JUNTADA_DE_LIQUIDACAO_Anexo_03	DOCUMENTO COMPROBATÓRIO
9357202	22/04/2020 20:08	Intimação	Intimação
9357201	22/04/2020 20:08	Intimação	Intimação
9331558	22/04/2020 14:21	Sentença	Sentença
9321854	20/04/2020 18:43	Petição	Petição
9321858	20/04/2020 18:43	CONTRARRAZÕES LEONARDO ALVES	Petição
9160204	07/04/2020 14:15	Despacho	Despacho
8991728	27/03/2020 17:30	EMBARGOS DE DECLARAÇÃO	Petição
9007780	27/03/2020 17:30	2660154_EMBARGO_DECLARACAO_SENTENCA_1A_INST_01	Petição
8865903	17/03/2020 17:11	Despacho	Despacho
8380167	14/02/2020 12:36	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	Petição
8380183	14/02/2020 12:36	LEONARDO	Petição
7378589	11/12/2019 23:46	Sentença	Sentença
7437571	02/12/2019 17:23	Petição	Petição
7437572	02/12/2019 17:23	2660154_JUNTADA_DE_HONORARIOS_PERICIAIS_JUR_01	Petição
7437573	02/12/2019 17:23	Anexo_01	Comprovante
7381401	28/11/2019 09:55	HABILITAÇÃO EDNAN SOARES COUTINHO OAB/PI	Petição
7317139	25/11/2019 11:54	Ata da Audiência	Ata da Audiência
7318250	25/11/2019 11:54	63-13.2019	Ata da Audiência
7318253	25/11/2019 11:54	63-13_22-11-2019-110301	Laudo Pericial
7193333	14/11/2019 14:13	Certidão	Certidão
7193338	14/11/2019 14:13	AR (24)	AVISO DE RECEBIMENTO
6934613	29/10/2019 16:46	PROCURAÇÕES OU SUBSTABELECIMENTOS	PROCURAÇÕES OU SUBSTABELECIMENTOS
6934614	29/10/2019 16:46	CARTA DE PREPOSTOS	Documentos
6934615	29/10/2019 16:46	SUBSTABELECIMENTO	PROCURAÇÕES OU SUBSTABELECIMENTOS
6934596	29/10/2019 16:45	CONTESTAÇÃO	CONTESTAÇÃO
6934598	29/10/2019 16:45	2660154_CONTESTACAO_01	CONTESTAÇÃO
6934599	29/10/2019 16:45	Anexo_01	Documentos

69346 09	29/10/2019 16:45	Anexo_02	Documentos
65943 01	03/10/2019 13:56	CARTA	CARTA
65943 02	03/10/2019 13:56	CARTA5	CARTA
63175 98	18/09/2019 01:38	Despacho	Despacho
62868 68	10/09/2019 13:28	Certidão	Certidão
61380 77	28/08/2019 17:57	Petição Inicial	Petição Inicial
61380 81	28/08/2019 17:57	PETIÇÃO	Petição
61381 97	28/08/2019 17:57	LEONARDO	Documentos
61382 01	28/08/2019 17:57	relatório	Documentos

17/11/2020 10:18

ALVARÁ

Tipo de documento: ALVARÁ

Descrição do documento: ALVARÁ

Id: 13161754

Data da assinatura: 17/11/2020

Atenção

Por motivo técnico, este documento não pode ser adicionado à compilação selecionada pelo usuário. Todavia, seu conteúdo pode ser acessado nos 'Autos Digitais' e no menu 'Documentos'.

12/08/2020 00:56

Despacho

Tipo de documento: Despacho

Descrição do documento: Despacho

Id: 11272695

Data da assinatura: 12/08/2020

Atenção

Por motivo técnico, este documento não pode ser adicionado à compilação selecionada pelo usuário. Todavia, seu conteúdo pode ser acessado nos 'Autos Digitais' e no menu 'Documentos'.

segue em anexo petição interlocutória requerendo desarquivamento e devolução dos honorários pagos em duplicidade





EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA ÚNICA VARA CÍVEL DA COMARCA DE VALENCA DO PIAUI/PI

Processo: 08000631320198180078

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A, previamente qualificada nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada por seus advogados que esta subscrevem, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **LEONARDO ALVES LIMA**, em trâmite perante este Douto Juízo, vem respeitosamente, à presença de V. Exa., **requerer o DESARQUIVAMENTO, a fim de viabilizar a DEVOLUÇÃO DOS HONORÁRIOS PERICIAIS PAGOS EM DUPLICIDADE (depósito judicial e ofício único de pagamento).**

Consoante se verifica nos autos e da documentação que segue em anexo, houve depósito a título de pagamento de honorários periciais, em cumprimento à intimação de fls., contudo, o processo foi relacionado para evento de mutirão de perícias, ocasião em que houve o pagamento da prova através de ofício único, restando, portanto, pagamento em duplicidade.

Desta forma, com fulcro no art. 906, parágrafo único do CPC, requer a Ré que Vossa Excelência se digne determinar a expedição de **OFÍCIO DE TRANSFERÊNCIA DIRETA no montante do valor depositado**, com seus acréscimos legais, em favor da **SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A., CNPJ/MF: 09.248.608/0001-04**, autorizando ao Banco depositante a efetuar transferência direta na **conta corrente nº 644000-2, Agência: 1912-7, BANCO DO BRASIL S.A.**

Requer ainda, seja determinado que o banco depositante junte aos autos o respectivo comprovante da transferência realizada através de TED da quantia expedida mediante ofício, possibilitando ao patrono da Ré realizar prestação de contas com maior clareza e transparência, informando o saldo líquido e a data exata da



transferência

realizada.

Por fim, que seja observado exclusivamente o nome do advogado EDNAN SOARES COUTINHO 1841/PI, para efeito de intimações futuras, sob pena de nulidade das mesmas.

Termos em que,

Pede Juntada.

VALENCA DO PIAUI, 5 de agosto de 2020.

João Barbosa
OAB/PI 10201

EDNAN SOARES COUTINHO
1841 - OAB/PI





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ
VARA CÍVEL DA COMARCA DE VALENÇA DO PIAUÍ DA COMARCA DE VALENÇA DO
PIAUÍ
Rua General Propício de Castro, 394, Centro, VALENÇA DO PIAUÍ - PI - CEP: 64300-000

PROCESSO Nº: 0800862-46.2019.8.18.0049

CLASSE: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

ASSUNTO(S): [Seguro]

AUTOR: JOAO DE DEUS LIMA E SILVA

RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

OFÍCIO Nº 41/2019

VALENÇA DO PIAUÍ, 26 de novembro de 2019.

À Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A
Dr. Paulo Leite

Gerência Jurídica Corporativa

Rua da Assembléia, nº 100, 26º Andar - Centro

CEP- 20.011-904- Rio de Janeiro-RJ

Assunto: Cobrança de honorários periciais inerentes ao Mutirão de Conciliação DPVAT, realizado nos dias 19, 20 e 21 de novembro de 2019, na 1ª Vara Cível da Comarca de Valença do Piauí.

Sirvo-me do presente para determinar que os honorários periciais a que faz jus a perita nomeada por este Juízo, Dra. ANANDA NOLETO ARAGÃO ANTUNES — CRM/PI N.º 7730, CPF nº 057.887.083-54, no valor de **R\$ 200,00** (duzentos reais), por perícia realizada, sejam depositados na Conta Corrente de n.º 122966-4, Agência 3022-8 — Banco do Brasil S/A.

De resto, foram realizadas **64 (sessenta e quatro)** perícias, porém, **14 (quatorze)** já encontram-se pagas, portanto, o valor a ser depositado é o montante de **R\$ 10.000,00 (dez mil reais)**, que deverá ser efetuado no prazo de **10 (dez) dias úteis**, contados a partir da data de recebimento deste.

Em anexo, segue o quantitativo de perícias realizadas na Vara Cível da Comarca de Valença do Piauí.

Dr. Juscelino Norberto da Silva Neto

Juiz de Direito da 1ª Vara Cível da Comarca de Valença do Piauí



Assinado eletronicamente por: JUSCELINO NORBERTO DA SILVA NETO - 26/11/2019 12:20:05
<https://tjpi.pje.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=1911261220058140000007018366>
Número do documento: 1911261220058140000007018366

Num. 7344136 - Pág. 1



Assinado eletronicamente por: EDNAN SOARES COUTINHO - 05/08/2020 20:54:51
<http://tjpi.pje.jus.br:80/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20080520532304600000010579331>
Número do documento: 20080520532304600000010579331

Num. 11163938 - Pág. 1

16	14:40	ANANDA NOLETO ARAGÃO ANTUNES-CRM 7730	0801849-19.2018.8.18.0049	RAFAEL CARDOSO DOS SANTOS
17	15:00	ANANDA NOLETO ARAGÃO ANTUNES-CRM 7730	0801846-64.2018.8.18.0049	JOSE PEREIRA PAIVA
18	15:20	ANANDA NOLETO ARAGÃO ANTUNES-CRM 7730	0801828-43.2018.8.18.0049	JOANA MARIA DA CONCEICAO
19	15:40	ANANDA NOLETO ARAGÃO ANTUNES-CRM 7730	0801822-36.2018.8.18.0049	FRANCISCO ANTONIO ALVES PEREIRA
20	16:20	ANANDA NOLETO ARAGÃO ANTUNES-CRM 7730	0800058-88.2019.8.18.0078	DELC MAR FERREIRA NUNES
21	16:40	ANANDA NOLETO ARAGÃO ANTUNES-CRM 7730	0800060-58.2019.8.18.0078	FRANCISCO RAFAEL PEREIRA DA SILVA
22	17:00	ANANDA NOLETO ARAGÃO ANTUNES-CRM 7730	0800063-13.2019.8.18.0078	LEONARDO ALVES LIMA
23	17:20	ANANDA NOLETO ARAGÃO ANTUNES-CRM 7730	0800077-94.2019.8.18.0078	RONEI CARLOS SOARES E SOUZA
24	17:40	ANANDA NOLETO ARAGÃO ANTUNES-CRM 7730	0800076-12.2019.8.18.0078	FRANCISCO DAS CHAGAS DE NEGREIROS



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ

GUIA DE DEPÓSITO JUDICIAL VIA BOLETO DE COBRANÇA

Autor: JOAO DE DEUS LIMA E SILVA

Réu: SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO

VALENCA DO PIAUI - VARA UNICA-VALENCA DO PIA

Processo: 0800862-46.2019.8.18.0049 - ID 081220000002507270

Guia com núm. Conta Judicial disponível no dia seguinte ao

pgto em www.bb.com.br>Governo>Judiciário>Guia Dep. Judicial

ATENÇÃO! Observar o prazo definido pelo Juízo competente

para efetivação do depósito.

BANCO DO BRASIL		001-9	00190.00009 02836.585006 80993.596172 5 81470001000000	
Nome do Pagador/CPF/CNPJ/Endereço SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO CNPJ: 09.248.608/0001-04 TRIBUNAL DE JUSTICA.PI - PROCESSO: 0800862-46.2019.8.18.0049, VALENCA DO PIAUI - VARA UNICA-VALENCA DO PIA				
Sacador/Avalista				
Nosso-Número 28365850080993596	Nr. Documento 81220000002507270	Data de Vencimento 27/01/2020	Valor do Documento 10.000,00	(=) Valor Pago 10.000,00
Nome do Beneficiário/CPF/CNPJ/Endereço BANCO DO BRASIL S/A				
Agência/Código do Beneficiário 2234 / 99747159-X			Autenticação Mecânica	

BANCO DO BRASIL		001-9	00190.00009 02836.585006 80993.596172 5 81470001000000	
Local de Pagamento PAGÁVEL EM QUALQUER BANCO ATÉ O VENCIMENTO		Data de Vencimento 27/01/2020		
Nome do Beneficiário/CPF/CNPJ BANCO DO BRASIL S/A		Agência/Código do Beneficiário 2234 / 99747159-X		
Data do Documento 27/11/2019	Nr. Documento 81220000002507270	Espécie DOC ND	Aceite N	Data do Processamento 27/11/2019
Uso do Banco 81220000002507270	Carteira 17	Espécie R\$	Quantidade	xValor
Informações de Responsabilidade do Beneficiário GUIA DE DEP SITO JUDICIAL. ID Nr. 081220000002507270 Comprovante c/ nº Conta Judicial disponível no dia seguinte ao pgto, pelo site www.bb.com.br , opção S etor Público> Judiciário>Guia Dep.Jud.>Comprovante Pag.Dep				Nosso-Número 28365850080993596
				(-) Valor do Documento 10.000,00
				(-) Desconto/Abatimento
				(+) Juros/Multa
				(-) Valor Cobrado 10.000,00
Nome do Pagador/CPF/CNPJ/Endereço SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO CNPJ: 09.248.608/0001-04 TRIBUNAL DE JUSTICA.PI - PROCESSO: 0800862-46.2019.8.18.0049, VALENCA DO PIAUI - VARA UNICA-VALENCA DO PIA				
Código de Baixa				
Sacador/Avalista		Autenticação Mecânica - Ficha de Compensação		



BANCO DO BRASIL S.A.

COMPROVANTE DE OPERAÇÃO

FORMA DE PAGAMENTO: FICHA DE COMPENSACAO

CLIENTE: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT SA

CNPJ: 09.248.608/0001-04

BANCO: 1

AGÊNCIA: 1912-7

CONTA: 6406866-8

DATA DA OPERAÇÃO:

05/12/2019

VALOR TOTAL:

10.000,00

CLIENTE: BANCO DO BRASIL SA

REPRESENTAÇÃO NUMÉRICA

DO CÓDIGO DE BARRAS: 00195814700010000000000002836585008099359617

Nr. da Autenticação: 70A5380898639542





N° DA PARCELA		DATA DO DEPÓSITO	AGÊNCIA (PREF / DV)	N° DA CONTA JUDICIAL
0		28/11/2019	2761	1000130059680
DATA DA GUIA	N° DA GUIA	N° DO PROCESSO	TRIBUNAL	TIPO DE JUSTIÇA
27/11/2019	2660154	08000631320198180078	TRIBUNAL DE JUSTICA	
COMARCA	ORGÃO/VARA	DEPOSITANTE	VALOR DO DEPÓSITO (R\$)	
VALENCA DO PIAUI	VARA UNICA	RÉU	200,00	
NOME DO RÉU/IMPETRADO		TIPO DE PESSOA	CPF / CNPJ	
		Jurídico		
NOME DO AUTOR / IMPETRANTE		TIPO DE PESSOA	CPF / CNPJ	
LEONARDO ALVES LIMA		Física	05705849303	
AUTENTICAÇÃO ELETRÔNICA				
E3CCE676C31AD362				
CÓDIGO DE BARRAS				



20/06/2020 00:18

Certidão

Tipo de documento: Certidão

Descrição do documento: Certidão

Id: 10366423

Data da assinatura: 20/06/2020

Atenção

Por motivo técnico, este documento não pode ser adicionado à compilação selecionada pelo usuário. Todavia, seu conteúdo pode ser acessado nos 'Autos Digitais' e no menu 'Documentos'.

20/06/2020 00:14

Certidão

Tipo de documento: Certidão

Descrição do documento: Certidão

Id: 10366421

Data da assinatura: 20/06/2020

Atenção

Por motivo técnico, este documento não pode ser adicionado à compilação selecionada pelo usuário. Todavia, seu conteúdo pode ser acessado nos 'Autos Digitais' e no menu 'Documentos'.

20/06/2020

De:	sec.valenca@tjpi.jus.br
Para:	age2761@bb.com.br
Data:	Sáb, Jun 20, 2020, 00:13
Assunto:	Envio de Alvarás
Anexos:	OFICIO LEONARDO.pdf, ALVARÁ LEONARDO.pdf, ALVARÁ JULIANA LEONARDO.pdf, DESPACHO LEONARDO.pdf

Boa noite!

Sem em anexos, alvarás judiciais expedidos no Processo nº 0800063-13.2019.8.18.0078, para fins de cumprimento.

ATT,

Beatriz Maria da Silva Dantas
Analista Judicial/Secretária



17/06/2020 15:38

Ofício

Tipo de documento: Ofício

Descrição do documento: Ofício

Id: 10311702

Data da assinatura: 20/06/2020

Atenção

Por motivo técnico, este documento não pode ser adicionado à compilação selecionada pelo usuário. Todavia, seu conteúdo pode ser acessado nos 'Autos Digitais' e no menu 'Documentos'.

17/06/2020 16:37

ALVARÁ

Tipo de documento: ALVARÁ

Descrição do documento: ALVARÁ

Id: 10313267

Data da assinatura: 18/06/2020

Atenção

Por motivo técnico, este documento não pode ser adicionado à compilação selecionada pelo usuário. Todavia, seu conteúdo pode ser acessado nos 'Autos Digitais' e no menu 'Documentos'.

17/06/2020 23:07

ALVARÁ

Tipo de documento: ALVARÁ

Descrição do documento: ALVARÁ

Id: 10318906

Data da assinatura: 18/06/2020

Atenção

Por motivo técnico, este documento não pode ser adicionado à compilação selecionada pelo usuário. Todavia, seu conteúdo pode ser acessado nos 'Autos Digitais' e no menu 'Documentos'.

03/06/2020 12:11

Despacho

Tipo de documento: Despacho

Descrição do documento: Despacho

Id: 10065878

Data da assinatura: 17/06/2020

Atenção

Por motivo técnico, este documento não pode ser adicionado à compilação selecionada pelo usuário. Todavia, seu conteúdo pode ser acessado nos 'Autos Digitais' e no menu 'Documentos'.

Petição JUNTADA DE CUSTAS FINAIS





EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA ÚNICA VARA CÍVEL DA COMARCA DE VALENCA DO PIAUI/PI

Processo: 08000631320198180078

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A, previamente qualificada nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada por seus advogados que esta subscrevem, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **LEONARDO ALVES LIMA**, em trâmite perante este Douto Juízo, vem respeitosamente, à presença de V. Exa., **requerer a juntada da inclusa guia de recolhimento de custas finais, bem como diante do cumprimento da obrigação e da satisfação do credor, requer a baixa do processo no cartório distribuidor e o subsequente arquivamento dos autos.**

Por oportuno, em caso de verificado saldo remanescente a ser recolhido, pugna-se pela intimação da demandada, em nome do seu causídico abaixo apontado.

Por derradeiro, requer, ainda a ré que seja observado exclusivamente o nome do advogado EDNAN SOARES COUTINHO, 1841/PI, para efeito de intimações futuras, sob pena de nulidade das mesmas.

Termos em que,

Pede Juntada.

VALENCA DO PIAUI, 2 de junho de 2020.

João Barbosa
OAB/PI 10201

EDNAN SOARES COUTINHO
1841 - OAB/PI

~





Poder Judiciário do Estado do Piauí
Tribunal de Justiça do Piauí

Fundo de Reaparelhamento e Modernização do Judiciário Piauiense

COMARCA DE TERESINA / CONTADORIA JUDICIAL
Guia de Recolhimento da Justiça (por servidor da justiça)

Justiça
Comum
CAUSAS
EM GERAL
- 1º GRAU

cód.	Descrição do Serviço	qtd.	Selos	Valor (R\$)
01.02	Causas em geral	1	0	311,86
123	Taxa Judiciária (1% do valor da ação, máximo R\$ 10.000,00)	1	0	13,50
TOTAL				325,36

Cedente FERMOJUPI - PODER JUDICIÁRIO DO PIAUÍ		Agência / Cód. do Cedente 3791 / 9665-2	Espécie R\$	Quantidade 1	Nosso número 30881250001348780-9
Número do documento 5DB F09 1346620	Contrato	CPF/CNPJ 10.540.909/0001-96	Vencimento 17/06/2020	Valor documento 325,36	
(-) Desconto / Abatimento	(-) Outras deduções	(+) Mora / Multa	(+) Outros acréscimos	(=) Valor cobrado 325,36	

Sacado SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS (0800063-13.2019.8.18.0078) CPF/CNPJ: 09.248.608/0001-04
--

Autenticação mecânica

Corte na linha pontilhada



001-0

00190.00009 03088.125004 01348.780170 5 82890000032536

Local de pagamento Pagável em qualquer banco até o vencimento.					Vencimento 17/06/2020
Cedente FERMOJUPI - PODER JUDICIÁRIO DO PIAUÍ (CNPJ:10.540.909/0001-96)					Agência/Código cedente 3791 / 9665-2
Data do documento 18/05/2020	No. documento 5DB F09 1346620	Espécie doc. DM	Aceite N	Data process. 18/05/2020	Nosso número 30881250001348780-9
Uso do banco	Carteira 17	Espécie R\$	Quantidade 1	x Valor 325,36	(=) Valor documento 325,36

Texto de Responsabilidade do Cedente (APÓS O VENCIMENTO COBRAR 2% DE MULTA + 1% DE JUROS A.M.)					(-) Desconto / Abatimento
TERESINA / CONTADORIA JUDICIAL					(-) Outras deduções
Emitida por Servidor da Justiça .					(+) Mora / Multa
Valor da Ação: R\$ 1.350,00					(+) Outros Acréscimos
, Justiça Comum . 01.02 (R\$ 311,86) , 123 (R\$ 13,50)					(=) Valor cobrado 325,36

Sacado SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS (0800063-13.2019.8.18.0078) CPF/CNPJ: 09.248.608/0001-04
--

Autenticação mecânica/Ficha de Compensação



Nº DA PARCELA	DATA DO DEPÓSITO	AGÊNCIA (PREF / DV)	Nº DA CONTA JUDICIAL
	27/05/2020	0	0
DATA DA GUIA	Nº DO PROCESSO		TIPO DE JUSTIÇA
27/05/2020	08000631320198180078		ESTADUAL
UF/COMARCA	ORGÃO/VARA	DEPOSITANTE	VALOR DO DEPÓSITO (R\$)
PI	Vara Cível	RÉU	325,36
NOME DO RÉU/IMPETRADO		TIPO DE PESSOA	CPF / CNPJ
SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A		Jurídica	09248608000104
NOME DO AUTOR / IMPETRANTE		TIPO DE PESSOA	CPF / CNPJ
LEONARDO ALVES LIMA		FÍSICA	05705849303
AUTENTICAÇÃO ELETRÔNICA			
BC3532E27318C7F9			
CÓDIGO DE BARRAS			
00190.00009 03088.125004 01348.780170 5 828900000032536			



INFORMAÇÕES EM ANEXO



**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA VARA ÚNICA
DA COMARCA DE VALENÇA DO PIAUÍ.**

PROCESSO Nº 0800063-13.2019.8.18.0078

LEONARDO ALVES LIMA, devidamente qualificado nos autos, vem, por intermédio de sua advogada, reiterar que **já foram informados os dados das contas tanto da parte autora quanto de sua advogada** a fim de que fossem depositados os valores devidos a título de condenação e honorários, respectivamente, conforme comprova petição de **ID 9763059**.

Diante disso, requer a expedição dos alvarás e dos devidos ofícios.

Nestes Termos,

Pede Deferimento.

Valença do Piauí, 01 de junho de 2020.

Juliana Rocha Pinto Portela Nunes

OAB/PI 9576



20/05/2020 10:38

Despacho

Tipo de documento: Despacho

Descrição do documento: Despacho

Id: 9795060

Data da assinatura: 31/05/2020

Atenção

Por motivo técnico, este documento não pode ser adicionado à compilação selecionada pelo usuário. Todavia, seu conteúdo pode ser acessado nos 'Autos Digitais' e no menu 'Documentos'.

ALVARA E OFICIO



**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA VARA ÚNICA
DA COMARCA DE VALENÇA DO PIAUÍ.**

PROCESSO Nº 0800063-13.2019.8.18.0078

LEONARDO ALVES LIMA, devidamente qualificado nos autos, vem, por intermédio de sua advogada, requerer que seja expedido ofício para o Banco do Brasil afim de que os valores disponíveis no alvará sejam depositados:

- a) Em nome da parte demandante no valor de R\$ 1.551,67 (Mil quinhentos e cinquenta e um reais e sessenta e sete centavos) na conta poupança nº 00000610-0, agência nº 3887, operação: 013, Caixa Econômica Federal, de sua titularidade ; corresponde à indenização;
- b) Em apartado, em nome desta patrona no valor de R\$ 600,00 (seiscentos reais) na conta poupança de nº 57136-9, agência: 3507-6, variação: 51, Banco do Brasil de sua titularidade , correspondente aos honorários de sucumbência; conforme fixado em sentença.

Nestes Termos,

Pede Deferimento.

Valença do Piauí, 18 de maio de 2020.

Juliana Rocha Pinto Portela Nunes

OAB/PI 9576



REQUERENDO A JUNTADA DO COMPROVANTE DE PAGAMENTO DA LIQUIDAÇÃO





EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA ÚNICA VARA CÍVEL DA COMARCA DE VALENCA DO PIAUI/PI

Processo: 0800063-13.2019.8.18.0078

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A, previamente qualificada nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada por seus advogados que esta subscrevem, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **LEONARDO ALVES LIMA**, em trâmite perante este Douto Juízo, vem respeitosamente, à presença de V. Exa., **requerer a juntada do Comprovante de Pagamento da liquidação.**

Frisa-se que trata-se de pagamento espontâneo, pois o despacho ID 8865903 foi tornado sem efeito face o acolhimento dos embargos de declaração interpostos, conforme decisão de ID 9331558. No mais, cumpre esclarecer que, em que pese a parte autora tenha apresentado cumprimento de sentença nos autos (ID 8380183), a petição não constou com cálculo atualizado, em dissonância com a previsão trazida pelo artigo 524, CPC. Deste modo, havendo quaisquer discordâncias ao montante quitado, o que admite-se por razões de argumentação, eis que realizado nos termos da sentença, pugna por intimação do demandado nos termos do artigo 523, CPC.

Por fim, pugna a ré pela intimação da parte autora nos termos do art. 526, §1º, NCPC, havendo extinção com a concordância expressa ou em sendo ultrapassado o prazo de 05 dias sem manifestação, deverá ser extinta a execução nos termos do art. 526, §3º c/c 924, II, NCPC.

Por fim, que seja observado exclusivamente o nome do advogado EDNAN SOARES COUTINHO 1841/PI, para efeito de intimações futuras, sob pena de nulidade das mesmas.

Termos em que,

Pede Juntada.

VALENCA DO PIAUI, 18 de maio de 2020.

João Barbosa
OAB/PI 10201

EDNAN SOARES COUTINHO
1841 - OAB/PI



Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020
www.joaobarbosaadvass.com.br



Assinado eletronicamente por: EDNAN SOARES COUTINHO - 18/05/2020 13:58:29
<http://tjpi.pje.jus.br:80/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20051813575539200000009276801>
Número do documento: 20051813575539200000009276801

Cálculo de atualização monetária

[Voltar](#) [Versão para Impressão](#)

Dados básicos informados para cálculo	
Descrição do cálculo	
Valor Nominal	R\$ 1.350,00
Indexador e metodologia de cálculo	IGP-M - (FGV) - Calculado pelo critério mês cheio.
Período da correção	Novembro/2018 a Abril/2020
Taxa de juros (%)	1 % a.m. simples
Período dos juros	14/10/2019 a 29/5/2020

Dados calculados		
Fator de correção do período	517 dias	1,074190
Percentual correspondente	517 dias	7,418985 %
Valor corrigido para 1/4/2020	(=)	R\$ 1.450,16
Juros(228 dias-7,00000%)	(+)	R\$ 101,51
Sub Total	(=)	R\$ 1.551,67
Valor total	(=)	R\$ 1.551,67

R\$ 1.551,67 + R\$600,00 = R\$ 2151,67





N° DA PARCELA		DATA DO DEPÓSITO	AGÊNCIA (PREF / DV)	N° DA CONTA JUDICIAL
0		14/05/2020	2761	1200114781044
DATA DA GUIA	N° DA GUIA	N° DO PROCESSO	TRIBUNAL	TIPO DE JUSTIÇA
13/05/2020	2660154	08000631320198180078	TRIBUNAL DE JUSTICA	
COMARCA	ORGÃO/VARA	DEPOSITANTE	VALOR DO DEPÓSITO (R\$)	
VALENCA DO PIAUI	VARA UNICA	RÉU	2151,67	
NOME DO RÉU/IMPETRADO		TIPO DE PESSOA	CPF / CNPJ	
		Jurídico		
NOME DO AUTOR / IMPETRANTE		TIPO DE PESSOA	CPF / CNPJ	
LEONARDO ALVES LIMA		Física	05705849303	
AUTENTICAÇÃO ELETRÔNICA				
CBFC9BB7ED4E81CC				
CÓDIGO DE BARRAS				



22/04/2020 20:05

Intimação

Tipo de documento: Intimação

Descrição do documento: Intimação

Id: 9357202

Data da assinatura: 22/04/2020

Atenção

Por motivo técnico, este documento não pode ser adicionado à compilação selecionada pelo usuário. Todavia, seu conteúdo pode ser acessado nos 'Autos Digitais' e no menu 'Documentos'.

22/04/2020 20:05

Intimação

Tipo de documento: Intimação

Descrição do documento: Intimação

Id: 9357201

Data da assinatura: 22/04/2020

Atenção

Por motivo técnico, este documento não pode ser adicionado à compilação selecionada pelo usuário. Todavia, seu conteúdo pode ser acessado nos 'Autos Digitais' e no menu 'Documentos'.

20/04/2020 23:01

Sentença

Tipo de documento: Sentença

Descrição do documento: Sentença

Id: 9331558

Data da assinatura: 22/04/2020

Atenção

Por motivo técnico, este documento não pode ser adicionado à compilação selecionada pelo usuário. Todavia, seu conteúdo pode ser acessado nos 'Autos Digitais' e no menu 'Documentos'.

CONTRARRAZÕES EMBARGOS ANEXO



**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA VARA ÚNICA
DA COMARCA DE VALENÇA DO PIAUÍ**

Processo nº 0800063-13.2019.8.18.0078

LEONARDO ALVES LIMA, devidamente qualificado, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, movida em face de **SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A**, através de seu/sua advogado(a) e procurador(a), vem à presença de Vossa Excelência, apresentar

CONTRARRAZÕES AOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO

opostos pelo Embargante, pelos fatos e fundamentos que abaixo aduz:

As alegações da parte Embargante são desprovidas de qualquer fundamento jurídico, pois se analisando os embargos percebe-se que não houve omissão, obscuridade, nem menos contradição a serem sanadas na decisão impugnada.

O Embargante alega que a decisão que condena a requerida ao pagamento de R\$ 600,00 (seiscentos reais) a título de honorários sucumbenciais, resulta em recebimento pelo advogado da parte autora em quantia plenamente desproporcional, além de condenar esta recorrente a suportar ônus da qual não se incumbiu e que **a fixação de tal valor dar ensejo à situação desproporcional, ocasionando** enriquecimento sem causa do profissional da advocacia. O recurso menciona, ainda, que o processo em referência não demandou complexidade das diligências realizadas pelo advogado da parte autora.

Isto de fato, não ocorreu, pois, todas as questões foram suficientemente analisadas e resolvidas as questões de fato e de direito necessárias a decisão. Nos termos do parágrafo 8º do artigo 85 do CPC/2015, o magistrado fixará o valor dos honorários por apreciação equitativa, observando os critérios dos incisos do parágrafo 2º, nas causas em que for inestimável ou irrisório o proveito econômico ou, ainda, quando o



valor da causa for muito baixo. A legislação processual civil, pautada nos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, afim de remunerar de forma justa o profissional da advocacia pelo seu inestimável e irrelevante trabalho, conferiu ao magistrado, nas condenações de valor irrisório, a fixação de honorários sucumbenciais de acordo com o trabalho despendido pelo profissional. Se o magistrado fosse fixar os honorários com base no valor da condenação, neste caso, estes seriam num valor menor que R\$ 200,00 (duzentos reais), o que restaria claro a real desvalorização do trabalho do profissional de advocacia.

A embargante também afirma que o processo em referência não demandou complexidade das diligências realizadas pelo advogado da parte autora, que foram realizados procedimentos que são padronizados para qualquer processo que possui fase instrutória. Ora, Excelência, como falar que não houve complexidade se o processo, mesmo com o valor da causa baixo, teve que tramitar pelo rito comum pela necessidade, inclusive, de realização de perícia. Além disso, R\$ 200 (Duzentos reais), que seria mais ou menos o valor em que seria despendido de honorários sucumbenciais conforme pleiteia a embargante, é totalmente desproporcional frente a todo trabalho realizado pelo profissional de advocacia, uma verdadeira desvalorização! Como se falar em enriquecimento ilícito com o valor de honorários de apenas R\$ 600,00 (Seiscentos reais), conforme fixado em sentença? É até contraditório e desonroso um profissional da área pleitear um recurso com tais argumentos.

Além disso, a parte Requerente precisou recorrer à justiça para vê seu direito reconhecido, pois mesmo diante dos exames apresentados e perícias, foi-lhe negado administrativamente, pela parte Requerida, o valor de indenização ao qual tem direito devido às lesões resultantes do acidente automobilístico. Então é evidente que houve sim vencedor e vencido na causa em questão. O fato da condenação ter sido em valor abaixo da requerida pelo autor, isso não descaracteriza que o mesmo tenha sido vencedor. Mesmo assim, de acordo com o Código Civil, no próprio artigo 85 prevê a condenação em honorários de sucumbência em qualquer fase do processo e até mesmo quanto a ação perder seu objeto.

Inclusive, em decisão bem recente, esse foi o entendimento o E. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo em caso bem semelhante :

APELAÇÃO. AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT. CONDENAÇÃO DA RÉ AO PAGAMENTO DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS AO PATRONO DO AUTOR. ALEGAÇÃO DE VALOR SUPERIOR AO MONTANTE CONDENATÓRIO. NECESSIDADE DE SE REMUNERAR CONDIGNAMENTE O ADVOGADO PELO EXERCÍCIO DE SUA NOBRE FUNÇÃO. RECURSO IMPROVIDO. Os honorários devem recompensar condignamente o trabalho realizado, de preferência guardando parâmetro com o valor atribuído à causa ou da condenação, tendo, contudo, o cuidado de não se aviltar o valor da remuneração do advogado. O montante fixado não pode ser tido como excessivo, cujos parâmetros legais para sua fixação foram observados, inclusive com a nota de que a referido processo demandou a realização de prova pericial, não se confundido o proveito econômico obtido com a falta de complexidade da causa.

(TJ-SP - AC: 10576822820168260100 SP 1057682-28.2016.8.26.0100, Relator: Adilson de Araujo, Data de Julgamento: 19/11/2019, 31ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 19/11/2019)



Diante do exposto, requer, portanto, que seja mantida a decisão embargada em todo o seu conteúdo e que sejam mantidos os honorários sucumbenciais nos valores fixados na sentença.

Termos em que,
Pede deferimento.

Valença do Piauí, 20 de abril de 2020.

Juliana Rocha Pinto Portela Nunes
OAB/PI 9576



07/04/2020 10:01

Despacho

Tipo de documento: Despacho

Descrição do documento: Despacho

Id: 9160204

Data da assinatura: 07/04/2020

Atenção

Por motivo técnico, este documento não pode ser adicionado à compilação selecionada pelo usuário. Todavia, seu conteúdo pode ser acessado nos 'Autos Digitais' e no menu 'Documentos'.

segue em anexo, embargos de declaração





EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA ÚNICA VARA CÍVEL DA COMARCA DE VALENCA DO PIAUI/PI

Processo: 08000631320198180078

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A, já devidamente qualificadas nos autos do processo em epígrafe, por meio de seus advogados que esta subscreve, vem à presença de V. Excelência, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT** promovida por **LEONARDO ALVES LIMA**, opor

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO

Ante os fundamentos a seguir:

DA SÍNTESE DOS FATOS E DA OMISSÃO

Que ora se interpõe com fulcro no art. 1022 do Código de Processo Civil, a fim de ver revogada a douta Decisão que determinou o pagamento da condenação em 15 (quinze) dias, sob pena de aplicação de multa de 10% (dez por cento) e penhora.

Isso porque a r. sentença que julgou procedente o pedido autoral não transitou em julgado, haja vista que **NÃO HOUVE a PUBLICAÇÃO DA R. SENTENÇA OU** não constou o nome do profissional indicado na peça de defesa apresentada pela parte Embargante E **DEVIDAMENTE HABILITADO NO SISTEMA PJE**, qual seja, **EDNAN SOARES COUTINHO OAB /PI 1841** CERCEANDO por completo qualquer possibilidade de insurgir-se contra a referida decisão.

Sendo assim resta claro a total ineficácia da r. sentença em relação à Embargante, sendo totalmente inexigível o título que ora enseja a presente fase executiva.

Desta feita, vem a Embargante, nesse momento aduzir as argumentações que fundamentam a **INEXIGIBILIDADE DO TÍTULO JUDICIAL**, que enseja a presente execução.

Conforme já aduzido alhures, verifica-se que do título ora executado, qual seja, sentença judicial, **NÃO TOMOU CONHECIMENTO EM MOMENTO OPORTUNO**, posto que não foi regularmente intimada do respectivo *decisum*.

Resta claro, portanto, a mais **ABSOLUTA NULIDADE DA INTIMAÇÃO DA R. SENTENÇA**, que por sua vez não tem o condão de gerar qualquer efeito jurídico sobre a ora Agravante, sendo injusta instauração de fase executiva, bem como toda e qualquer ameaça de constrição sobre o seu patrimônio.

Sendo assim, resta, data vênia, evidente, o flagrante prejuízo que a Embargante teve, no que urge a declaração imediata da nulidade de todos os atos posteriores a sentença, devendo ser replicada a referida intimação, agora de forma regular, na pessoa do advogado requerido, restituindo o prazo para eventuais recursos.

Por óbvio, resta prejudicada a coisa julgada da sentença, ora executada, posto que de fato não se operou, em face da ausência de intimação válida da parte ora Agravante.

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020
www.joaobarbosaadvass.com.br



Isto posto resta injusta a presente fase executiva, já que fundada em título inexigível.

Ex positis, diante de todos os argumentos expendidos e da flagrante a nulidade processual, requer a Embargante a este douto juízo que declare a nulidade de todos os atos processuais praticados desde a prolação da sentença de 1º grau.

Requer ainda, em apreço ao Princípio da Eventualidade, o imediato recolhimento do mandado de penhora e intimação de execução, caso já tenham sido expedidas por este d. Juízo.

Pelo exposto, requer a Embargante que o presente recurso seja CONHECIDO E PROVIDO para revogação da r. decisão retro. Ato contínuo, seja republicada a r. sentença, de forma regular observando-se a requisição da peça de bloqueio no sentido de exarar o nome do patrono: EDNAN SOARES COUTINHO OAB/PI 1841, posto que somente desta forma restará consagrada a regularidade processual legal.

Nestes Termos,
Pede Deferimento,

VALENCA DO PIAUI, 24 de março de 2020.

JOÃO BARBOSA
OAB/PI 10201

EDNAN SOARES COUTINHO
1841 - OAB/PI



16/03/2020 18:09

Despacho

Tipo de documento: Despacho

Descrição do documento: Despacho

Id: 8865903

Data da assinatura: 17/03/2020

Atenção

Por motivo técnico, este documento não pode ser adicionado à compilação selecionada pelo usuário. Todavia, seu conteúdo pode ser acessado nos 'Autos Digitais' e no menu 'Documentos'.

PDF ANEXO



**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA VARA ÚNICA
DA COMARCA DE VALENÇA DO PIAUÍ.**

Processo nº 0800063-13.2019.8.18.0078

LEONARDO ALVES LIMA, já qualificada nos autos da presente Ação de Conhecimento, sob o numero em epigrafe, vêm respeitosamente à presença de Vossa Excelência, através de sua advogada constituída, requerer que tenha inicio a fase de

CUMPRIMENTO DE SENTENÇA

de modo que **SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.**, já devidamente qualificada nos autos do processo, venha adimplir a obrigação fixada em sentença.

Em processo de conhecimento que tramitou perante este juízo deu-se parcial provimento aos pedidos formulados na ação, condenando a Requerida *ao pagamento, a titulo de indenização no valor de R\$1.350,00 (mil, trezentos e cinquenta reais) . O valor deve ser corrigido monetariamente pelo IGP-M a contar da distribuição e juros legais a contar da citação. Além da condenação em honorários advocatícios no valor de R\$ 600,00 (Seiscentos reais).*

A decisão foi proferida em 12 de dezembro de 2019, sendo que neste mesmo dia se deu vista as partes. A sentença transitou em julgado sem interposição do Recurso de Apelação.

Tendo em vista que a Requerida não cumpriu a sentença proferida por Vossa Excelência, se faz necessário o inicio da fase de cumprimento de sentença.

Diante do exposto requer a Vossa Excelência que tenha inicio a fase de Cumprimento de Sentença:

a) Com a intimação da Requerida, para que em quinze dias pague o valor R\$1.350,00 (mil, trezentos e cinquenta reais), corrigidos pelo IGP-M desde a distribuição e acrescidos de juros desde a citação, além dos honorários advocatícios no valor de *R\$ 600,00 (Seiscentos reais)*;



B) Ainda, se não ocorrer o pagamento voluntário no prazo de 15 dias, deverá ser acrescida multa de 10% e, também, de honorários de advogado de dez por cento, nos termos do art. 523, § 1º do NCPC, devendo Vossa Excelência procer com a penhora on line do valor devido a ser atualizado até o momento do bloqueio, nos termos do artigo 835, I e 854 ambos do NCPC de 2015;

c) Requer ainda que seja arbitrado, honorários de sucumbência na Fase de Cumprimento de Sentença em mais 20% do valor a ser pago, isso em caso de não haver o pagamento espontâneo;

d) Desde já requer que se houver bloqueio de valores BACENJUD;

Nestes termos,
pede deferimento.

Valença do Piauí, 14 de fevereiro de 2020.

Juliana Rocha Pinto Portela Nunes
OAB/PI 9576



27/11/2019 19:26

Sentença

Tipo de documento: Sentença

Descrição do documento: Sentença

Id: 7378589

Data da assinatura: 11/12/2019

Atenção

Por motivo técnico, este documento não pode ser adicionado à compilação selecionada pelo usuário. Todavia, seu conteúdo pode ser acessado nos 'Autos Digitais' e no menu 'Documentos'.

Honorários periciais





EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA ÚNICA VARA CÍVEL DA COMARCA DE VALENCA DO PIAUI/PI

Processo: 08000631320198180078

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A., previamente qualificada nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada por seus advogados que esta subscrevem, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **LEONARDO ALVES LIMA**, em trâmite perante este Douto Juízo, vem respeitosamente, à presença de V. Exa., requerer que seja determinada a juntada do **RECIBO DE PAGAMENTO** em anexo, com fito de **comprovar o pagamento dos honorários do perito nomeado pelo Juízo**.

Termo em que,
Pede Juntada.

VALENCA DO PIAUI, 2 de dezembro de 2019.

JOÃO BARBOSA
OAB/PI 10201

EDNAN SOARES COUTINHO
1841 - OAB/PI

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020
www.joaobarbosaadvass.com.br



Assinado eletronicamente por: EDNAN SOARES COUTINHO - 02/12/2019 17:23:27
<http://tjpi.pje.jus.br:80/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19120217232756300000007106861>
Número do documento: 19120217232756300000007106861



N° DA PARCELA		DATA DO DEPÓSITO	AGÊNCIA (PREF / DV)	N° DA CONTA JUDICIAL
0		28/11/2019	2761	1000130059680
DATA DA GUIA	N° DA GUIA	N° DO PROCESSO	TRIBUNAL	TIPO DE JUSTIÇA
27/11/2019	2660154	08000631320198180078	TRIBUNAL DE JUSTICA	ESTADUAL
COMARCA	ORGÃO/VARA	DEPOSITANTE	VALOR DO DEPÓSITO (R\$)	
VALENCA DO PIAUI	VARA UNICA	RÉU	200,00	
NOME DO RÉU/IMPETRADO		TIPO DE PESSOA	CPF / CNPJ	
		Jurídico		
NOME DO AUTOR / IMPETRANTE		TIPO DE PESSOA	CPF / CNPJ	
LEONARDO ALVES LIMA		Física	05705849303	
AUTENTICAÇÃO ELETRÔNICA				
E3CCE676C31AD362				
CÓDIGO DE BARRAS				





25/11/2019 10:12

Ata da Audiência

Tipo de documento: Ata da Audiência

Descrição do documento: Ata da Audiência

Id: 7317139

Data da assinatura: 25/11/2019

Atenção

Por motivo técnico, este documento não pode ser adicionado à compilação selecionada pelo usuário. Todavia, seu conteúdo pode ser acessado nos 'Autos Digitais' e no menu 'Documentos'.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ
VARA CÍVEL DA COMARCA DE VALENÇA DO PIAUÍ
Rua General Propécio de Castro, s/n, Centro, CEP 64.300-000 – Valença/PI
E-mail: sec.valenca@tjpi.jus.br - Fone: (89) 3465-1391

TERMO DE AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO com SENTENÇA
(MUTIRÃO DPVAT – Portaria nº 008/2019 - VARCIVVVALPIA)

PROCESSO N° 0800063-13.2019.8.18.0049

AUTOR: LEONARDO ALVES LIMA

ADVOGADO DO AUTOR: JULIANA ROCHA PINTO PORTELA NUNES – OAB/PI nº 9.576

PREPOSTO DO RÉU: MARCELO NUNES LIMA, CPF nº 908.161.453-34

ADVOGADO RÉU: HERISON HELDER PORTELA PINTO – OAB/PI nº 5.367

Aos dezenove (19) dias do mês de novembro do ano de dois mil e de nove (2019), às 16h10min, na sala de audiência deste Fórum, perante o Conciliador Rafael Campelo de Moura Fé, designada por meio da Portaria nº 004/2019 - VARUNIVAL, após a realização do pregão, constatou-se a ausência da parte autora. Ato contínuo, declarada aberta a audiência, designada na forma delineada pela Portaria nº 008/2019 - VARCIVVVALPIA deste juízo, após a realização de perícia médica, foi registrado pela parte suplicada que **não houve** pagamento administrativo de valores de seguro à parte autora. As partes foram instadas pela conciliadora nomeada a firmarem um acordo, tendo por objeto o pleito apresentado nos autos, e, após as narrativas, não consolidaram transação. Tendo a parte autora apresentado alegações finais remissivas à inicial. A suplicada apresentou manifestação: "A Seguradora informa que o pedido administrativo do autor foi negado tendo em vista a ausência de comprovação documental referente à suposta lesão. Em perícia judicial foi verificada lesão no crânio facial (zigomático) em 10% (dez por cento), em concordância com o médico assistente da seguradora. Diante do exposto, requer que caso haja procedência da ação, seja considerada a indenização conforme laudo pericial em anexo". **Diante da impossibilidade de acordo sendo necessária análise mais aprofundada dos autos, o MM. Juiz determinou que os autos fossem feitos conclusos para uma análise mais acurada.** Na oportunidade, ficou registrado que os honorários periciais serão custeados pela Seguradora Líder num importe de R\$ 100,00 (duzentos reais), que serão pagos no prazo de 10 dias úteis a contar da data do recebimento do ofício na Seguradora Líder, após encaminhamento de ofício por este juízo. Nada mais sendo registrado, foi lavrado o presente termo que vai assinado pelos presentes.

Juiz de Direito: _____

Conciliador(a): _____

Requerente: _____

Advogado(a) Requerente: _____

Requerido(a): _____

Advogado (a) do requerido(a): _____

Scanned by CamScanner



AVALIAÇÃO MÉDICA PARA FINS DE VERIFICAÇÃO DO GRAU DE INVALIDEZ PERMANENTE

[Art. 31º da Lei 11.945 de 4/6/2009 que altera a Lei 6.194 de 14/12/1974]

Informações da Vítima

Nome completo: Leonardo Alves Lima

CPF: 057.058.493-03

Endereço completo: _____

Informações do acidente

Local: _____

Data do Acidente: / /

Concordância com a realização da avaliação médica

Declaro que as informações da vítima e do acidente, acima indicadas, são verdadeiras e que compareci, por livre e espontânea vontade, para realização da avaliação médica para fins de verificação do grau de invalidez permanente em razão do processo judicial nº _____, para pagamento de indenização DPVAT por invalidez permanente, do qual figura como autor e que tramita na _____ Vara Cível ou JEC da Comarca de _____ - (____).

Valença do Piauí - 19/11/19
Local, data.

Leonardo ALVES Lima
Assinatura da vítima

Avaliação Médica

I) Há lesão cuja etiologia (origem causal) seja exclusivamente decorrente de acidente pessoal com veículo automotor de via terrestre?

☒ Sim ☐ Não ☐ Prejudicado

Só prosseguir em caso de resposta afirmativa.

II) Descrever o quadro clínico atual informando:

a) qual (quais) região(ões) corporal(is) encontra(m)-se acometida(s);

hemipare esquerda.

b) as alterações (disfunções) presentes no patrimônio físico da Vítima, que sejam evolutivas e temporalmente compatíveis com o quadro documentado no primeiro atendimento médico hospitalar, considerando-se as medidas terapêuticas tomadas na fase aguda do trauma.

Redução de movimentação com prejuízo da mastigação em hemipare esquerda (arco orbital - zigomático).

III) Há indicação de algum tratamento (em curso, prescrito, a ser prescrito), incluindo medidas de reabilitação?

☐ Sim ☒ Não

Se SIM, descreva a(s) medida(s) terapêutica(s) indicada(s):



IV) Segundo o exame médico legal, pode-se afirmar que o quadro clínico cursa com:

- a) ☐ disfunções apenas temporárias
- b) ☒ dano anatômico e/ou funcional definitivo (sequelas)

Em caso de dano anatômico e/ou funcional definitivo informar as limitações físicas irreparáveis e definitivas presentes no patrimônio físico da Vítima.

Redução funcional em hemiparese esquerda (membro superior).

V) Em virtude da evolução da lesão e/ou de tratamento, faz-se necessário exame complementar?

- ☐ Sim, em que prazo:
- ☒ Não

Em caso de enquadramento na opção "a" do item IV ou de resposta afirmativa ao item V, favor NÃO preencher os demais campos abaixo assinalados.

VI) Segundo o previsto na Lei 11.945 de 4 de junho de 2009 favor promover a quantificação da(s) lesão(ões) permanente(s) que não seja(m) mais susceptível(is) a tratamento como sendo geradora(s) de dano(s) anatômico(s) e/ou funcional(is) definitivo(s), especificando, segundo o anexo constante à Lei 11.945/09, o(s) segmento(s) corporal(is) acometido(s) e ainda segundo o previsto no instrumento legal, firmar a sua graduação:

Segmento corporal acometido:

a) ☐ **Total**
(Dano anatômico ou funcional permanente que comprometa a íntegra do patrimônio físico e/ou mental da Vítima).

b) ☒ **Parcial**
(Dano anatômico e/ou funcional permanente que comprometa apenas parte do patrimônio físico e/ou mental da Vítima). Em se tratando de dano parcial informar se o dano é:

b.1 ☐ **Parcial Completo** (Dano anatômico e/ou funcional permanente que comprometa de forma global algum segmento corporal da Vítima).

b.2 ☒ **Parcial Incompleto** (Dano anatômico e/ou funcional permanente que comprometa apenas em parte a um (ou mais de um) segmento corporal da Vítima).

b.2.1) Informar o grau da incapacidade definitiva da Vítima, segundo o previsto na alínea II, § 1º do art. 3º da Lei 6.194/74 com redação introduzida pelo artigo 31 da Lei 11.945/2009, correlacionando o percentual ao seu respectivo dano, em cada segmento corporal acometido.

Segmento Anatômico

Marque aqui o percentual

1ª Lesão *crânio facial (zigomático)* ☒ 10% Residual ☐ 25% Leve ☐ 50% Média ☐ 75% Intensa

2ª Lesão ☐ 10% Residual ☐ 25% Leve ☐ 50% Média ☐ 75% Intensa

3ª Lesão ☐ 10% Residual ☐ 25% Leve ☐ 50% Média ☐ 75% Intensa

4ª Lesão ☐ 10% Residual ☐ 25% Leve ☐ 50% Média ☐ 75% Intensa

Observação: Havendo mais de quatro sequelas permanentes a serem quantificadas, especifique a respectiva graduação de acordo com os critérios ao lado apresentados:

Local e data da realização do exame médico:

Valença do Rio - 19/11/15

Assinatura do médico – CRM

Dr. Max Jhonata
Médico
CRM - PI - 6538

Ananda Noletto A. Antunes
MÉDICA
CRM-PI: 7730

ANEXO – Artigo 3º. da Lei no. 6.194 de 19 de dezembro de 1974

Danos Corporais Totais Repercussão na Íntegra do Patrimônio Físico	Percentual da Perda
Perda anatômica e/ou funcional completa de ambos os membros superiores ou inferiores	100%
Perda anatômica e/ou funcional completa de ambas as mãos ou de ambos os pés	
Perda anatômica e/ou funcional completa de um membro superior e de um membro inferior	
Perda completa da visão em ambos os olhos (cegueira bilateral) ou cegueira legal bilateral	
Lesões neurológicas que cursem com: (a) dano cognitivo-comportamental alienante; (b) impedimento do senso de orientação espacial e/ou do livre deslocamento corporal; (c) perda completa do controle esfinteriano; (d) comprometimento de função vital ou autonômica	
Lesões de órgãos e estruturas crânio-faciais, cervicais, torácicos, abdominais, pélvicos ou retro-peritoneais cursando com prejuízos funcionais não compensáveis de ordem autonômica, respiratória, cardiovascular, digestiva, excretora ou de qualquer outra espécie, desde que haja comprometimento de função vital	
Danos Corporais Segmentares (Parciais) Repercussões em Partes de Membros Superiores e Inferiores	Percentual da Perda
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros superiores e/ou de uma das mãos	70%
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros inferiores	
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos pés	50%
Perda completa da mobilidade de um dos ombros, cotovelos, punhos ou dedo polegar	25%
Perda completa da mobilidade de um quadril, joelho ou tornozelo	
Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dentre os outros dedos da mão	10%
Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dos dedos do pé	
Danos Corporais Segmentares (Parciais) Outras Repercussões em Órgãos e Estruturas Corporais	Percentual da Perda
Perda auditiva total bilateral (surdez completa) ou da fonação (mudez completa) ou 50 da visão de um olho	50%
Perda completa da mobilidade de um segmento da coluna vertebral exceto o sacral	25%
Perda integral (retirada cirúrgica) do baço	10%

Lei nº 11.945, de 04 de junho de 2009 – Artigos relacionados à Perícia Médica

Art. 31. Os arts. 3º e 5º da Lei no 6.194, de 19 de dezembro de 1974, passam a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 3º. Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, por invalidez permanente, total ou parcial, e por despesas de assistência médica e suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vítima:

§ 1º No caso da cobertura de que trata o inciso II do caput deste artigo, deverão ser enquadradas na tabela anexa a esta Lei as lesões diretamente decorrentes de acidente e que não sejam suscetíveis de amenização proporcionada por qualquer medida terapêutica, classificando-se a invalidez permanente como total ou parcial, subdividindo-se a invalidez permanente parcial em completa e incompleta, conforme a extensão das perdas anatômicas ou funcionais, observado o disposto abaixo:

I - quando se tratar de invalidez permanente parcial completa, a perda anatômica ou funcional será diretamente enquadrada em um dos segmentos orgânicos ou corporais previstos na tabela anexa, correspondendo a indenização ao valor resultante da aplicação do percentual ali estabelecido ao valor máximo da cobertura; e

II - quando se tratar de invalidez permanente parcial incompleta, será efetuado o enquadramento da perda anatômica ou funcional na forma prevista no inciso I deste parágrafo, procedendo-se, em seguida, à redução proporcional da indenização que corresponderá a 75% (setenta e cinco por cento) para as perdas de repercussão intensa, 50% (cinquenta por cento) para as de média repercussão, 25% (vinte e cinco por cento) para as de leve repercussão, adotando-se ainda o percentual de 10% (dez por cento), nos casos de seqüelas residuais.

“Art. 5º

§ 5º O Instituto Médico Legal da jurisdição do acidente ou da residência da vítima deverá fornecer, no prazo de até 90 (noventa) dias, laudo à vítima com a verificação da existência e quantificação das lesões permanentes, totais ou parciais.

Art. 32. A Lei no 6.194, de 19 de dezembro de 1974, passa a vigorar acrescida da tabela anexa a esta Lei.



14/11/2019 14:11

Certidão

Tipo de documento: Certidão

Descrição do documento: Certidão

Id: 7193333

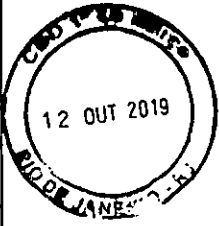
Data da assinatura: 14/11/2019

Atenção

Por motivo técnico, este documento não pode ser adicionado à compilação selecionada pelo usuário. Todavia, seu conteúdo pode ser acessado nos 'Autos Digitais' e no menu 'Documentos'.

PREENCHER COM LETRA DE FORMA

AR

DESTINATÁRIO DO OBJETO / DESTINATAIRE		11/12/2019
SEGURADORA LÍDER DO SEGURO DPVAT S.A Rua Senador Dantas, nº 74, 5º andar, Centro CEP.: 20.031-205 – Rio de Janeiro-RJ Cartas de citação expedidas nos processos abaixo relacionados: 0801820-66.2018.8.18.0049; 0800061-43.2019.8.18.0078 0800066-65.2019.8.18.0078; 0800063-13.2019.8.18.0078 0800058-88.2019.8.18.0078; 0800068-35.2019.8.18.0078 0800059-73.2019.8.18.0078; 0800077-94.2019.8.18.0078 0800060-58.2019.8.18.0078; 0800076-12.2019.8.18.0078		
ASSINATURA DO RECEBEDOR / SIGNATURE DU RÉCEPTEUR SEGURADORA LÍDER 12 OUT 2019 VERONICA FELIX CONSTANT RG: 10.602.355-9 N° DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO RECEBEDOR / ORGÃO EXPEDIDOR		DATA DE RECEBIMENTO / DATE DE LIVRATION _____ CARIMBO DE ENTREGA / UNIDADE DE DESTINO / BUREAU DE DESTINATION 
NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR / NOM LISIBLE DU RÉCEPTEUR _____ MAT. DO EMPREGADO / SIGNATURE DE L'AGENT Liens Wayne R. Santana Mat.: 8.313.775-0		NATUREZA DO ENVIO / NATURE DE L'ENVOI <input type="checkbox"/> PRIORITÁRIA / PRIORITAIRE <input type="checkbox"/> EMS <input type="checkbox"/> SEGURADO / VALEUR DÉCLARÉ
ENDEREÇO PARA DEVOUÇÃO NO VERSO / ADRESSE DE RETOUR DANS LE VERSO		

FC0463 / 16

114 x 186 mm





AVISO DE
RECEBIMENTO
AVIS CN07

AR

OD 33205460 4 BR

DATA DE POSTAGEM / DATE DE DÉPÔT

03 OUT 2019

TENTATIVAS DE ENTREGA / TENTATIVES DE LIVRAISON

UNIDADE DE POSTAGEM / BUREAU DE DÉPÔT

SE PI

PREENCHER COM LETRA DE FORMA

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO REMETENTE / NOM OU RAISON SOCIALE DE L'EXPÉDITEUR

Remetente:

JUIZO DA VARA CÍVEL DA COMARCA DE VALENÇA-PI
FÓRUM DA COMARCA DE VALENÇA DO PIAUÍ
RUA GAL. PROPÉCIO DE CASTRO, Nº 394, CENTRO
CEP.: 64.300-000 - VALENÇA DO PIAUÍ-PI

CIDADE / LOCALITÉ

UF

BRASIL
BRÉSIL

ENDEREÇO PARA
DEVOLUÇÃO
RETOUR

--	--	--	--	--	--	--	--



Cara de preposto e substabelecimento




CARTA DE PREPOSTO

SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A., com sede na cidade do Rio de Janeiro/RJ, à Rua Senador Dantas, nº 74,5º andar, inscrita no CNPJ sob nº 09.248.608/0001-04 pelo presente instrumento e na melhor forma de direito, nomeia e constitui como PREPOSTO(A)

ADDA BANDEIRA DE MELO DE DEUS -CPF 003.705.143-19, ADÃO NALDO PIRES DE SOUSA -CPF 038.935.033-82, ANA CÉLIA BENVINDO ROCHA MARTINS -CPF 687 827 483 49, AIRLA MEIRELES MELO -CPF 076.123.843-37, ALANA SOARES GOMES Rg 4.060.599 CPF 074.060.463-59, ALISSANDRA SUIME DA SILVA SOUSA -CPF 056.843.563-03, AMANDA ELYZABETH HOLANDA MARINHO -CPF 058.349.493-55, ANA CAROLINA DE SOUSA -CPF 073.877.223-23, ANA CLARA FREITAS BRITO SILVA -CPF 065 778 053-77, ANA PAULA DO NASCIMENTO SILVEIRA DE AZEVEDO -RG 1.194.917 SSP-PI, ANDERSON RAFAEL LEAL BRITO -CPF 030.189.913-46, ANDREIA GOMES DE CARVALHO -CPF 055.880.293-13, ANDREIA VANDRESSA DE SOUSA SILVA -CPF 016.386.953-77, ANDRE LIMA EULALIO -CPF 038.451.883-40, ANLY GONÇALVES FERRAZ COSTA -CPF 006.049.263-59, ARILTON LEMOS DE SOUSA -CPF 789.681.603-25, BARBARA PRISCILA DA SILVA -CPF 002.407.753-41, BIANCA CONSTANCIO DAMASCENO -CPF 043.488.833-86, CARLA RENATA FERNANDES DE MELO -CPF 061.616.273-10, CARLOS EDUARDO RODRIGUES LIMA CAVALCANTE -CPF 014.594.843-98, CARLOS RAFAEL SANTOS OLIVEIRA DA SILVA -CPF 028.941.513-65, CARLOS RAFAEL CUNHA -CPF 600.002.863-62, CAROLINA BEZERRA DE ALMEIDA -CPF 041.639.933-98, CHARLANA PAULA MARTINS DA SILVA -CPF 065.480.643-80, CÍNTIA PATROCÍNIO DA SILVA -CPF 057.833.283-32, CLEONICE FERNANDES MAIA -CPF 915.014.233-05, CLEUDEVALDO GONÇALVES DOS SANTOS -CPF 047.800.203-36, CLAUDENEIDE MOREIRA DA SILVA -CPF 714.730.173-00 RG-1.446.289, DENILSON ARAUJO DA SILVA -CPF nº 962.144.731-34, DANILO, RIBEIRO CARVALHO CPF 026.483.053-94, DEUSDEDITH GUERRA DE FREITAS NETO -CPF 997.477.663-53, DIEGO MORAIS COSTA -CPF 035.773.343-63, EMANUEL DIAS DA SILVA -CPF 046.378.843-57, EMANUEL MESSIAS DA ROCHA VIANA -CPF 551.923.943-68, FABRICIA DE OLIVEIRA FONTENELE -CPF 019.399.272-66, FERNANDO TRINDADE DE CARVALHO FILHO -CPF 014.224.023-04, FERNANDO HENRIQUE LIMA DA SILVA -CPF 077.912.203-85, FERNANDO CARVALHO OLIVEIRA -CPF 018.702.063-98, FERNANDO ITALO SÁ VARANDA, CPF 029.449.573-84, FERNANDO GARCIA ARAÚJO -CPF 167.398.887-36, FERNANDO DA ROCHA E SILVA -CPF 020 976 073-73, FRANCISCO DAS CHAGAS LIMA -CPF 047.556.643-22, FRANCISCO GUILHERME RAMOS NOELTO CPF: 022.632.013-86, FRANCISCO MARQUES DA SILVA -CPF 077.093.743-87, FRANCISCO MARQUES DA SILVA JUNIOR -CPF 892.947.773-91, FRANCISCO REINALDO DE SOUSA FILHO -RG 2.578.463 SSP-PI, FRANCISCO RIGONE SILVA CARNEIRO -CPF 048.865.593-52, FRANCISCO WASHINGTON DE ARAUJO ROCHA -CPF 039.247.113-21, HELDER JOSÉ BRITO DOS SANTOS -CPF 762.043.083-00, GABRIELLA SANTANA COSTA PIMENTEL CPF 078.903.273-23, GILCELIO COELHO COSTA RIBEIRO -CPF 035.629.223-10, GLIMARIO RIBEIRO DE ALMEIDA -CPF 008.696.703-79, IGOR VINICIUS DE ARAUJO MESQUITA -CPF 058.106.803-02, IRMA DANIELE FORTALEZA DE SOUSA -CPF 04787823302, ÍTALO JOSÉ ALVES DE CARVALHO -CPF 050.487.713-54, ÍTALO SÁRVIO LIMA FEITOSA -CPF 067.422.233-40, JOÃO PEDRO CARDOSO -CPF 058.923.833-77, JOÃO VICTOR LIMA NASCIMENTO CPF 068.003.243-61 RG 3.753.880, JOICE CARDOSO DE SOUSA -CPF 068.264.813-24 RG 3.532.415 JOÃO VICTOR LIMA NASCIMENTO -CPF 068.003243-61 E RG 3.753.880, JACKSON DOUGLAS DE ARAUJO SOUSA -CPF 022.146.833-13, JAYNE VANESSA DA SILVA -CPF 060.307.993-80, JÉSSICA OLIVEIRA SOUSA -CPF 039.905.963-65, JEFFERSON FELIPE FREITAS DIAS -CPF 063.147.983-02, JEFFERSON LUIS DE ARAUJO NASCIMENTO -CPF 057.167.833-50, JOICE RAMOS CERQUEIRA -CPF 004.741.733-13, JOYCE CARDOSO DE SOUSA -CPF 068.264.813-24, JOSÉ GUILHERME DO RÊGO MONTEIRO NETO CPF 015.538.413-95, JOSÉ FIRMINO DA SILVA JUNIOR CPF 052.829.273-06 JOSÉ VITOR VILARINHO BRITO CPF 065.049.933-60, KARINA NEGREIROS DE OLIVEIRA -CPF: 071.502.173-70 KARINE SOARES DO NASCIMENTO -CPF 067.466.793-06, KLEBER LOPES DA SILVA -CPF 338.618.383-20, LARA FORTES PORTELA DE CARVALHO CPF 041.909.353-28, LANA MARIA RAMOS NOLETO ESMERALDO -CPF 338.682.633-49, LEONARDO RANIERI LIMA MELO -RG 63.564.595 SSP/PI CPF 061.415.993-89, LÍCIA NUNES GONÇALVES BANDEIRA DE MELO -CPF 184.294.083-04, LUCIANNY DA CUNHA LOPES -CPF 018.910.263-21, LAURA DA SILVEIRA AZEVEDO PESSOA -CPF 026.652.853-80, LUCAS EMANUEL FREIRE GOMES -CPF 035.419.333-30, LUIS MARIANO CASTELO BRANCO CERQUEIRA, CPF 041.405.183-16, LUIZ GONZAGA DE MACEDO FILHO -CPF 389.755.838-69, LUIZ GONZAGA ARAUJO JUNIOR -CPF 063.067.553-81, LUIZ CESAR DE OLIVEIRA -CPF 076.671.803-42, LUIZ CARLOS LIMA JUNIOR -RG 3.220.411, -CPF 059.355.003-02, MARCELO RAFAEL DE SOUSA SOARES CPF 615.446.123-20, MARCELO NUNES LIMA -CPF 908.161.453-34, MARIA BEATRIZ DE SOUSA CASTELO BRANCO DE CERQUEIRA AGUIAR -CPF: 474.468.203-06, MARIANE DE OLIVEIRA MOURA -CPF 069.821.603-27, MARILENE GOMES CELESTINO -CPF 907.534.451 -15, MARIA KALLYANY SOUSA REIS -CPF 074.592.123-00 RG 4.015.221, MARIA JONISLEIA DE DEUS -CPF 045 758 613-32 / RG 3.123 660, MARIA RAIANNY CARVALHO DOS REIS -CPF 046.734.233-48 / RG 3.395.771, MARC BURNIE DE SOUSA ALVES FERREIRA -CPF 035.966.653-10, MARCIONE DA SILVA SANTOS -CPF 038.274.383-06, MATUSALEM BRITO VIEIRA BORGES -CPF 039.322.933-08, MATHEUS CARVALHO ARAUJO -CPF 066.779.193-07, MIRELE SUELEN MARTINS GREGÓRIO -CPF 059.304.033-33, OLAVO ALVES LOPES -CPF 071.470.523-31 RG 3.510.782, PEDRO IGOR DE ALBUQUERQUE COSTA CPF 068.487.993-00, PATRÍCIA RIBEIRO DO NASCIMENTO -CPF 050.145.183-89, PRISCILA BIANCA MORAES DOS SANTOS -CPF 064.859.673-70, RAFAELA DA SILVA LUSTOZA MARQUES. CPF : 032.345.633-22 e RG: 3.408.844, RAFAELA MATOS PORTELA -CPF 633.327.603-00, RAQUEL MENDES BARROSO DOS SANTOS -CPF 958.995.963-68, RHANNA DE AZEVEDO SERAINE CUSTÓDIO -RG 3317903 -CPF 039.753.933-94, RAIMUNDO NONATO MARTINS RODRIGUES JÚNIOR -CPF 067.972.593-80, RAIMUNDO DA PAZ SARAIVA NETO -CPF 062.632.513-79 - RG 3.536.503, RAVENA MARIA BEZERRA VIEIRA DE ARAÚJO -CPF 028.557.193-13, RODRIGO SOARES DE SOUSA -CPF 072.006.983-18, RODRIGO LIMA RODRIGUES -CPF 058.697.113-04, ROMILSON MEDEIROS ROCHA -CPF: 979.425.963-20, RUI BARBOSA DE SOUSA -CPF 872.778.323-53, SAMIA GOMES SOUSA CORREIA -CPF n.º 002.720.973-30, SIMONE MORAIS CASTELO BRANCO CERQUEIRA DE AGUIAR -CPF 059.533.713-15, TAYNÁ CERQUEIRA DOS SANTOS -CPF 073.433.353-67, VANUELLE FONTENELE DE SOUSA -CPF 061.765.453-07, VICTORIA KELLER DA FONSECA BESERRA -CPF 062.755.023-12, VIRGINIA AGUIAR DE ARAUJO -CPF 893.859.693-15, WANDERSON DOS SANTOS MACEDO -CPF 025.192.813-67, WALLYSON MARQUES DE SOUSA -CPF 064.022.903-43, WELLINGTON DAS NEVES SOARES -CPF 946.380.123-53, WHALLEF BERNARDES LOPES -CPF 605.022.943-02, WILSON DE CASTRO ESMERALDO FILHO -CPF 022.632.013-86

Podendo os mesmos responder nesta qualidade a todos os termos do PROCESSO Nº 08000631320198180078 que é Parte Autor (a) Srº(a) **LEONARDO ALVES LIMA**, tramitando perante o(a) **ÚNICA VARA CÍVEL DA COMARCA DE VALENÇA DO PIAUÍ/PI**

Teresina (PI), 29 de outubro de 2019.


HERISON HELDER PORTELA PINTO
ADVOGADO OAB/PI 5361/07


Ednan Soares Coutinho
OAB/PI 1841/88



Assinado eletronicamente por: EDNAN SOARES COUTINHO - 29/10/2019 16:46:58

<http://tjpi.pje.jus.br:801/g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=1910291646578700000006628633>

Número do documento: 1910291646578700000006628633

SUBSTABELECIMENTO

OS ADVOGADOS DR. HERISON HELDER PORTELA PINTO, brasileiro, advogado, inscrito na OAB/PI SOB O N.º 5367/07 e EDNAN SOARES COUTINHO advogado, inscrito na OAB/PI SOB O N.º 1841/88 SUBSTABELECEM, COM RESERVA DE IGUAIS, NA PESSOA DOS ADVOGADOS (A):

ALDEMAR SOARES LIMA JÚNIOR OAB/PI SOB O N.º 7.734, ALEXANDRA BEZERRA DE SOUSA OAB/PI SOB O N.º 9051, ANDRESSA STERPHANNIE AMARAL DE ESCORCIO SOUSA - OAB/PI SOB O N.º 14.239 AGEU ALVES DE SOUSA - OAB/PI SOB O N.º 13.784, ALANA CELINA BATISTA LIMA - OAB/PI SOB O N.º 14.148, ALDEMAR SOARES LIMA JÚNIOR - OAB/PI SOB O N.º 7.734 - ANDREY CARLOS SILVA SOUSA - OAB/PI SOB O N.º 12.549, ANTONIA MARIELE CIRLEY MARTINS RODRIGUES - OAB/PI SOB O N.º 11583, ARTUR DA SILVA BARROS - OAB/PI SOB O N.º 13.398, ATUALPA RODRIGUES DE CARVALHO NETO, OAB/PI SOB O N.º 14.026, BRUNO LOPES BARBOSA -OAB/PI SOB O N.º 15.626, CAMILA MESQUITA BARBOSA -OAB/PI SOB O N.º 12.69, CAMILLA FARIAS DE C. VIEIRA- OAB/PI SOB O N.º 10688, CLODOMIR CASTRO BRAGA-OAB/PI SOB O N.º 8690, DANIEL JOSÉ DO ESPÍRITO SANTO CORREIA OAB/PI SOB O N.º 4825, DANILO RIBEIRO CARVALHO-OAB/PI SOB O N.º 8.697, DENIS RIBEIRO CARVALHO OAB/PI SOB O N.º 16.621, DOUGLAS HALEY FERREIRA DE OLIVEIRA-OAB/PI SOB O N.º 10.281, EDSON RENAN DA SILVA RODRIGUES-OAB/PI SOB O N.º 9930, EGON CAVALCANTE SOARES -OAB/PI SOB O N.º 14.644, ELKENIELLE MENDES FEITOSA-OAB/PI SOB O N.º 4.313, FAGNNER PIRES DE SOUSA, OAB/PI SOB O N.º 8960 FÁBIO SOARES GOMES-OAB/PI SOB O N.º 15.459, FELIPE CARVALHO DA SILVA-OAB/PI SOB O N.º 13.379, FERNANDO ÍTALO SÁ VARANDA -OAB/PI SOB O N.º 18023, FRANCISCO MARQUES DA SILVA JÚNIOR-OAB/PI SOB O N.º 11.420, FRANCISCO DE ASSIS RIBEIRO MADEIRA CAMPOS NETO-OAB/PI SOB O N.º 14350, FÁBIO SOARES GOMES OAB/PI SOB O N.º 15.459 FLÁVIA LETÍCIA COELHO VIANA-OAB/PI SOB O N.º 9.947, FRANCISCO GESSIÊ DA ROCHA VIANA JÚNIOR-OAB/PI SOB O N.º 9.456, FREDSON OLIVEIRA VIEIRA -OAB/PI SOB O N.º 15.976, GLEYSON VIANA DE CARVALHO -OAB/PI SOB O N.º 4.442, GILCELIO COELHO COSTA RIBEIRO OAB/PI SOB O N.º 12.713, GLIMÁRIO RIBEIRO DE ALMEIDA-OAB/PI SOB O N.º 14.060, HARISON MOURÃO MILANES -OAB/PI SOB O N.º 14688, HILSON CUNHA NOGUEIRA-OAB/PI SOB O N.º 2.870, IVAN BANDEIRA DE MELO DE DEUS -OAB/PI SOB O N.º 11.772, JACINTO VIEIRA DE BRITO JÚNIOR OAB/PI SOB O N.º 12.570 JOSÉ FERREIRA DOS SANTOS JÚNIOR-OAB PI SOB O N.º 7722, JOSÉ FELIPE LUSTOSA DE SOUSA-OAB/PI SOB O N.º 11.260, JOSIANNE SARAIVA BARBOSA DA SILVA -OAB/PI SOB O N.º 13592, LUANA DA CUNHA LOPES-OAB/PI SOB O N.º 9.152, LUAN FERNANDES DE CARVALHO-OAB/PI SOB O N.º 16.267, LUCAS BARBOSA DE CARVALHO-OAB/PI SOB O N.º 7.994, LUIS ÂNGELO DE LIMA E SILVA-OAB/PI SOB O N.º 6.722, LURDIANA GOMES DO NASCIMENTO-OAB/PI SOB O N.º 9.878, MÁRCIA RAVENA PACHECO MARTINS MOURA-OAB/PI SOB O N.º 9.041, MATHEUS TERSANDRO DE CASTRO BRANDÃO-OAB/PI SOB O N.º 13.778, MARIANO GIL CASTELO BRANCO DE CERQUEIRA -OAB/PI SOB O N.º 17.066, MARÍLIA DIAS SANTOS-OAB/PI SOB O N.º 16.412, MARIA VITÓRIA DA SILVA-OAB/PI SOB O N.º 9.598, MARIA BEATRIZ DE SOUSA CASTELO BRANCO CERQUEIRA-OAB/PI SOB O N.º 2.266, MARCELO CARVALHO RODRIGUES -OAB/PI SOB O N.º 12.530, MARIANY DOS REIS ARAÚJO DE SOUSA-OAB PI SOB O N.º 15.285, MAYARA DE MOURA MARTINS-OAB PI SOB O N.º 11257, MILTON LUSTOSA NOGUEIRA DE ARAÚJO NETO-OAB PI SOB O N.º 14.347, MIKHAIL DE MORAIS VERAS DA FONSECA-OAB/PI SOB O N.º 12.825, MÔNICA ROCHA LUZ -OAB/PI SOB O N.º 7.640, NAPOLEÃO SOARES DO NASCIMENTO JÚNIOR OAB/PI SOB O N.º 7936, NÁDIA TALITA TAVARES DE SANTANA-OAB/PI SOB O N.º 13.294, PAULA ESTER PEREIRA RODRIGUES-OAB/PI SOB O N.º 11961, PAULA APARECIDA GUIMARAES COSTA SOUSA -OAB/PI SOB O N.º 12.847, PAULO HENRIQUE NASCIMENTO DE SOUSA -OAB/PI SOB O N.º 17081, PAULA REGINA DE CARVALHO SANTOS-OAB/PI SOB O N.º 7.839, RACHEL RODRIGUES MACHADO BARROS-OAB/PI SOB O N.º 14487, REGINALDO OLIVEIRA DE SOUSA -OAB/PI SOB O N.º OAB/PI 10.317 RICELLY LUIZ DE BRITO OLIVEIRA TRINDADE-OAB/PI SOB O N.º 13.721, ROMILSON MEDEIROS ROCHA - OAB/PI 8709, ROMULO SILVA SANTOS-OAB/PI SOB O N.º 10.133, SUSANA MARIA UCHÔA DE OLIVEIRA LEITE-OAB/PI SOB O N.º 7.793, TEREZINHA DE CASTRO FERREIRA-OAB/PI SOB O N.º 9.106, THIAGO HENRIQUE VIANA LIMA -OAB/PI SOB O N.º 7558, THIAGO CARTUCHO MADEIRA CAMPOS-OAB/PI SOB O N.º 7.555, UBIRACI ALMEIDA BONFIM - OAB/PI 11584, WHALLEF BERNARDES LOPES -OAB/PI SOB O N.º 18.373, WILSON DE CASTRO ESMERALDO FILHO-OAB/PI SOB O N.º 9.640, ZULMIRA DO ESPÍRITO SANTO CORREIA-OAB/PI SOB O N.º 4.385 E VALDENICE GOMES CELESTINO -OAB/PI SOB O N.º 12.112

Os poderes que lhe foram conferidos por **SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A** com sede na cidade do Rio de Janeiro/RJ, à Rua Senador Dantas, n.º 74,5º andar, inscrita no CNPJ SOB N.º 09.248.608/0001-04, nos autos da Ação de Cobrança de Seguro DPVAT que lhe move **LEONARDO ALVES LIMA**, em curso perante a(o) **ÚNICA VARA CÍVEL DA COMARCA DE VALENCA DO PIAUI/PI**. Nos autos do Processo N.º 08000631320198180078. Contudo - para que se produza os efeitos legais - o nome a ser registrado na capa dos autos do processo em epígrafe é do advogado - **DRA.º EDNAN SOARES COUTINHO - OAB/PI N.º 1841** - com endereço profissional situado na Rua Barroso, 646/N, Centro, Teresina (PI), CEP 64000-130 - devendo este ser comunicado de eventuais intimações de praxe (inclusive publicações oficiais) - **SOB PENA DE NULIDADE**.

Teresina (PI), 29 de outubro de 2019.


HERISON HELDER PORTELA PINTO
ADVOGADO OAB/PI 5367/07


Ednan Soares Coutinho
OAB/PI 1841/88



...





EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA ÚNICA VARA CÍVEL DA COMARCA DE VALENCA DO PIAUI/PI

Processo: 08000631320198180078

SÚMULA 474 STJ: "A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau de invalidez."

SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A., com sede na cidade do Rio de Janeiro/RJ, à Rua Senador Dantas, nº 74, 5º andar, inscrita no CNPJ sob nº 09.248.608/0001-04, neste ato representado por seus advogados que esta subscrevem nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DO SEGURO DPVAT**, que lhe promove **LEONARDO ALVES LIMA**, em trâmite perante este Douto Juízo, vem, *mui* respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, apresentar

CONTESTAÇÃO

Consoante às razões de fato e de direito que passa a expor

BREVE SÍNTESE DA DEMANDA

Alega a parte Autora em sua peça vestibular que foi vítima de acidente automobilístico na data de **08/12/2018**, restando permanentemente inválida.

Destaca-se que a parte apenas procedeu com o registro na Delegacia de Polícia na data **01/04/2019**.

Portanto, em que pese o requerimento da indenização na via administrativa, houve a NEGATIVA da Seguradora responsável pela regulação, haja vista, a ausência de sequelas.

A pretensão esposada na inicial não merece prosperar, visto que sua argumentação afigura-se totalmente contrária à orientação jurisprudencial traçada pelo Superior Tribunal de Justiça, bem como preceitua a legislação vigente sobre o DPVAT. É o que se demonstrará em seguida.

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020
www.joaobarbosaadvass.com.br



PRELIMINARMENTE

DA TEMPESTIVIDADE

A Ré apresenta a presente contestação em consonância com regra prevista no art. 218, § 4º do CPC/2015¹, prestigiando os princípios da celeridade, economia processual e boa-fé, pugnando desde já pelo recebimento da mesma.

DO DESINTERESSE NA REALIZAÇÃO DA AUDIÊNCIA PRELIMINAR DE CONCILIAÇÃO

Conforme se observa na exordial, a natureza do pedido do Seguro Obrigatório DPVAT, cujo cerne da questão é a suposta invalidez do demandante e o grau da lesão sofrida para fins indenizatórios do referido Seguro.

Assim, **torna-se imprescindível a realização da prova pericial**, pois, a Lei do DPVAT prevê graus diferenciados referentes à extensão das lesões acometidas pelas vítimas, classificando-as em total ou parcial, esta última subdividida em completa e incompleta, em caso de invalidez parcial do beneficiário a indenização será paga de forma proporcional ao grau da debilidade sofrida.

Desse modo, informa que não há interesse na realização da audiência preliminar de conciliação, e, visando dirimir as dúvidas existentes sobre a invalidez do autor, requer, se Vossa Excelência assim entender, a antecipação da prova pericial nos termos do art. 381, do CPC/2015².

DO MÉRITO

DA VALIDADE DO REGISTRO DE OCORRÊNCIA

Verifica-se Nobre Magistrado que o boletim de ocorrência policial acostado aos autos, trata-se de mera certidão, a qual foi comunicada pelo próprio autor, documento este produzido unilateralmente, a conveniência do interessado, assim, não tem validade alguma para a presente lide.

Há de ser considerado que o boletim de ocorrência policial anexo aos autos, somente foi registrado apenas em 01/04/2019 após 4 (QUATRO) MESES da data do alegado acidente noticiado.

Ademais, o boletim de ocorrência policial foi relatado pelo próprio autor a sua conveniência, sem testemunhas, e sem a presença da autoridade competente no local.

Em análise ao presente feito, verifica-se com estranheza que não foi apresentado Boletim de Ocorrência da data do sinistro supostamente ocorrido em 08/12/2018, não podendo ser considerado o registro de ocorrência policial apresentado como prova cabal do acidente noticiado nesta demanda.

Destarte, cabe alertar ao Nobre Julgador que, além de não ter sido apresentado o Registro de ocorrência da época do acidente, o comunicante **CONVENIENTEMENTE É A VÍTIMA E AUTOR** da presente lide o que causa grande espanto!

¹[1] Art. 218 - Os atos processuais serão realizados nos prazos prescritos em lei. [...] § 4º - Será considerado tempestivo o ato praticado antes do termo inicial do prazo.

²[1] Art. 381. A produção antecipada da prova será admitida nos casos em que: II - a prova a ser produzida seja suscetível de viabilizar a autocomposição ou outro meio adequado de solução de conflito;



Ressalta-se ainda o fato de que além de a vítima ser comunicante do suposto acidente, foi elaborado através dos fatos narrados pelo mesmo de forma unilateral, sem que nenhuma testemunha ou outro vitimado prestassem depoimento.

Não há justificativa para delonga tão grande, qualquer parente, amigo do autor, poderia ter comunicado o acidente a época do sinistro na delegacia competente.

No caso em apreço, exigir da ré o pagamento da indenização sem a existência de comprovação da veracidade do acidente, descaracteriza a atividade definida como seguro. Essa prova documental incumbe à parte Autoral, em razão de ser constitutiva do seu direito, de conformidade com o que estabelece o art. 373, I, do NCPC/15.

Desta forma a Ré requer a IMPROCEDENCIA TOTAL do pedido inicial, com fulcro nos artigos 487, I, do NCPC/15.

DA AUSÊNCIA DE LAUDO DO IML QUANTIFICANDO A LESÃO - ÔNUS DA PROVA DO AUTOR

Pode-se observar que a parte autora não apresentou qualquer documento conclusivo no que tange ao direito de receber a íntegra do teto indenizatório no que se refere à invalidez de caráter permanente, vez que não trouxe aos autos laudo do IML que atenda o disposto no Art. 5º § 5º da Lei 6.194/74, documento imprescindível para que se estabeleça o grau de limitação do membro afetado, a fim de quantificar da indenização.

Com efeito, a parte Autora deixou de juntar aos autos o Laudo do Instituto Médico Legal, furtando-se de provar o percentual de invalidez e o grau de redução funcional do membro supostamente afetado, em inobservância ao art. 373, I, CPC³.

Logo, tendo a parte autora deixado de comprovar suas alegações, impõe-se a improcedência total dos pedidos Autorais.

Caso este não seja o entendimento deste Douto Juízo, prossegue a Ré em suas argumentações apenas por amor ao debate.

DO REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO

DA INEXISTÊNCIA DE INVALIDEZ PERMANENTE

É incontroverso que a parte autora não apresentou qualquer documento conclusivo no que tange ao direito de receber o Seguro Obrigatório DPVAT no que se refere à cobertura de invalidez permanente, uma vez que o próprio laudo médico acostado nos autos pelo autor constata a ausência de lesões de caráter permanente.

Verifica-se, outrossim, que a parte autora ingressou com o requerimento administrativo, o qual foi negado pela Seguradora Reguladora, ante a ausência de lesões indenizáveis.

Frisa-se que nem todas as lesões ocasionadas por acidente automotor são passíveis de indenização, pois para caracterizar invalidez permanente passível de indenização imprescindível que haja perda definitiva ou redução da funcionalidade de um membro ou órgão, ou seja, quando a recuperação ou reabilitação da área afetada é dada como inviável, ao fim do tratamento médico.

³“APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT. AUSÊNCIA DE PROVA DA INVALIDEZ PERMANENTE. LAUDO INDIRETO DO IML. INSUFICIÊNCIA. ÔNUS DA PROVA DO AUTOR. IMPROCEDÊNCIA DO PEDIDO. MANUTENÇÃO DA SENTENÇA. 1 - O pagamento de indenização com base no seguro obrigatório se restringe às hipóteses de morte da vítima ou de invalidez permanente, ainda que parcial, além da possibilidade de reembolso por despesas médicas que se fizerem necessárias em razão do acidente. 2 - Não se desincumbindo o Autor do ônus de comprovar a invalidez permanente decorrente de acidente automobilístico, conforme exigem os artigos 5º da Lei 6.194/74 e 333, I, do Código de Processo Civil, deve ser julgado improcedente o pleito indenizatório.” (TJ-MG - AC: 10342120045667001 MG, Relator: José Marcos Vieira, Data de Julgamento: 13/03/2014, Câmaras Cíveis / 16ª CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 24/03/2014)



Deste modo, a Lei 6194/74 considera invalidez permanente quando a funcionalidade do órgão ou membro é afetada integralmente ou em parte. Por essa razão, lesões meramente estéticas, temporárias, ou que de qualquer forma não venham acarretar comprometimento de órgão ou função, não serão passíveis de indenização. E é exatamente o caso dos autos.

Em análise ao processo administrativo e aos documentos médicos juntados pela própria parte autora, conclui-se que o acidente ocasionou ao autor lesões que não acarretaram incapacidade funcional ou para realização de atividades ordinárias, portanto, não são passíveis de indenização.

Assim, verificada a inexistência de invalidez permanente, deverá o pedido autoral ser julgado IMPROCEDENTE, nos termos do art. 487, I, CPC.

DA AUSÊNCIA DE COBERTURA

O seguro obrigatório DPVAT é regido pela Lei n.º 6.194/74, tendo sido alterada pela Lei n.º 11.945/09, e discute matéria referente à modalidade de seguro obrigatório de danos pessoais causados por veículos automotores de via terrestre, ou por sua carga, a pessoas transportadas ou não.

Assim, temos que o seguro DPVAT dá cobertura apenas às indenizações ocasionadas por morte, invalidez e reembolso de despesas de assistências médicas e suplementares, não tendo abrangência sobre qualquer outra indenização que não seja as especificadas na letra da lei.

Verifica-se, porém, que as provas produzidas nos autos, demonstram e comprovam o contrário do que alega o Autor, o **LAUDOS MÉDICOS** atestam que a lesão apresentada é apenas temporária/recuperável, o que, por certo, não pode ser considerada INVALIDEZ, não havendo previsão de cobertura pela Lei do DPVAT.

Vale ressaltar que o convenio/seguradoras é responsável apenas pelo pagamento das indenizações dispostas na Lei 11.945/09, não podendo ter interpretação extensiva a pretensões de cunho particular por parte do Autor, que não tenham qualquer ligação com a matéria em questão.

Conclui-se assim ser impossível juridicamente o pedido do Autor, e, por ser impossível juridicamente o pedido, requer que a presente demanda seja julgada **IMPROCEDENTE**.

DA APLICABILIDADE DA SÚMULA 474 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Com advento da Medida Provisória nº 451/08, convertida na Lei nº 11.945/2009, estabeleceu-se percentuais indenizatórios aos danos corporais, subdividindo-os em totais e parciais, de modo que se impõe a graduação da lesão para fins indenizatórios.

Em continuidade, tem-se a aludida Lei prevê graus diferenciados de invalidez permanente, classificando-a em total ou parcial, esta última subdividida em completa e incompleta, o que por certo deverá ser observado por esse Nobre Magistrado.

A referida inovação legal trouxe a figura da invalidez parcial incompleta. Portanto, para dirimir o percentual indenizável no caso concreto, é imprescindível a realização de prova pericial, ocasião em que se verificará se a lesão suportada pela parte autora é parcial incompleta, apontando sua respectiva repercussão geral⁴.

⁴RECURSO CÍVEL. SEGURO DPVAT. AÇÃO DE COBRANÇA. COMPLEMENTAÇÃO DE INDENIZAÇÃO. i) EM CASO DE INVALIDEZ PARCIAL, O PAGAMENTO DO SEGURO DPVAT DEVE, POR IGUAL, OBSERVAR A RESPECTIVA PROPORCIONALIDADE. É VÁLIDA A UTILIZAÇÃO DE TABELA PARA REDUÇÃO PROPORCIONAL DA INDENIZAÇÃO A SER PAGA POR SEGURO DPVAT, EM SITUAÇÕES DE INVALIDEZ PARCIAL, AINDA QUE O ACIDENTE TENHA OCORRIDO ANTES DA LEI N.º 11.945/09. ii) INDENIZAÇÃO INDEVIDA. HIPÓTESE EM QUE A PARTE AUTORA NÃO FAZ JUS À COMPLEMENTAÇÃO DA INDENIZAÇÃO, POIS NÃO HOUE A DEMONSTRAÇÃO DE QUE A LESÃO SOFRIDA TENHA SIDO DE MAIOR GRAVIDADE DO QUE A INDENIZADA ADMINISTRATIVAMENTE. iii) APLICAÇÃO DA SÚMULA 474 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez. iv) RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. SENTENÇA REFORMADA.



No mesmo sentido, o Superior Tribunal de Justiça editou a Súmula 474 pacificando o entendimento que no caso de invalidez a indenização do Seguro Obrigatório DPVAT deverá ser paga em conformidade com o grau da invalidez da vítima⁵.

Frisa-se que a Suprema Corte firmou posicionamento sobre a constitucionalidade da inovação legal trazida originariamente pela MP 451/08, conforme se verifica no julgamento da ADI 4627/DF.

Assim, para se chegar ao valor indenizável devido, na hipótese de invalidez parcial incompleta, devem ser observadas duas etapas:

Identifica-se o tipo de dano corporal segmentar na Tabela, aplicando-se o respectivo percentual de perda; e

Sobre o valor encontrado, aplica-se os percentuais de acordo com o grau de repercussão: intensa – 75%; média – 50%; leve – 25%; e sequela residual – 10%.

Evidente, pois, inexistir qualquer direito de indenização integral a parte Autora, devendo ser respeitada a proporcionalidade do grau de invalidez.

Sendo assim, na hipótese de condenação da seguradora, o valor indenizatório deverá ser apontado após a realização de perícia médica, constatando a extensão da lesão do autor, observando-se o método de cálculo apresentado.

DA IMPOSSIBILIDADE DA INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA

Não há que se falar em inversão do ônus da prova, vez que o seguro DPVAT não se trata de relação de consumo, e sim de uma obrigação legal.

Assim, não pode a parte autora ser confundida como consumidora, pois, não há qualquer relação de consumo entre as partes litigantes, o que gera a inaplicabilidade da inversão do ônus da prova, característica do Código de Defesa do Consumidor.

Neste sentido é o recente entendimento firmado pelos Tribunais pátrios⁶, ratificando o descabimento da inversão do ônus da prova com base na aplicação do Código de Defesa do Consumidor.

Sendo assim, por se tratar de prova essencial dos fatos constitutivos da pretensão autoral, deverá o ônus da prova ser custeado pela parte autora, como determina o art. 373, I do CPC.

⁵**Súmula 474 | Superior Tribunal de Justiça** “A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez.”

⁶“PROCESSO CIVIL. AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT. PRELIMINAR DE FALTA DE INTERESSE DE AGIR NÃO APRECIADA PELO JUÍZO A QUO. IMPOSSIBILIDADE DE APRECIÇÃO PELA INSTÂNCIA REVISORA. **INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA, COM BASE NO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR. INAPLICABILIDADE DO DIPLOMA LEGAL CONSUMERISTA ÀS RELAÇÕES DE SEGURO OBRIGATÓRIO.** Agravo de Instrumento interposto de decisão que em ação de cobrança do seguro obrigatório DPVAT deferiu a inversão do ônus da prova. 1. Preliminar de ausência de interesse de agir não enfrentada pelo juízo a quo impede o exame pela instância revisora, sob pena de supressão de instância. 2. **A contratação compulsória do seguro obrigatório DPVAT afasta a natureza consumerista da relação jurídica entre seguradora e segurado, e impossibilita a decretação da inversão do ônus da prova com base no artigo 6º, VIII, da Lei nº 8078/90.** 3. Recurso a que se dá provimento, com base no artigo 557 § 1º-A do Código de Processo Civil, para afastar a inversão do ônus da prova decorrente da aplicação do Código de Defesa do Consumidor.” (TJ-RJ - AI: 00612946320148190000 RJ 0061294-63.2014.8.19.0000, Relator: DES. FERNANDO FOCH DE LEMOS ARIGONY DA SILVA, Data de Julgamento: 12/01/2015, TERCEIRA CAMARA CIVEL, Data de Publicação: 16/01/2015).



DOS JUROS DE MORA E DA CORREÇÃO MONETÁRIA

Em relação aos juros de mora, o Colendo Superior Tribunal de Justiça editou a Súmula nº 426 pacificando a incidência dos juros a partir da citação⁷.

Com relação à correção monetária, é curial que seja analisada questão acerca a forma da Lei 6.899/1981, ou seja, a partir da propositura da ação⁸.

Assim sendo, na remota hipótese de condenação, requer que os juros moratórios sejam aplicados a partir da citação, bem como a correção monetária seja computada a partir do ajuizamento da presente ação.

DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS

Observar-se que o parte autora litiga sob o pálio da Gratuidade de Justiça e, em caso de eventual condenação, os honorários advocatícios deverão ser limitados ao patamar **máximo** de 20% (vinte por cento), nos termos do art. 85, §2º do Código de Processo Civil.

Contudo, a demanda não apresentou nenhum grau de complexidade nem mesmo exigiu um grau de zelo demasiado pelo patrono da parte autora, pelo que se amolda nos termos dos incisos I, II, III e IV do §2º art. 85, do Código de Processo Civil.

Desta feita, na remota hipótese de condenação da Ré, requer que o pagamento dos honorários advocatícios seja arbitrado na monta de 10% (dez por cento), conforme supracitado.

CONCLUSÃO

Ante o exposto, reafirma o desinteresse na audiência de conciliação, conforme amplamente demonstrado no corpo da presente peça.

Em caso de eventual condenação, pugna a Ré, pela aplicação da tabela de quantificação da extensão da invalidez permanente, conforme preconiza a Súmula 474 do STJ.

Na remota hipótese de condenação, pugna-se para que os juros moratórios sejam aplicados a partir da citação válida e honorários advocatícios sejam limitados ao percentual máximo de 10% (dez por cento).

Por se tratar de ônus da prova da parte autora, pugna-se pela realização da prova pericial pelo IML com o fito de auferir o nexo de causalidade entre a lesão da vítima e o suposto acidente automobilístico, bem como se há valor indenizável a ser pago. Caso Vossa Excelência assim não entenda, requer que os custos da realização da prova pericial sejam arcados pela parte autora ou pelo Estado, eis que imprescindível a produção da prova para o deslinde da demanda.

Requer, outrossim, a produção de prova documental suplementar e haja vista a necessidade de elucidar aspectos que contribuam com a veracidade dos fatos alegados na exordial requer o depoimento pessoal da vítima para que esclareça:

- Queira a vítima esclarecer a dinâmica do acidente, os veículos envolvidos e suas características, o membro ou segmento do corpo afetado e se houve encaminhamento ao hospital;
- Queira esclarecer se houve requerimento administrativo em razão do sinistro narrado na inicial ou outro sinistro;

⁷“SÚMULA N. 426: Os juros de mora na indenização do seguro DPVAT fluem a partir da citação.”

⁸art. 1º. (...)

§2º Nos demais casos, o cálculo far-se-á a partir do ajuizamento da ação.



- Se a vítima recebeu algum valor referente a este ou outro sinistro.

Para fins do exposto no artigo 106, inciso I, do Código de Processo Civil, requer que todas as intimações sejam encaminhadas ao escritório de seus patronos, sito na Rua São José, nº 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro-RJ, CEP: 20010-020 e que as publicações sejam realizadas, exclusivamente, em nome do patrono **EDNAN SOARES COUTINHO**, inscrito sob o nº **1841/PI**, sob pena de nulidade das mesmas.

Nestes Termos,
Pede Deferimento,

VALENCA DO PIAUI, 22 de outubro de 2019.

EDNAN SOARES COUTINHO
1841 - OAB/PI

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020
www.joaobarbosaadvass.com.br



QUESITOS DA RÉ

- 1 - Queira o Sr. Perito informar se há nexos de causalidade entre o acidente narrado na petição inicial e a lesão apresentada pelo autor. Caso haja, informar se da referida lesão resultou invalidez permanente ou temporária;
- 2 - Queira o Sr. Perito informar se a invalidez permanente é notória ou de fácil constatação;
- 3 - Queira o Sr. Perito esclarecer quando a vítima teve ciência de sua incapacidade com base nos documentos médicos acostados aos autos;
- 4 - Queira o Sr. Perito informar se a vítima encontra-se em tratamento ou já se esgotaram todas as possibilidades existentes na tentativa de minimizar o dano;
- 5 - Queira o Sr. Perito informar se à época do acidente o membro afetado já contava com alguma seqüela oriunda de circunstância anterior;
- 6 - Queira o Sr. Perito informar se a lesão apresenta caráter parcial ou total. Sendo a invalidez parcial incompleta, queira o Ilustre Perito informar o membro afetado e se a redução proporcional da indenização corresponde a 75% (setenta e cinco por cento) para as perdas de repercussão intensa, 50% (cinquenta por cento) para as de média repercussão, 25% (vinte e cinco por cento) para as de leve repercussão, 10% (dez por cento) para as de seqüelas residuais, consoante o disposto no Art. 3º, inciso II, da Lei 6.194/74;
- 7 - Queira o Sr. Perito esclarecer todo e qualquer outro elemento necessário ao deslinde da causa.



TABELA DE GRADAÇÃO

Danos Corporais Previstos na Lei	Total (100%)	Intensa (75%)	Média (50%)	Leve (25%)	Residual (10%)
Perda anatômica e/ou funcional completa de ambos os membros superiores ou inferiores					
Perda anatômica e/ou funcional completa de ambas as mãos ou de ambos os pés					
Perda anatômica e/ou funcional completa de um membro superior e de um membro inferior					
Perda completa da visão em ambos os olhos (cegueira bilateral) ou cegueira legal bilateral					
Lesões neurológicas que cursem com: (a) dano cognitivo-comportamental alienante; (b) impedimento do senso de orientação espacial e/ou do livre deslocamento corporal; (c) perda completa do controle esfinteriano; (d) comprometimento de função vital ou autonômica	R\$ 13.500,00	R\$ 10.125,00	R\$ 6.750,00	R\$ 3.375,00	R\$ 1.350,00
Lesões de órgãos e estruturas crânio-faciais, cervicais, torácicos, abdominais, pélvicos ou retro-peritoneais cursando com prejuízos funcionais não compensáveis de ordem autonômica, respiratória, cardiovascular, digestiva, excretora ou de qualquer outra espécie, desde que haja comprometimento de função vital					
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros superiores e/ou de uma das mãos	R\$ 9.450,00	R\$ 7.087,50	R\$ 4.725,00	R\$ 2.362,50	R\$ 945,00
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros inferiores					
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos pés	R\$ 6.750,00	R\$ 5.062,50	R\$ 3.375,00	R\$ 1.687,50	R\$ 675,00
Perda auditiva total bilateral (surdez completa) ou da fonação (mudez completa) ou da visão de um olho					
Perda completa da mobilidade de um dos ombros, cotovelos, punhos ou dedo polegar	R\$ 3.375,00	R\$ 2.531,25	R\$ 1.687,50	R\$ 843,75	R\$ 337,50
Perda completa da mobilidade de um quadril, joelho ou tornozelo					
Perda completa da mobilidade de um segmento da coluna vertebral exceto o sacral					
Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dentre os outros dedos da mão	R\$ 1.350,00	R\$ 1.012,50	R\$ 675,00	R\$ 337,50	R\$ 135,00
Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dos dedos do pé					
Perda integral (retirada cirúrgica) do baço					



SUBSTABELECIMENTO

JOÃO ALVES BARBOSA FILHO, brasileiro, casado, advogado inscrito na OAB/PI 10201, **JOÃO PAULO RIBEIRO MARTINS**, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na OAB/ RJ sob o nº 144.819; **JOSELAINE MAURA DE SOUZA FIGUEIREDO**, brasileira, casada, advogada, inscrita na OAB/ RJ sob o nº 140.522; **FERNANDO DE FREITAS BARBOSA**, brasileiro, casado, advogado inscrito na OAB/ RJ sob o nº 152.629 substabelecem, com reserva de iguais, na pessoa dos advogados **EDNAN SOARES COUTINHO**, inscrita na OAB/PI sob o nº 1841 e **HERISON HELDER PORTELA PINTO**, inscrito na OAB/PI sob nº 5367, ambos com escritório à RUA BARROSO, N.º 646 – CENTRO/NORTE – TERESINA/PI, os poderes que lhes foram conferidos por **SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.**, nos autos de Ação de Cobrança de Seguro DPVAT, que lhe move **LEONARDO ALVES LIMA**, em curso perante a **ÚNICA VARA CÍVEL** da comarca de **VALENCA DO PIAUI**, nos autos do Processo nº 08000631320198180078.

Rio de Janeiro, 22 de outubro de 2019.

JOÃO ALVES BARBOSA FILHO - OAB/PI 10201

FERNANDO DE FREITAS BARBOSA - OAB RJ 152.629

JOSELAINE MAURA DE SOUZA FIGUEIREDO- OAB RJ 140.522

JOAO PAULO RIBEIRO MARTINS - OAB RJ 144.819

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020
www.joaobarbosaadvass.com.br



PARECER DE ANÁLISE MÉDICA



DADOS DO SINISTRO

Número: 3190274413 **Cidade:** Novo Oriente do Piauí **Natureza:** Invalidez Permanente
Vítima: LEONARDO ALVES LIMA **Data do acidente:** 08/12/2018 **Seguradora:** SUHAI SEGURADORA S.A.

PARECER

Diagnóstico: FRATURA DA PAREDE LATERAL DA ÓRBITA ESQUERDA E DO OSSO ZIGOMÁTICO ESQUERDO.

Descrição do exame físico: VÍTIMA REFERE CEFALÉIA PREDOMINANTEMENTE À ESQUERDA, VERTIGEM, DOR A MASTIGAÇÃO E QUEIMAÇÃO E REGIÃO DA HEMIFACE ESQUERDA.

Resultados terapêuticos: REALIZADO TRATAMENTO CIRÚRGICO COM OSTEOSSÍNTESE TANTO DA FRATURA DA ÓRBITA ESQUERDA COMO DA FRATURA DO ZIGOMÁTICO ESQUERDO.

Sequelas permanentes:

Sequelas: Sem sequela

Data do exame físico: 24/04/2019

Conduta mantida:

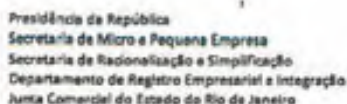
Observações:

Este parecer substitui os demais pareceres anteriores a esta data.

DANOS

DANOS CORPORAIS COMPROVADOS	Percentual da Perda (Tabela da Lei 6.194/74)	Enquadramento da Perda (art 3º § 1º da Lei 6.194/74)	% Apurado	Indenização pelo dano
		Total	0 %	R\$ 0,00





33.3.0028479-6

Sociedade anônima

☐ No email

119 An Stereocenter

26/01/2018 - 10:52:13

JUCERJA

Ultima Argumentation

00002131003 - 28/11/2017

NAME: 11.1.0018479.4

SEGURO LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

Balance(s): 103793004

Mesh: ICC52023-0730-4232-8033-7CC99436A904

Órgão	Calculado	Pago
Junta	570,00	570,00
Pág1	21,00	21,00



REQUERIMIENTO


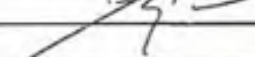
Ilmo Sr. Presidente da Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

requer a v. sa o deferimento do seguinte ato:

[illegible]

Representante legal da empresa

Local	Nome:	 	
	Assinatura:		
	Telefone de contato:		
Data	E-mail:		
	Tipo de documento:		Híbrido
	Data de criação:		24/01/2018
	Data da 1ª entrada:		



00-2018/017153-4

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresal: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

NºRE: 333.0028479-6 Protocolo: 02-2018/017153-4 Data do protocolo: 26/01/2018

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 30/01/2018 SOB O NÚMERO DOB03149059 e demais constantes do termo de autenticação.

Audit trail id: FD69743867A48220C9D84856AFAD85ECF8FFD5CF68740F233K496AFDA30E1FD8

Faça validar o documento acesse <http://www.tucetja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o n° de protocolo. Pág. 2/13



JUDEE TAYLOR
Executive Director



**SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO
DO SEGURO DPVAT S.A.**

NIRE nº. 33.3.0028479-6
CNPJ/MF nº. 09.248.608/0001-04

**ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
REALIZADA EM 14 DE DEZEMBRO DE 2017**

1. DATA, HORA E LOCAL: Aos 14 (quatorze) dias do mês de dezembro de 2017, às 10 horas, na Rua da Assembleia, nº 100 - 26º andar - Sala de Reunião do Conselho de Administração, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

2. CONVOCAÇÃO: Os membros do Conselho de Administração foram convocados por correio eletrônico enviado em 07 de dezembro de 2017.

3. PRESENÇA: Presentes os conselheiros titulares: Roberto Barroso, Celso Damadi, Jabis de Mendonça Alexandre, Rosana Techima Salsano, Ivan Luiz Gontijo Júnior, Alfredo Lalia Neto, Marcelo Goldman, Bernardo Dieckmann, João Gilberto Possiede, Nicolás Jesus Di Salvo, Paulo de Oliveira Medeiros, João Carlos Cardoso Botelho, Fernando Rodrigues Azevedo e Paulo Augusto Freitas de Souza, conforme assinaturas constantes do Livro de Presença de Conselheiros da Companhia. Presentes, ainda, os conselheiros suplentes Leonardo F. Semenovitch, Sidney Aparecido Pariz, Anderson Fernandes Peixoto e Maurício Bernardes, que, por força da presença dos respectivos Conselheiros titulares, atenderam à reunião sem direito a voto nas matérias da ordem do dia, conforme assinaturas constantes do Livro de Presença de Conselheiros da Companhia.



4. MESA: Presidente: Roberto Barroso; Secretária: Isabella Maria Azevedo da Cunha.

5. ORDEM DO DIA: deliberar sobre:

- (i) reeleição de Diretores Estatutários; e
- (ii) eleição de membro para o Comitê de Auditoria.

6. DELIBERAÇÕES: Iniciados os trabalhos pelo item (i) da ordem do dia, os membros do Conselho de Administração deliberaram, por unanimidade, reeleger para um mandato de 01 (um) ano os seguintes membros da Diretoria da Companhia: (a) **JOSÉ ISMAR ALVES TÔRRES**, brasileiro, casado, securitário, inscrito no CPF/MF sob o nº 186.088.769-49 e titular da carteira de identidade nº 2.237.060, expedido pela SSP-DF, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro, para o cargo de Diretor Presidente da Companhia; (b) **HELIO BITTON RODRIGUES**, brasileiro, solteiro, advogado, titular do documento de identidade nº 07.395.050-3, expedido pelo DETRAN-RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 990.536.407-20, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro, para o cargo de Diretor sem designação específica da

Ata da Reunião do Conselho de Administração da Seguradora Líder do Consórcio do
Seguro DPVAT S.A. realizada em 14 de dezembro de 2017, às 10 horas
Página 1 de 3

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro	
Empresa: SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S/A	
NIRE: 333.0028479-6 Protocolo: 00-2018/017153-4 Data do protocolo: 26/01/2018	
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 30/01/2018 SOB O NÚMERO 00003189059 e demais constantes do termo de autenticação.	
Autenticação: FD69743867A48220CF0E4856AFABE38CF8FFD5CF68740F233E496AFUA80E1F98	
Para validar o documento acesse http://www.juceerj.rj.gov.br/servicos/chanceladigital , informe o nº do protocolo. Pág. 3/13	



Companhia; e (c) **CRISTIANE FERREIRA DA SILVA**, brasileira, solteira, securitária, titular do documento de identidade nº 16.482.014-0, expedido pela SSP-SP, inscrita no CPF/MF sob o nº 060.179.048-09, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro, para o cargo de Diretora sem designação específica. A posse dos diretores ora eleitos dar-se-á mediante assinatura do respectivo termo no livro de atas da Diretoria Executiva da Companhia, permanecendo nos respectivos cargos até a investidura dos seus sucessores. Os Diretores ora eleitos aceitaram e declararam, sob as penas da lei, que não estão impedidos de exercer o comércio ou a administração de sociedade mercantis em virtude de condenação criminal, tampouco estão impedidos, por lei especial, ou condenados por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, não estando incurso em quaisquer dos crimes previstos em lei ou nas restrições legais que possam impedi-los de exercer atividades mercantis, em desacordo com o disposto no art. 37, inciso II, da Lei nº. 8.934, 18 de dezembro de 1994 e no art. 147 da Lei nº. 6.404, de 15 de dezembro de 1976, ciente de que qualquer declaração falsa importará em responsabilidade criminal. Os membros do Conselho de Administração deliberaram, por unanimidade, retirar o item (ii) da ordem do dia de pauta. Em decorrência do item (i) da ordem do dia, os membros do Conselho de Administração deliberaram, por unanimidade, reafirmar as funções específicas perante a SUSEP atribuídas aos membros da Diretoria Executiva, conforme segue. Deixa-se de atribuir as funções de que tratam os itens 1.2.1.5, 1.2.1.6, e 1.2.1.7, da Carta Circular nº 1/2016/Susep-Cgrat, tendo em vista inexistirem as referidas atividades na Companhia:

N	MEMBRO	RCA	MANDATO	FUNÇÃO ESPECÍFICAS PERANTE À SUSEP
1	José Ismar Alves Torres	14.12.2017	13.12.2018	Diretor Presidente
2	Helio Bitton Rodrigues	14.12.2017	13.12.2018	sem função específica
3	Cristiane Ferreira da Silva	14.12.2017	13.12.2018	Diretor responsável técnico (Circular SUSEP nº 234/03 e Resolução CNSP nº 321/15) (executiva ou operacional)
4	Milton Bellizla	15.02.2017	14.02.2018	Diretor responsável pelas relações com a SUSEP (executiva ou operacional)
				Diretor responsável administrativo-financeiro (executiva ou operacional)
				Diretor responsável pelo acompanhamento, supervisão e cumprimento das normas e procedimentos de contabilidade (executiva ou operacional)
5	Andrea Louise Ruano Ribeiro	15.02.2017	14.02.2018	Diretor responsável pelo cumprimento do disposto na Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998 (Circulares SUSEP nº 234/03 e 445/12) (fiscalização ou controle)
				Diretor responsável pelos controles internos (fiscalização ou controle)
				Diretor responsável pelos controles internos específicos para a prevenção contra fraudes (fiscalização ou controle)

Ata da Reunião do Conselho de Administração da Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT S.A. realizada em 14 de dezembro de 2017, às 10 horas
Página 2 de 3

CR *Law*

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
NIRE: 333.0028478-6 Protocolo: 00-1018/917153-4 Data do protocolo: 24/01/2018
CERTIFICADO DE ARQUIVAMENTO em 24/01/2018 sob o número 00003149059 e demais conformes ao Anexo de autenticação:
Autenticação: F06974386FA48270CF08A85CAFAD58C789F705CF5674CF215E496AFDA8021F88
Para validar o documento acesse <http://www.jucecja.rj.gov.br/servicos/canceladigital>, informe o nº de protocolo. Pág. 4/13

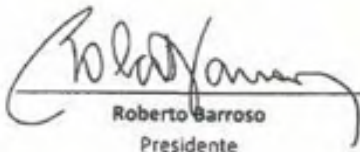


7. ENCERRAMENTO, LAVRATURA, APROVAÇÃO E ASSINATURA DA ATA: Nada mais a ser tratado, foi encerrada a reunião e lavrada a presente ata em forma de sumário dos fatos ocorridos e que, após lida e achada correta, foi aprovada e assinada por todos os conselheiros presentes.

8. ASSINATURAS: A presente ata foi assinada por: Roberto Barroso – Presidente (ass.), Isabella Maria Azevedo da Cunha – Secretária (ass.), Celso Damadi, Jabis de Mendonça Alexandre (ass.), Rosana Techima Salsano (ass.), Ivan Luiz Gontijo Junior (ass.), Alfredo Lalia Neto (ass.), Marcelo Goldman (ass.), Bernardo Dieckmann (ass.), João Gilberto Possiede (ass.), Nicolás Jesus Di Salvo (ass.), Paulo de Oliveira Medeiros (ass.), João Carlos Cardoso Botelho, Fernando Rodrigues Azevedo (ass.) e Paulo Augusto Freitas de Souza (ass.).

Certifico que a presente é cópia fiel da Ata original lavrada no Livro de Atas do Conselho de Administração da Companhia.

Rio de Janeiro, 14 de dezembro de 2017


Roberto Barroso
Presidente


Isabella Maria Azevedo da Cunha
Secretária

Ata da Reunião do Conselho de Administração da Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT S.A. realizada em 14 de dezembro de 2017, às 10 horas
Página 3 de 3

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
NIRE: 333.0028479-6 Protocolo: 00-2018/017153-4 Data do protocolo: 26/01/2018
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 30/01/2018 SOB O NÚMERO 00003149059 e demais constantes do teor do autenticação.
Autenticação: FD69743B6FA48220CF0E4B36AFADE5ECF8FFD5CF68740F233E496AFDA80E1FB8
Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o n° de protocolo. Pag. 3/13



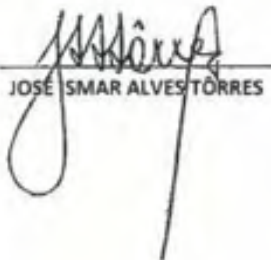
SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO
DO SEGURO DPVAT S.A.
NIRE nº. 33.3.0028479-6
CNPJ/MF nº. 09.248.608/0001-04

LIVRO DE ATAS DE REUNIÃO DA DIRETORIA EXECUTIVA

TERMO DE POSSE

JOSÉ ISMAR ALVES TÔRRES, brasileiro, casado, securitário, inscrito no CPF/MF sob o nº 186.088.769-49 e titular da carteira de identidade nº 2.237.060, expedido pela SSP-DF, residente e domiciliado na Rua Presidente Alfonso Lopes, nº 25, apto 402 – Lagoa, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro – CEP: 22071-050, eleito como membro da Diretoria Executiva da Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT S.A. ("Companhia") na Reunião do Conselho de Administração realizada no dia 14 de dezembro de 2017, é investido no cargo para o qual foi eleito mediante assinatura do presente termo, em conformidade com a Lei nº 6.404/1976, com prazo de mandato de 01 (um) ano. O membro da Diretoria Executiva ora investido, nos termos do art. 147 da Lei nº 6.404/76, declara, sob as penas da lei, que: (i) não está impedido por lei especial, ou condenado por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; (ii) possui reputação ilibada; (iii) preenche os requisitos estabelecidos na legislação em vigor para o exercício do cargo para o qual foi eleito; e (iv) não ocupa cargo em sociedade que possa ser considerada concorrente no mercado da Companhia, e não tem, nem representa, interesse conflitante com o da Companhia. Por fim, nos termos do art. 149, § 2º da Lei nº 6.404/1976, declara que receberá as citações e intimações em processos administrativos e judiciais relativos a atos de sua gestão na Rua Senador Dantas, nº 74 - 5º, 6º, 9º, 14º e 15º andares, Centro, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

Rio de Janeiro, 14 de dezembro de 2017


JOSE ISMAR ALVES TORRES

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro	
Empresa: SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A	
NIRE: 333.0028479-6 Protocolo: 00-2018/017153-4 Data do protocolo: 26/01/2018	
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 30/01/2018 SOB O NÚMERO 00093149055 e demais constantes do termo de autenticação.	
Autenticação: FD6974386FA9220CDE4B06AFADE1ECF8FFD5CF68740F233E496AFDA80E1F88	
Para validar o documento acesse http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital , informe o nº de protocolo. Pag. 8/13	



SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO
DO SEGURO DPVAT S.A.
NIRE nº. 33.3.0028479-6
CNPJ/MF nº. 09.248.608/0001-04

LIVRO DE ATAS DE REUNIÃO DA DIRETORIA EXECUTIVA

TERMO DE POSSE

HÉLIO BITTON RODRIGUES, brasileiro, solteiro, advogado, titular do documento de identidade nº 07.395.050-3, expedido pelo DETRAN-RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 990.536.407-20, residente e domiciliado na Rua Visconde de Pirajá, 228, apto 203, Ipanema, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro – CEP: 22410-000, eleito como membro da Diretoria Executiva da Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT S.A. ("Companhia") na Reunião do Conselho de Administração realizada no dia 14 de dezembro de 2017, é investido no cargo para o qual foi eleito mediante assinatura do presente termo, em conformidade com a Lei nº 6.404/1976, com prazo de mandato de 01 (um) ano. O membro da Diretoria Executiva ora investido, nos termos do art. 147 da Lei nº 6.404/76, declara, sob as penas da lei, que: (i) não está impedido por lei especial, ou condenado por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; (ii) possui reputação ilibada; (iii) preenche os requisitos estabelecidos na legislação em vigor para o exercício do cargo para o qual foi eleito; e (iv) não ocupa cargo em sociedade que possa ser considerada concorrente no mercado da Companhia, e não tem, nem representa, interesse conflitante com o da Companhia. Por fim, nos termos do art. 149, § 2º da Lei nº 6.404/1976, declara que receberá as citações e intimações em processos administrativos e judiciais relativos a atos de sua gestão na Rua Senador Dantas, nº 74 - 5º, 6º, 9º, 14º e 15º andares, Centro, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

Rio de Janeiro, 14 de dezembro de 2017


HÉLIO BITTON RODRIGUES

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro	
Empresa: SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A	
NIRE: 333.0028479-6 Protocolo: 00-2018/017153-4 Data do protocolo: 26/01/2018	
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 30/01/2018 SOB O NÚMERO 00003149059 e demais constantes do termo de autenticação.	
Autenticação: FD6974386FA48220CF0E4B16AFAD5ECF8FF00CF68740F233E496AFDA30E1F88	
Para validar o documento acesse http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital , informe o nº de protocolo. Pág. 10/13	





4996507

ANEXO I À ATA DAS ASSEMBLÉIAS GERAIS ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DA SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A., REALIZADAS EM 17 DE MARÇO DE 2016

"SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A.

ESTATUTO SOCIAL

CAPÍTULO I - DENOMINAÇÃO, SEDE, OBJETO E DURAÇÃO

Artigo 1º – A SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A. (a "Companhia") é uma sociedade por ações, de capital fechado, que se rege por este Estatuto Social e pelas disposições legais que lhe forem aplicáveis.

Artigo 2º – A Companhia tem por objeto operar nos ramos de seguros de danos e de pessoas, podendo participar de consórcios como líder, como previsto na regulamentação do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP.

Artigo 3º – A Companhia tem sede na cidade de Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Senador Dantas nº 74, 5º, 6º, 9º, 14 e 15 andares, podendo criar, modificar e encerrar, mediante decisão da Diretoria, filiais, agências, sucursais, escritórios e representações em qualquer localidade do País.

Artigo 4º – A Companhia terá prazo indeterminado de duração.

CAPÍTULO II - CAPITAL SOCIAL E AÇÕES

Artigo 5º – O capital social é de R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais), totalmente subscrito e integralizado, sendo dividido em 15.000.000 (quinze milhões) de ações ordinárias nominativas escriturais, sem valor nominal.

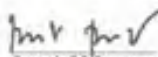
Parágrafo Primeiro – Cada ação ordinária confere a seu titular direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

Artigo 6º – Respeitadas as disposições legais aplicáveis, a Companhia poderá efetuar resgate total ou parcial de ações de qualquer espécie ou classe ou adquiri-las para mantê-las em Tesouraria, pelo valor patrimonial da ação do último balanço auditado, cabendo ao Conselho de Administração fixar as demais características da operação.

CAPÍTULO III – ASSEMBLEIA GERAL

ARTIGO 7º – A Assembleia Geral tem poderes para decidir todos os negócios relativos ao objeto da Companhia e tomar as resoluções que julgar convenientes à sua defesa e desenvolvimento, sempre por maioria absoluta de votos, excetuados os casos expressos em lei.

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016
Página 1 de 10


Bernardo R.S. Berninger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33300284796
Protocolo: 0020163575185 - 27/08/2016
CERTIFICADO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C61B477D79BCBA11812475AE92082968235403C7645C695
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016





4996508

ARTIGO 8º - A Assembleia Geral reunir-se-á, ordinariamente, dentro dos 3 (três) primeiros meses após o encerramento do exercício social e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais assim o exigirem.

Parágrafo Primeiro - A Assembleia Geral será convocada na forma da lei. Independentemente das formalidades de convocação, também será considerada regular a Assembleia Geral a que comparecerem todos os acionistas.

Parágrafo Segundo - A mesa da Assembleia Geral será presidida por um acionista, diretor ou não, escolhido dentre os presentes por aclamação para dirigir os trabalhos, o qual poderá nomear até 2 (dois) secretários, que poderão ser acionistas ou não, para assessorá-lo a dirigir os trabalhos, manter a ordem, suspender, adiar e encerrar as reuniões e reduzir a termo o que foi deliberado, produzindo a competente ata.

Parágrafo Terceiro - Os representantes legais e os procuradores constituídos, para que possam comparecer às Assembleias, deverão fazer a entrega dos respectivos instrumentos de representação ou mandato na sede da Companhia, até 48 (quarenta e oito) horas antes da reunião acontecer.

Parágrafo Quarto - Ressalvadas as exceções previstas em lei, a Assembleia Geral instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de acionistas que representem, no mínimo, 1/4 (um quarto) do capital social com direito a voto, e em segunda convocação instalar-se-á com qualquer número.

Parágrafo Quinto - As decisões da Assembleia Geral serão formalizadas através de ata que deverá conter a transcrição das deliberações tomadas. Da ata tirar-se-ão certidões ou cópias autenticadas para os fins legais.

Parágrafo Sexto - Somente será aprovada a modificação do objeto social da Companhia com a aprovação de 2/3 (dois terços) das ações ordinárias.

CAPÍTULO IV - ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA

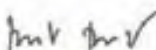
ARTIGO 9º - A Companhia terá um Conselho de Administração e uma Diretoria Executiva.

Parágrafo Primeiro - Os Conselheiros e os Diretores serão investidos, após a aprovação de sua eleição pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, em seus cargos mediante assinatura do termo de posse no Livro de Atas do Conselho de Administração ou da Diretoria Executiva, conforme o caso.

Parágrafo Segundo - O prazo de gestão dos Conselheiros e dos Diretores estender-se-á até a investidura dos respectivos sucessores.

Parágrafo Terceiro - As atas das reuniões do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva serão lavradas em livro próprio e serão assinadas pelos Conselheiros e pelos Diretores presentes, conforme o caso.

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016
Página 2 de 10


Bernardo F. S. Benveniste
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33300284796
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 48F9A0C86883B2947C61B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C895
Arquivamento: 00002958803 - 11/10/2018





4996509

Parágrafo Quarto – Os membros do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva ficam dispensados de prestar caução como garantia de sua gestão.

Parágrafo Quinto – Caberá à Assembleia Geral fixar o montante global da remuneração dos Administradores, a qual será distribuída e destinada conforme deliberação do Conselho de Administração.

CAPÍTULO V - CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

ARTIGO 10 – A Companhia será administrada por um Conselho de Administração, composto por, no mínimo, 9 (nove) membros, e no máximo, 15 (quinze) membros, e igual número de suplentes, todos acionistas, residentes no País ou não, eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral, e com mandato de 1 (um) ano, permitida a reeleição.

Parágrafo Primeiro – Os membros do Conselho de Administração terão as seguintes denominações: Conselheiro Presidente, Conselheiro Vice-Presidente e demais conselheiros sem designação específica.

Parágrafo Segundo – O membro do Conselho de Administração, que tiver ou representar interesse conflitante com a Companhia, não poderá ter acesso a informações nem participar e exercer o direito de voto nas deliberações do Conselho de Administração que configurem tal impedimento. Poderá, todavia, ser substituído por seu suplente, desde que este não esteja igualmente impedido.

Parágrafo Terceiro – O primeiro mandato dos membros do Conselho de Administração poderá ser superior a 1 (um) ano, se estendendo até a Assembleia Geral Ordinária que se realizar em 2009, referente ao exercício de 2008.

ARTIGO 11 – Eleito pela Assembleia Geral o Conselho de Administração, caberá a este a eleição do Presidente e do Vice-Presidente do Conselho, por maioria de votos. O Vice-Presidente substituirá o Presidente nas suas ausências e impedimentos temporários.

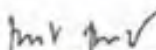
ARTIGO 12 – Na hipótese de ausências e impedimentos temporários de membro do Conselho de Administração, caberá ao seu suplente substituí-lo, e, no caso de vacância de cargo do Conselho de Administração, o conselheiro ausente será substituído por seu suplente até que seja eleito novo membro e seu respectivo suplente pela primeira Assembleia Geral.

ARTIGO 13 – Todas as deliberações do Conselho de Administração, feitas nas competentes reuniões e devidamente lavradas em atas, serão tomadas pela maioria de votos dos presentes.

Parágrafo Primeiro – O Presidente e Vice-Presidente do Conselho de Administração terão direito a voto, cabendo, ainda, ao Presidente em exercício, na hipótese de empate nas deliberações, o voto de desempate.

Parágrafo Segundo – Para que as reuniões do Conselho de Administração possam se instalar e validamente deliberar será necessário a presença da maioria de seus membros em exercício (titulares ou suplentes), desde que a reunião tenha sido regularmente

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016
Página 3 de 10


Bernardo A. S. Schwager
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33300284796
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 4BF9ADC86883B2947C61B477D798CBA11812475AE92082968235403C7645C695
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016





4986510

convocada.

Parágrafo Terceiro - Caberá ao Presidente do Conselho de Administração presidir as reuniões do aludido Conselho de Administração, e escolher o secretário da reunião, que poderá não ser membro do Conselho de Administração.

ARTIGO 14 - O Conselho de Administração reunir-se-á, ordinariamente, 1 (uma) vez por mês e, extraordinariamente, quando necessário, mediante convocação de seu Presidente ou, conjuntamente, por 3 (três) de seus membros.

Parágrafo Primeiro - Os membros da Diretoria Executiva participarão das reuniões do Conselho de Administração, quando convocados pelo Presidente do Conselho de Administração a pedido de qualquer de seus membros, para esclarecer sobre quaisquer assuntos de interesse da Companhia.

Parágrafo Segundo - As reuniões do Conselho de Administração deverão ser convocadas, por escrito, mediante carta, telegrama ou e-mail a cada um dos seus membros, e dos membros da Diretoria Executiva quando for o caso, com 5 (cinco) dias úteis de antecedência da data de sua realização. O local de realização das reuniões do Conselho de Administração deverá constar do competente anúncio de convocação, juntamente com o horário, a data de realização e a ordem do dia.

Parágrafo Terceiro - Independentemente das formalidades relativas à convocação, considerar-se-á regular a reunião a que comparecerem todos os membros titulares do Conselho de Administração ou seus suplentes, expressamente autorizados pelos respectivos titulares.

ARTIGO 15 - Compete ao Conselho de Administração, além das atribuições que lhe são conferidas por lei:

- a) convocar as Assembléias Gerais Ordinárias e Extraordinárias;
- b) fixar a orientação geral dos negócios da Companhia e aprovar as diretrizes políticas empresariais e objetivos básicos para todas as áreas principais da atuação da Companhia, bem como a sua política de investimentos financeiros;
- c) aprovar o orçamento anual, o plurianual e o planejamento estratégico da Companhia;
- d) eleger e destituir os Diretores da Companhia e fixar-lhes as atribuições através de um Regimento da Diretoria Executiva, bem como atribuir, dentro do montante global da remuneração fixada pela Assembleia Geral, os honorários mensais de cada um dos membros da Administração da Companhia;
- e) eleger, destituir e fixar a remuneração dos membros do Comitê de Auditoria da Companhia;
- f) fiscalizar a gestão dos Diretores, podendo examinar a qualquer tempo, os livros e papéis da Companhia e solicitar informações sobre quaisquer atos celebrados ou em vias de celebração pela Diretoria Executiva;

Anexo I à Ata das Assembléias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016
Página 4 de 10

Bernardo S. S. Benavente
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33300284796
Protocolo: 0020163575185 - 27/08/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C61B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7845C895
Arquivamento: 00002859803 - 11/10/2016





4996511

g) manifestar-se, previamente, sobre o relatório da Administração, as contas da Diretoria Executiva, as demonstrações financeiras do exercício e examinar os balancetes mensais;

h) por proposta da Diretoria Executiva, deliberar sobre a declaração de dividendos à conta de lucros apurados em balanços semestrais e submeter à Assembleia Geral a proposta de destinação do lucro líquido do exercício;

i) autorizar a celebração de qualquer operação ou negócio relevante (contratos, acordos, alianças estratégicas, parcerias, contratos de marketing, etc.), bem como contrato financeiro, de aquisição, de venda, de constituição de ônus reais e de locação cujo valor exceder o limite de alçada da Diretoria Executiva estabelecido pelo próprio Conselho de Administração;

j) autorizar a concessão de qualquer garantia, pela Companhia, qualquer que seja o montante, vedada a concessão de garantias para negócios estranhos aos interesses sociais;

k) a aprovação de qualquer transação para pôr término a litígio de valor superior ao limite de alçada da Diretoria Executiva estabelecido pelo próprio Conselho de Administração;

l) estabelecer, por proposta da Diretoria Executiva, critérios gerais de remuneração e a política de benefícios, diretos e indiretos, do quadro de funcionários;

m) decidir sobre a aquisição das próprias ações da companhia para cancelamento ou permanência em tesouraria e, neste último caso, deliberar sobre a sua eventual alienação, observadas as disposições legais aplicáveis;

n) nomear e destituir os auditores independentes da Companhia, analisando e homologando os resultados de seus trabalhos;

o) contribuir para o desenvolvimento de modelos, metodologias e processos de gestão, recomendando à Diretoria Executiva o alinhamento da companhia às melhores práticas, atuando como agente de modernização;

p) analisar e aprovar as propostas para novos investimentos em equipamentos, os compromissos de parcerias e associações e os assumidos com colaboradores;

q) definir diretrizes para o planejamento estratégico;

r) aprovar dotações orçamentárias para cada área e projetos, avaliando e aprovando os resultados a serem atingidos e seus ajustes;

s) manter-se devidamente atualizado sobre os riscos dos negócios;

t) aprovar a contratação de serviços de regulação e de liquidação de sinistros.

u) aprovar e fazer cumprir o Código de Ética da Companhia; e

v) resolver sobre os casos omissos no Estatuto Social e exercer outras atribuições que a

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016

Página 5 de 10


Fernando F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33300284796
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C61B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C696
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016





4996512

lei ou este Estatuto não confirmam a outro órgão da Companhia.

ARTIGO 16 – São atribuições específicas do Presidente do Conselho de Administração:

- a) fixar as datas para as reuniões ordinárias e convocar as reuniões extraordinárias do Conselho;
- b) presidir as reuniões e supervisionar os serviços administrativos do Conselho;
- c) dar o voto de qualidade em caso de empate, além de seu próprio voto; e
- d) zelar pela preservação do estatuto social, e pelo cumprimento das atribuições que cabem ao Conselho de Administração;

Parágrafo Único – Incumbe ao Vice-Presidente do Conselho de Administração substituir o Presidente durante as suas ausências ou impedimentos.

CAPÍTULO VI - COMITÊ DE AUDITORIA

ARTIGO 17 – A Companhia terá um Comitê de Auditoria.

ARTIGO 18 - O Comitê de Auditoria será composto por 3 (três) membros e se regerá, em todos os seus aspectos, pelo previsto na legislação do Conselho Nacional de Seguros Privados e da Superintendência de Seguros Privados.

Parágrafo único - Os membros do Comitê de Auditoria serão eleitos e destituíveis pelo Conselho de Administração, com mandato de até 1 (um ano), sendo permitida a sua reeleição na forma da legislação em vigor, e receberão, a título de remuneração, o estabelecido pelo Conselho de Administração.

CAPÍTULO VI – DIRETORIA EXECUTIVA

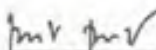
ARTIGO 19 - A Diretoria Executiva é o órgão de representação da Companhia, a quem compete praticar todos os atos de gestão dos negócios sociais e será composta pelo Diretor Presidente e por 4 (quatro) Diretores sem designação específica, dentre eles um responsável pelos controles internos e que terá as atribuições da Lei nº 9.613/98, outro que será o responsável técnico e responsável pela prevenção de fraudes, outro que será responsável pelo relacionamento com a SUSEP e, dentre eles, ainda, um diretor responsável administrativo-financeiro, que também será responsável pelo acompanhamento, supervisão e cumprimento das normas e procedimentos de contabilidade, tudo conforme o que dispõe a regulamentação em vigor, com as demais atribuições estabelecidas pelo Conselho de Administração da Companhia

Parágrafo Primeiro – Os Diretores serão eleitos e destituíveis pelo Conselho de Administração, com mandato de até 1 (um ano), sendo permitida a reeleição.

Parágrafo Segundo – Na hipótese das ausências e impedimentos dos Diretores caberá ao Diretor-Presidente indicar, entre os demais Diretores, o substituto, sendo atribuição do Conselho de Administração tomar as medidas necessárias em caso de ausência

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016

Página 6 de 10


Bernardo F. S. Derwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33300284796
Protocolo: 0020153575185 - 27/09/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 48F9A0C86883B2947C61B477D79BCBA11812475AE9206296B235403C7645C895
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016





4996513

temporária do Diretor-Presidente, bem como deliberar sobre o preenchimento da vaga em caso de vacância de qualquer um dos Diretores.

10/1

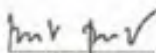
ARTIGO 20 – Cabe aos integrantes da Diretoria Executiva, em conjunto, supervisionar e controlar todos os assuntos da Companhia, de acordo com as diretrizes e políticas determinadas pelo Conselho de Administração e pela Assembleia Geral, competindo-lhe ainda:

- a) administrar os bens e serviços da Companhia;
- b) gerir as atividades da Companhia, obedecendo rigorosamente às diretrizes traçadas pelo Conselho de Administração e pela Assembleia Geral;
- c) zelar pelo fiel cumprimento do presente estatuto social;
- d) cumprir e fazer cumprir as deliberações do Conselho de Administração e da Assembleia Geral;
- e) elaborar e apresentar anualmente, ao Conselho de Administração, relatório circunstanciado de suas atividades, balanço e prestação de contas do exercício findo, bem como a sua compatibilidade com o planejamento estratégico e orçamento plurianual da Companhia;
- f) preparar e submeter ao Conselho de Administração o orçamento anual e o plurianual e o planejamento estratégico da Companhia;
- g) elaborar e escriturar o balanço e os livros contábeis referentes às demonstrações do exercício findo, para oportuna manifestação do Conselho de Administração e da Assembleia Geral;
- h) autorizar a celebração de qualquer operação ou negócio relevante (contratos, acordos, alianças estratégicas, parcerias, convênios), bem como contratos financeiros, de aquisição, de venda, de constituição de ônus reais e locação dentro da alçada estabelecida pelo Conselho de Administração;
- i) aprovar qualquer transação para pôr término a litígio dentro da alçada estabelecida pelo Conselho de Administração;
- j) admitir e dispensar o pessoal administrativo;
- h) representar a Companhia em juízo ou fora dele.

ARTIGO 21 - Compete ao Diretor Presidente, além de coordenar a ação dos Diretores e de dirigir as atividades relacionadas com o planejamento geral da Companhia:

- a) convocar e presidir as reuniões da Diretoria Executiva;
- b) executar a política, as diretrizes e as atividades de administração da Companhia, conforme especificado pelo Conselho de Administração e pela Assembleia Geral;

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016
Página 7 de 10


Bernardo R.S. Berninger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33300284796
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016. E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C81B477D79BCBA11812475AE9208295B235403C7645C695
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016





4996514

- c) manter o Conselho de Administração informado sobre as atividades da Companhia, através da apresentação mensal de balancete econômico-financeiro e patrimonial da Companhia;
- d) manter o Conselho de Administração informado sobre as atividades do Seguro DPVAT e o andamento de suas operações;
- e) propor um código de ética para a Companhia, consistente com o código de ética aprovado pelo órgão de representação sindical superior das empresas de seguro;
- f) avaliar periodicamente o desempenho dos Diretores, informando a sua conclusão ao Conselho de Administração;
- g) delegar para qualquer um dos Diretores a execução das atribuições que estejam dentro de sua alçada; e
- i) exercer outras funções que lhe forem cometidas pelo Conselho de Administração.

ARTIGO 22 – Como regra geral, a Companhia se obrigará validamente sempre que representada por:

- a) dois Diretores;
- b) qualquer Diretor em conjunto com um procurador;
- c) dois procuradores com poderes especiais.

Parágrafo Primeiro – Na constituição de procuradores, observar-se-ão as seguintes regras:

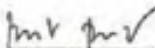
- a) todas as procurações serão outorgadas pelo Diretor Presidente, em conjunto com outro Diretor. Na ausência do Diretor-Presidente, as procurações serão outorgadas por dois Diretores em conjunto;
- b) quando a procuração tiver por objeto a prática de atos que dependam de prévia autorização da Diretoria Executiva, a sua outorga ficará sujeita ao disposto no Parágrafo Segundo desta Cláusula.

Parágrafo Segundo – O prazo de mandato contido nas procurações outorgadas pela Companhia não poderá exceder o prazo de mandato da Diretoria Executiva, exceto para as procurações judiciais, que terão o prazo correspondente à duração da respectiva ação judicial ou, se inaplicável, prazo indeterminado.

CAPÍTULO VIII - CONSELHO FISCAL

ARTIGO 23 – A Companhia terá um Conselho Fiscal cujos deveres, competências e responsabilidades serão os definidos em lei.

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016
Página 8 de 10


Fernando R. S. Serwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33300284796
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C61B477D798CBA11812475AE9208296B235403C7645C695
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2018





4996515

Parágrafo Primeiro – O Conselho Fiscal é composto por, no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 5 (cinco) membros efetivos e igual número de suplentes, eleitos pela Assembleia Geral.

Parágrafo Segundo – O Conselho Fiscal poderá reunir-se, sempre que necessário, mediante convocação de qualquer de seus membros, lavrando-se em ata suas deliberações.

CAPÍTULO IX – EXERCÍCIO SOCIAL, DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E LUCROS

ARTIGO 24 – O exercício social terá início em 1º de janeiro e término em 31 de dezembro de cada ano. Ao término de cada exercício social serão elaboradas as demonstrações financeiras previstas em lei.

ARTIGO 25 – Em cada exercício, os acionistas terão direito a receber, a título de dividendos, um percentual do lucro líquido do exercício, obedecido o mínimo obrigatório de 25% sobre aquele lucro líquido, com os seguintes ajustes:

- a) o acréscimo das importâncias resultantes da reversão, no exercício, de reservas para contingências, anteriormente formadas;
- b) o decréscimo das importâncias destinadas, no exercício, à constituição da reserva legal e de reservas para contingências;
- c) sempre que o montante do dividendo mínimo obrigatório ultrapassar a parcela realizada do lucro líquido do exercício, a Diretoria Executiva poderá propor, e o Conselho de Administração e a Assembleia Geral aprovarem, destinar o excesso à constituição de reserva de lucros a realizar (artigo 197 da Lei nº 6.404/76, com a redação dada pela Lei nº 10.303/01).

ARTIGO 26 – A Companhia poderá levantar balanços semestrais, trimestrais ou mensais, bem como declarar dividendos à conta de lucros apurados nesses balanços. A Companhia poderá ainda declarar dividendos intermediários à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral.

Parágrafo Único – Os dividendos distribuídos nos termos deste artigo poderão ser imputados ao dividendo obrigatório.

ARTIGO 27 – A Companhia poderá pagar ou creditar juros sobre o capital próprio.

Parágrafo Único – A remuneração paga nos termos deste artigo poderá ser imputada ao dividendo obrigatório.

CAPÍTULO X - LIQUIDAÇÃO

ARTIGO 28 – A Companhia entrará em liquidação nos casos previstos em lei, observadas as disposições contidas no artigo 68 e seguintes do Decreto nº 60.459, de 13

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016

Página 9 de 10


Bernardo F. S. Barwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33300284796
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C61B477D79BCBA11812475AE9208298B235403C7845C685
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2018



de março de 1967.

19/9



4996516

XI – DISPOSIÇÕES GERAIS

ARTIGO 29 - É vedado à Companhia conceder financiamento ou garantias de qualquer espécie a terceiros, sob qualquer modalidade, para negócios estranhos aos interesses sociais da Companhia.

ARTIGO 30 - A Companhia observará todos os acordos de acionistas registrados na forma do artigo 118 da Lei nº 6.404/76, cabendo à administração abster-se de registrar as transferências de ações contrárias aos seus respectivos termos e cabendo ao Presidente da Assembleia Geral ou do Conselho de Administração, abster-se de computar os votos proferidos com infração dos mencionados acordos de acionistas.

ARTIGO 31 - A Companhia assegurará a seus administradores, dirigentes e conselheiros fiscais, presentes e passados, nos casos em que não houver incompatibilidade com os interesses da Companhia e na forma definida pela Diretoria Executiva a defesa em processos judiciais e administrativos contra eles instaurados pela prática de atos no exercício de cargo ou função na Companhia.

Parágrafo Único - Sem prejuízo para o disposto no caput, a Companhia manterá contrato de seguro de responsabilidade civil (seguro D&O) permanente em favor de seus administradores, dirigentes e conselheiros fiscais para resguardá-los de quaisquer atos ou fatos pelos quais eventualmente venham a ser responsabilizados, cobrindo todo o período de exercício de seus respectivos mandatos.

ARTIGO 32 - Fica eleito o foro da Comarca do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, para dirimir todas as questões oriundas deste Estatuto Social com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja."

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016
Página 10 de 10

Bernardo F. S. Benveniste
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33300284796
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 4BF9ADC86883B2947C61B477D799CBA11812475AE9208296B235403C7645C695
Arquivamento: 00002955803 - 11/10/2016



PROCURAÇÃO

Pelo presente instrumento particular de procuração a **SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A.**, empresa com sede na Rua Senador Dantas nº 74, 5º, 6º, 9º, 14º e 15º andares, parte, Centro, Rio de Janeiro - RJ, CEP 20031-205, inscrita no CNPJ/MF nº 09.248.608/0001-04, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social, por seu Diretor Presidente, **JOSÉ ISMAR ALVES TÔRRES**, brasileiro, casado, securitário, CPF/MF nº 186.088.769-49, RG 2.237.060, SSP-DF, e por seu Diretor Jurídico, **HÉLIO BITTON RODRIGUES**, brasileiro, solteiro, advogado, CPF/MF nº 990.536.407-20 e OAB/RJ nº 71.709; nomeia e constitui seus bastantes procuradores, os advogados **MARISTELLA DE FARIAS MELO SANTOS**, brasileira, CPF/MF nº 082.587.197-26 e OAB/RJ nº 135.132; **THEREZINHA COIMBRA FRANÇA**, brasileira, CPF/MF nº 542.587.407-30 e OAB/RJ nº 62.420; **JORSON CARLOS SILVA DE OLIVEIRA**, brasileiro, CPF/MF nº 110.916.708-38 e OAB/SP nº 111.807; **ANA CAROLINA MARTINS GUIMARÃES DE SOUZA**, brasileira, CPF/MF nº 079.914.007-43 e OAB/RJ nº 111.545; **ANDRÉ SCHIESARI DE MIRANDA**, brasileiro, CPF/MF nº 012.941.857-99 e OAB/RJ nº 83.969; **FERNANDA JOSÉ DA SILVA FREIRE**, brasileira, CPF/MF nº 037.242.447-38 e OAB/RJ nº 161.160; **JULIO CEZAR DE AZEVEDO FARIA**, brasileiro, CPF/MF nº 532.246.397-68 e OAB/RJ nº 63.359; **LEILA MARCIA NOGUEIRA DA COSTA CAIRES**, brasileira, CPF/MF nº 034.062.507-42 e OAB/RJ nº 125.974; **PAULO LEITE DE FARIAS FILHO**, brasileiro, CPF/MF nº 029.186.977-70 e OAB/RJ nº 113.674; **JULIANA DANTAS BORGES**, brasileira, CPF/MF nº 055.255.997-08 e OAB/RJ nº 135.435, **DANIELA FERREIRA MENDES DE OLIVEIRA CASTRO**, brasileira, CPF/MF nº 088.398.387-75 e OAB/RJ nº 135.731, **DAVID SANTOS DA CRUZ**, brasileiro, CPF/MF nº 115.998.867-66 e OAB/RJ nº 174.217; todos com endereço profissional à Rua da Assembléia, nº 100, 26º andar, Centro, CEP 20011-904, no Município do Rio de Janeiro - RJ, conferindo os poderes da cláusula *Ad Judicia et Extra* para atuar no foro em geral, em qualquer Juízo, Instância, Tribunal e Órgãos de Proteção e Defesa do Consumidor, podendo firmar compromisso, transigir, desistir, acordar, discordar, assinar termos, atuar em processos físicos e eletrônicos, realizar cadastro e acessar sistemas digitais, nomear prepostos, bem como praticar todos os demais atos necessários e em direito admitidos ao fiel cumprimento do presente mandato, inclusive subestabelecer no todo ou em parte, com reservas de poderes, tudo com o fim específico de promover a defesa dos interesses da Outorgante, autorizados, desde já, a receber, dar quitação e levantar o crédito proveniente de alvarás de pagamento, devendo todo e qualquer levantamento judicial ou em Instituições Financeiras, ser liberado mediante Documento de Ordem de Crédito (DOC) ou Transferência Eletrônica Disponível (TED), onde a OUTORGANTE figure, em conjunto ou isoladamente, como beneficiária do crédito, devendo a remessa dos recursos, em qualquer caso, ser feita através de depósito bancário, com identificação do depositante, no Banco do Brasil, Agência 1769-8, Conta nº 644000-2, em nome de SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A, CNPJ/MF nº 09.248.608/0001-04, nos estritos ditames da Portaria SUSEP nº 34, de 02/08/2016, tendo prazo de validade indeterminado.

Rio de Janeiro, 05 de fevereiro de 2018.

JOSÉ ISMAR ALVES TORRES
DIRETOR PRESIDENTE

HELIO BITTON RODRIGUES
DIRETOR

17º Ofício de Notas
TIA CANTIM

Telefone: Carlos Alberto Pinheiro Oliveira
Endereço: Rua 17 - Centro - Rio de Janeiro - RJ - CEP: 20031-000

AD528090
086674

Reconheço por AUTÊNTICA as firmas das **HELIO BITTON NEGRALLES e JOSE GOMAR ALBES TORRES** (RG000579053)
Rio de Janeiro, 08 de novembro de 2018.
Eu, **Paulista Cristina A. O. Gasper**, de verdade,
Conf. por: **Paulista Cristina A. O. Gasper**
Assinatura: **Paulista Cristina A. O. Gasper** - Art. 1º, Inciso I, Lei 13.127/2016
CNPJ: 08.092.444/0001-09
E-mail: pcg@n17.com.br

CARTÓRIO 17º OFÍCIO DE NOTAS RJ
Paulista Cristina A. O. Gasper
Escritório
RTE 40092 Lote 0907 ME
Al. 20 5ª Lote 580/94



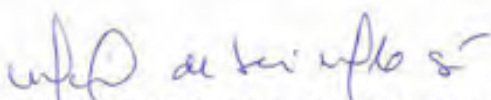
SUBSTABELECIMENTO

Na qualidade de procurador das Seguradoras: **AIG SEGUROS BRASIL S/A**; **ALFA PREVIDÊNCIA E VIDA S/A**; **ALFA SEGURADORA S/A**; **ALIANÇA DO BRASIL SEGUROS S/A**; **AMERICAN LIFE COMPANHIA DE SEGUROS**; **ANGELUS SEGUROS S/A**; **ARGO SEGUROS BRASIL S/A**; **ARUANA SEGUROS S.A.**; **ASSURANT SEGURADORA S.A.**; **ATLÂNTICA CIA DE SEGUROS**; **AUSTRAL SEGURADORA S/A**; **AXA CORPORATE SOLUTIONS SEGUROS S.A.**; **AXA SEGUROS S/A**; **AZUL COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS**; **BANESTES SEGUROS S/A**; **BMG SEGUROS S/A**; **BRABESCO AUTO/RE COMPANHIA DE SEGUROS**; **BRASIL VEÍCULOS CIA. DE SEGUROS**; **BTG PACTUAL VIDA E PREVIDÊNCIA S/A**; **CAIXA SEGURADORA S/A**; **CAPEMISA SEGURADORA DE VIDA E PREVIDÊNCIA S/A**; **CARDIF DO BRASIL SEGUROS E GARANTIAS S/A**; **CARDIF DO BRASIL VIDA E PREVIDÊNCIA S/A**; **CENTAURIO VIDA E PREVIDÊNCIA S/A**; **CESCEBRASIL SEGUROS DE GARANTIAS E CRÉDITOS S/A**; **CHUBB SEGUROS BRASIL S/A**; **CIA DE SEGUROS ALIANÇA DA BAHIA**; **CIA DE SEGUROS ALIANÇA DO BRASIL**; **CIA DE SEGUROS PREVIDÊNCIA DO SUL**; **CIA EXCELSIOR DE SEGUROS**; **COMPREV SEGURADORA S/A**; **COMPREV VIDA E PREVIDÊNCIA S/A**; **DAYPREV VIDA E PREVIDÊNCIA S/A**; **ESSOR SEGUROS S/A**; **FAIRFAX BRASIL SEGUROS CORPORATIVOS S/A**; **FATOR SEGURADORA S/A**; **GAZIN SEGUROS S.A.**; **GENERALI BRASIL SEGUROS S/A**; **GENTE SEGURADORA S/A**; **ICATU SEGUROS S/A**; **INVESTPREV SEGURADORA S/A**; **INVESTPREV SEGUROS E PREVIDÊNCIA S/A**; **ITAÚ SEGUROS DE AUTO E RESIDÊNCIA S/A**; **J. MALUCELLI SEGURADORA S/A**; **MAPFRE SEGUROS GERAIS S/A**; **MAPFRE VIDA S/A**; **MBM SEGURADORA S/A**; **MG SEGUROS VIDA E PREVIDÊNCIA S/A**; **MITSUI SUMITOMO SEGUROS S/A**; **MONGERAL AEGON SEGUROS E PREVIDÊNCIA S/A**; **OMINT SEGUROS S/A**; **PAN SEGUROS S/A**; **PORTO SEGURO CIA DE SEGUROS GERAIS**; **PORTO SEGURO VIDA E PREVIDÊNCIA S/A**; **POTTENCIAL SEGURADORA S/A**; **PREVIMAX PREVIDÊNCIA PRIVADA E SEGURADORA S/A**; **PREVIMIL VIDA E PREVIDÊNCIA S/A**; **RIO GRANDE SEGUROS E PREVIDÊNCIA S/A**; **SABEMI SEGURADORA S/A**; **SAFRA SEGUROS GERAIS S/A**; **SAFRA VIDA E PREVIDÊNCIA S/A**; **SANCOR SEGUROS DO BRASIL S/A**; **SINAF PREVIDENCIAL CIA. DE SEGUROS**; **SOMPO SEGUROS S/A**; **STARR INTERNATIONAL BRASIL SEGURADORA S.A.**; **SUHA SEGUROS S/A**; **SWISS RE CORPORATE SOLUTIONS BRASIL S/A**; **TOKIO MARINE SEGURADORA S/A**; **TRAVELERS SEGUROS BRASIL S/A**; **UNIÃO SEGURADORA S/A – VIDA E PREVIDÊNCIA**; **USEBENS SEGUROS S/A**; **VANGUARDA CIA DE SEGUROS GERAIS**; **XL SEGUROS BRASIL S/A**; **ZURICH SANTANDER BRASIL SEGUROS E PREVIDÊNCIA S/A**; doravante denominada Outorgante, conforme instrumento de mandato



anexo, substabeleço, com reserva de iguais, nas pessoas dos **Drs. CARLOS EDUARDO DE SOUZA CABRAL**, brasileiro, casado, OAB/RJ 189.997; **FERNANDO DE FREITAS BARBOSA**, brasileiro, casado, OAB/RJ 152.629; **JOÃO ALVES BARBOSA FILHO**, brasileiro, casado, OAB/RJ 134.307; **JOÃO PAULO RIBEIRO MARTINS**, brasileiro, casado, OAB/RJ 144.819; **JOSELAINE MAURA DE SOUZA FIGUEIREDO**, brasileira, casada, OAB/RJ 140.522; **RAFAELLA BARBOSA PESSOA DE MELO MENEZES**, brasileira, casada, OAB/RJ 185.681; **TODOS INTEGRANTES DA SOCIEDADE DE ADVOGADOS DENOMINADA JOÃO BARBOSA ADVOGADOS ASSOCIADOS**, inscrita na OAB/RJ sob o nº 32.203/2005, com escritório situado na Rua São José, número 90, oitavo andar, CEP: 20010-901 Tel.: (21) 3265-5600, os poderes que me foram conferidos para a plena defesa dos interesses da Outorgante nas ações que têm por objeto o Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre – DPVAT, ficando, desde já, **VEDADO receber, dar quitação e levantar o crédito proveniente de alvarás de pagamento, em nome de qualquer pessoa física**, devendo todo e qualquer levantamento, judicial ou em Instituições Financeiras, ser liberado mediante Documento de Ordem de Crédito (DOC) ou Transferência Eletrônica Disponível (TED), onde a OUTORGANTE figure, em conjunto ou isoladamente, como beneficiária do crédito, devendo a remessa dos recursos, em qualquer caso, ser feita através de depósito bancário, com identificação do depositante, no Banco do Brasil, Agência 1912-7, Conta nº 644000-2, em nome de **SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S/A**, CNPJ/MF nº 09.248.608/0001-04, nos estritos ditames da Portaria SUSEP nº 34, de 02/08/2016.

Rio de Janeiro, 25 de setembro de 2018.



MARISTELLA DE FARIAS MELO SANTOS

OAB/RJ 135.132







PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ

VARA CÍVEL DA COMARCA DE VALENÇA DO PIAUÍ

Rua General Propécio de Castro, 394, Centro, Valença do Piauí-PI, CEP: 64.300-000

CARTA DE CITAÇÃO

(Conforme Provimento 20/2014 da CGJ/PI)

QUALIFICAÇÃO DA PARTE: SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DPVAT S/A, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 09.248.608/0001-04, com sede na Rua Senador Dantas, nº 74, 5º andar, centro, Rio de Janeiro-RJ, CEP.: 20.031-205.

FINALIDADE: CITAR/INTIMAR a parte acima qualificada para comparecer à audiência designada para o dia **19/11/2019**, na Sala de Audiência da Vara Cível da Comarca de Valença do Piauí, na Rua Gal. Propécio de Castro, 394, centro, nesta cidade de Valença do Piauí-PI, no **horário constante nos respectivos despachos exarados nos seguintes processos:**

0801820-66.2018.8.18.0049
0800066-65.2019.8.18.0078
0800058-88.2019.8.18.0078
0800059-73.2019.8.18.0078
0800060-58.2019.8.18.0078
0800061-43.2019.8.18.0078
0800063-13.2019.8.18.0078
0800068-35.2019.8.18.0078
0800077-94.2019.8.18.0078
0800076-12.2019.8.18.0078

ANEXOS: Petição inicial, despacho.

OBSERVAÇÃO: Este processo tramita eletronicamente no sistema PJe.

Valença do Piauí-PI, 03 de outubro de 2019

Francisco das Chagas Sousa Gomes
Analista Judicial da Vara Cível da Comarca de Valença do Piauí



12/09/2019 11:59

Despacho

Tipo de documento: Despacho

Descrição do documento: Despacho

Id: 6317598

Data da assinatura: 18/09/2019

Atenção

Por motivo técnico, este documento não pode ser adicionado à compilação selecionada pelo usuário. Todavia, seu conteúdo pode ser acessado nos 'Autos Digitais' e no menu 'Documentos'.

10/09/2019 13:25

Certidão

Tipo de documento: Certidão

Descrição do documento: Certidão

Id: 6286868

Data da assinatura: 10/09/2019

Atenção

Por motivo técnico, este documento não pode ser adicionado à compilação selecionada pelo usuário. Todavia, seu conteúdo pode ser acessado nos 'Autos Digitais' e no menu 'Documentos'.

PETIÇÃO E DOCUMENTOS EM PDF



**EXCELENTÍSSIMO (A) SENHOR (A) DOUTOR (A) JUIZ (A) DE
DIREITO DA VALENÇA DO PIAUÍ-PI**

AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO – DPVAT

LEOANRDO ALVES LIMA, brasileiro, solteiro, lavrador, portador do RG nº 3.472.714 SSP-PI e inscrito no CPF/MF sob o nº 057.058.493-03, residente e domiciliado No Povoado Isidória o Mimoso, S/N, Zona Rural, CEP 64.300-000, município de Valença do Piauí-PI, vem, mui humildemente, à presença de Vossa Excelência, através de sua procuradora e advogada in fine assinadas, com fulcro no artigo 3º da Lei 6.194/74 e 275, incisos I e II, alíneas “d” e “e” do CPC, interpor a presente

AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO – DPVAT

em face **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 09.248.608/0001-04e portadora do Código FIP 0327, com sede na Rua Senador Dantas, nº 74, 5º andar, Centro, CEP 20.031-205, município do Rio de Janeiro-RJ, onde deverá ser citada ,pelas razões de fatos e direito a seguir expostas.

1 – PRELIMINARMENTE –

O autor é lavrador, vivendo em condição bem humilde, auferindo renda não superior a 01 (hum) salário mínimo por mês. Compelir-lhe(s) ao pagamento das custas judiciais, significaria privar o demandante e sua família dos proventos necessários à própria subsistência.

A Constituição Federal estabelece em seu artigo 5º, inciso LXXIV que “o Estado prestará assistência integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos.” Neste esteio, veio o artigo 98 da Lei nº 13.105/15, o qual estabelece que “**A pessoa natural ou jurídica, brasileira ou estrangeira, com insuficiência de recursos para pagar as custas, as despesas processuais e honorários advocatícios tem direito à gratuidade da justiça, na forma da lei.**”



Desta feita, pleiteiam os peticionantes os benefícios da Justiça Gratuita, assegurado pela Constituição Federal, artigo 5º, LXXIV, nos termos da Lei Federal nº 1.060/50 e nos termos do artigo 98 do Novo Código de Processo Civil Brasileiro, já que se declara(m) pobre(s) na acepção jurídica e não possui(em) condições para suportar as despesas do processo sem privar-se dos recursos para o seu próprio sustento, conforme declaração acostada nos autos (docs. 03 e 06).

2 – DOS FATOS –

O requerente sofreu um acidente de trânsito no dia 08 (oito) de dezembro de 2018, por volta das 17:30 horas, quando estava conduzindo a moto de marca/modelo Honda CG 150 FAN ESI, ano de fabricação/modelo 2012/2012, cor cinza, álcool/gasolina, Placa OEA-6016, Chassi 9C2KC1670CR554974 e Código RENAVAM 00477934625, a qual era de propriedade do Sr. Gilson Rodrigues da Silva, na localidade denominada Povoado Santa Luzia, quando colidira com outra moto. Socorrido, o Promovente dera entrada no Hospital Regional de Valença do Piauí-PI, onde foram diagnosticadas diversas fraturas na face (BO em anexo). Atualmente o Promovente encontra-se com capacidade reduzida, estando impossibilitado de exercer qualquer atividade laboral.

Contudo, apesar do anteriormente exposto, requerida a indenização administrativamente, tal pleito fora negado pela demandada, afirmando não ter havido nenhum dano a(o)(s) autor(a)(s).

Diante do exposto, não resta alternativa senão ajuizar o presente feito.

3 – DO DIREITO –

Expostos os fatos, claramente se observa a procedência do pleito autoral, senão vejamos:

3.1 - Da Adoção do Procedimento Comum e a Necessidade de Realização de Perícia -

a) Acidente (do latim, accidens), é o acontecimento não usual, imprevisto, e nas palavras de Calmon de Passos, o fortuito, inesperado, infeliz, o desastre. Veículo de via terrestre é todo meio de locomoção ou transporte, pode ser impulsionado por motor (trem, automóvel, ônibus), tração animal (carroça) ou tração humana (bicicleta).



O acidente pode envolver apenas um veículo ou vários, incluindo as hipóteses de atropelamentos de pedestres. O veículo pode tanto se envolver em acidente contra outro veículo como atingir um obstáculo estático, mas não prevalece o rito sumário se o acidente foi dentro do veículo, sem o seu envolvimento efetivo. O dano pode ser material ou moral, e pode ter sido causado à coisa ou à pessoa. Também se inclui na hipótese dessa alínea os acidentes causados por veículos marítimos ou aéreos em terra firme. Ademais, “Não importa se o demandado dirigia, ou não, o veículo, na ocasião do dano. Desde que a causa do acidente tenha sido um veículo, a ação de responsabilidade civil movida pela vítima seguirá o rito sumário, mesmo que se trata de responsabilizar terceiros, como o patrão e o preponente, ou o pai ou responsável pelo incapaz.”

b) O art. 3º, §1º, II, da lei 6.194/74 (Lei do DPVAT), dispõe que nos casos de invalidez permanente parcial, o valor da indenização devida deverá ser aferida proporcionalmente ao grau e à repercussão das respectivas lesões. Tal instituto legislativo é corroborado pela Súmula 474 do Superior Tribunal de Justiça que estabelece que “A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez.” **Tal condição de invalidez, por sua vez, verificar-se-á mediante a realização de perícia técnica elaborada, a ser realizada por profissional de saúde competente, o qual atestará se existe tal incapacidade e qual o verdadeiro grau de sua extensão.**

Em casos análogos ao presente, a jurisprudência brasileiro tem entendido ser caso de extinção de processo sem julgamento do mérito a interposição de Ação de Cobrança de Seguro DPVAT ante Juizado Especial. Vejamos:

RECURSO INOMINADO. AÇÃO DE COBRANÇA. SEGURO OBRIGATÓRIO DE DANOS PESSOAIS. DPVAT. INVALIDEZ PERMANENTE. LAUDO MÉDICO OFICIAL. IML/IGP. PERÍCIA OFICIAL. AUSÊNCIA. LAUDO DE INTERNAÇÃO. RELATÓRIO HOSPITALAR. DOCUMENTO PARTICULAR. PROVA PERICIAL. NECESSIDADE. EXTINÇÃO DO PROCESSO. APELO. CONJUNTO PROBATÓRIO INSÍPIDO. AUSÊNCIA DE PROVA. INDISPENSABILIDADE DE PERÍCIA. CAUSA DE NATUREZA COMPLEXA. ART. 51, II LEI Nº 9.099/95. EXTINÇÃO DO PROCESSO. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. Somente a prova da debilidade permanente não é suficiente para a comprovação da invalidez, a qual requer uma prova mais robusta eis que, embora admitido o auto de exame de corpo de delito, a sua deficiência não permite aferir a incapacidade e seu grau, eis que, a vedação à realização de prova complexa torna inviável o prosseguimento do feito no âmbito do Juizado Especial Cível, impondo - em regra - a extinção do feito mediante incidência nominalógica do art. 51, II, da Lei nº 9.099/95. (...).(TJSC. Recurso Inominado nº 2011.600311-6. 6ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis e



ASSIM SENDO, EMBORA ESTEJA O VALOR DA PRESENTE DEMANDA DENTRO DO LIMITE PREVISTO NA LEI Nº 9.099/95, A CAUSA *SUB OCULI* DEVE SEGUIR O RITO PROCEDIMENTAL COMUM, NOS TERMOS DO ARTIGO 318 DO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL BRASILEIRO¹.

3.2 – Da Legitimidade Passiva –

A Requerida é Seguradora regularmente conveniada junto à Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, sob o Código FIP nº 05690, encontrando-se portanto legalmente obrigada a cumprir os termos estipulados para operar junto ao seguro DPVAT.

A Resolução nº 109/2004 da Superintendência de seguros Privados – SUSEP, vinculada ao Ministério da Fazenda, em seu artigo 5º, §4º, estabelece que,

Art. 5º Para operar no seguro DPVAT, as sociedades seguradoras deverão aderir, simultaneamente, aos dois convênios específicos, um englobando as categorias 1, 2, 9 e 10 e o outro, as categorias 3 e 4.
(...)
§4º Os convênios de que trata o “caput” deste artigo deverão estipular que qualquer uma das sociedades seguradoras se obriga a pagar a devida indenização pelas reclamações que lhe forem apresentadas.

A Requerida em comento, ante o **princípio da solidariedade** que se evidencia claramente da transcrição do artigo supra, está legitimada para figurar no polo passivo da presente demanda. Sobre o citado princípio o artigo 7º, *caput*, da Lei nº 6.194/74 estabelece que “a indenização por pessoa vitimada por veículo não identificado, com seguradora não identificada, seguro não realizado ou vencido, será paga nos mesmos valores, condições e prazos dos demais casos por um consórcio constituído, obrigatoriamente, por todas as sociedades seguradoras que operem no seguro objeto desta lei.”

DESTA FEITA, OBSERVA-SE FACILMENTE QUE É A EMPRESA SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. POSSUI LEGITIMIDADE PASSIVA NA PRESENTE DEMANDA.

Nesse sentido, é o pacífico entendimento jurisprudencial, vejamos:

AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO QUE NÃO LOGRA INFIRMAR OS FUNDAMENTOS DA DECISÃO AGRAVADA.

¹ “Art. 318. Aplica-se a todas as causas o procedimento comum, salvo disposição em contrário deste Código ou de lei.”



SEGURO OBRIGATÓRIO. DPVAT. **ACIDENTE DE TRÂNSITO. LEGITIMIDADE PASSIVA.** SEGURADORA. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA N.211/STJ. MATÉRIA CONSTITUCIONAL. IMPOSSIBILIDADE DE EXAME NA VIA DO RECURSO ESPECIAL.

1. Mantém-se na íntegra a decisão recorrida cujos fundamentos não foram infirmados.

2. **Qualquer seguradora que opera no sistema pode ser acionada para pagar o valor da indenização correspondente ao seguro obrigatório, assegurado o direito de regresso. Precedentes.**

(...)

6. Agravo regimental improvido. (STJ. AgRg no Ag 870.091/RJ.T4 – QUARTA TURMA. Relator: Ministro João Otávio de Noronha,. Julgado: 20/11/2007. Publicação: DJ 11/02/2008) (grifo nosso).

3.3 – Do Pagamento da Indenização e seu *Quantum* –

Observa-se, conforme o explanado, que o requerente encontra seu direito resguardado nos artigos 3º, incisos I e II e 5º §1º, ‘b’, §§4º e 5º da Lei nº 6.194/74, como segue:

Art. 3º Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, por invalidez permanente, total ou parcial, e por despesas de assistência médica e suplementar, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vitimada:

I - R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de morte;

II - até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de Invalidez permanente; e

Art. 5º O **pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente**, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado.

§ 1º **A indenização referida neste artigo será paga com base no valor vigente na época da ocorrência do sinistro**, em cheque nominal aos beneficiários, descontável no dia e na praça da sucursal que fizer a liquidação, no prazo de 30 (trinta) dias da entrega dos seguintes documentos:

(...)

b) Prova das despesas efetuadas pela vítima com o seu atendimento por hospital, ambulatório ou médico assistente e registro da ocorrência no órgão policial competente - no caso de danos pessoais.

(...)

§ 4º Havendo dúvida quanto ao nexo de causa e efeito entre o acidente e as lesões, em caso de despesas médicas suplementares e invalidez permanente, poderá ser acrescentado ao boletim de atendimento hospitalar relatório de internamento ou tratamento, se houver, fornecido pela rede hospitalar e previdenciária, mediante pedido verbal ou escrito, pelos interessados, em formulário próprio da entidade fornecedora.

§ 5º O Instituto Médico Legal da jurisdição do acidente ou da residência da vítima deverá fornecer, no prazo de até 90 (noventa) dias, laudo à vítima com a verificação da existência e quantificação das lesões permanentes, totais ou parciais. (grifo nosso)



No caso em tela, é farta a documentação acostada à inicial, fazendo prova verídica do ocorrido, tendo o requerente direito à indenização pelos danos pessoais sofridos.

Com relação ao *quantum*, à luz da citada Súmula 474 do Superior Tribunal de Justiça, a indenização deverá ser proporcional ao dano sofrido e ao grau de invalidez, obedecendo as porcentagens trazida em anexo pela Lei nº 11.945/09. Portanto, cabe à parte Demandante importância pecuniária a título de indenização, a qual, no caso em baila, foi fixada por lei em valor equivalente a R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), visto que o(a)(s) mesmo(a)(s) encontra(m)-se impossibilitado(a)(s) de exercer seu ofício regular.

Ocorre, no entanto, que a despeito de ser límpido o direito do Autor, **não houve qualquer pagamento por parte da Seguradora**, ensejando, por via oblíqua, o enriquecimento sem causa da seguradora Ré, bem como lesão aos mais mezinhos princípios do direito. Uma lesão que compromete a vida do Autor, tolhendo a sua capacidade laborativa, e trazendo sequelas permanentes não só físicas, como também psicológicas, deve merecer, a título de indenização pelo seguro obrigatório DPVAT, no seu valor máximo.

DESSE MODO, EM VISTA DA RECUSA DA SEGURADORA EM PAGAR A INDENIZAÇÃO INTEGRAL PELO SINISTRO, MUITO EMBORA TENHA RECONHECIDO NA VIA ADMINISTRATIVA A INVALIDEZ, NÃO RESTOU ALTERNATIVA SENÃO ACIONAR ESTE PODER JUDICIÁRIO PARA QUE IMPONHA A SEGURADORA A OBRIGAÇÃO DE PAGAR A COMPLEMENTAÇÃO DA SUA INDENIZAÇÃO, CORRESPONDENDO AO REMANESCENTE DE R\$ 13.500,00 (TREZE MIL E QUINHENTOS REAIS), A SER DEVIDAMENTE ATUALIZADO ATÉ O EFETIVO PAGAMENTO, ACRESCIDOS CORREÇÃO MONETÁRIA, DESDE A DATA DO SINISTRO, CONFORME DETERMINA O E. SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, A TEOR DO RESP 788.712/RS, E DE JUROS MORATÓRIOS A PARTIR DA CITAÇÃO DA SEGURADORA, A TEOR DO RESP 1085564/SP.

Pacífico é este entendimento nas Cortes Pátrias.

Ementa: Seguro obrigatório (DPVAT). Ação de cobrança. Ilegitimidade passiva rejeitada. Quitação. **A quitação dada pelo beneficiário do seguro obrigatório limita-se ao montante recebido, não possuindo o condão de liberar a seguradora da obrigação pelo pagamento da diferença. Indenização.** Valor quantificado em salários mínimos. Possibilidade. Não há vício de inconstitucionalidade no antigo critério de fixação da indenização referente ao seguro obrigatório, em salários mínimos. **Pagamento parcial na esfera administrativa. Complementação determinada judicialmente.** Condenação que deve levar em conta o salário mínimo vigente na data do pagamento parcial, corrigido desde então. Juros de mora devidos desde a citação. Recurso provido. (TJSP. 2022206620098260100. 28ª



4 – DOS PEDIDOS –

EX POSITIS, vem este causídico, mui humildemente, à presença de Vossa Excelência, requerer que:

A) PRELIMINARMENTE, SEJA DEFERIDO O PEDIDO DE JUSTIÇA GRATUITA, NOS TERMOS DA LEI Nº 1.060/50, DO INCISO LXXIV, DO ART. 5º DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E DO ARTIGO 98, DA LEI Nº 13.105/15, POR NÃO POSSUIREM OS DEMANDANTES CONDIÇÕES PARA SUPORTAR AS DESPESAS DO PROCESSO SEM PRIVAR-SE DOS RECURSOS PARA O SEU PRÓPRIO SUSTENTO;

B) SEJA A RÉ CITADA NO ENDEREÇO ACIMA ADUZIDO, PARA, SE ASSIM O DESEJAR, OFERECER SUAS RESPOSTAS EM UM PRAZO DE 15 (QUINZE) DIAS, NOS TERMOS DO ARTIGO 335, *CAPUT*, DA LEI Nº 13.105/15, SOB PENA DE, NÃO O FAZENDO, ARCAREM COM OS EFEITOS DA REVELIA, NOS TERMOS DO ARTIGO 344 DO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL BRASILEIRO;

C) A PRODUÇÃO DE PROVA PERICIAL PARA SE COMPROVAR O GRAU DE INVALIDEZ PERMANENTE DO AUTOR;

D) FRUSTRADA A CONCILIAÇÃO OU DECRETADA A REVELIA, SEJA ACOLHIDO O PEDIDO NA ÍNTEGRA CONDENANDO A EMPRESA REQUERIDA AO PAGAMENTO DA IMPORTÂNCIA DE R\$ 13.500,00 (TREZE MIL E QUINHENTOS REAIS), ATUALIZADOS À DATA DA CITAÇÃO (SÚMULA 426 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA) CONDENAÇÃO A TÍTULO DE *QUANTUM INDENIZATÓRIO* POR DANOS PESSOAIS POR INVALIDEZ PERMANENTE; e

E) REQUER, POR FIM, QUE SEJA EM CASO DE NÃO CUMPRIMENTO DO PRAZO PARA O PAGAMENTO DA RESPECTIVA INDENIZAÇÃO, SEJA A REFERIDA CORRIGIDA MONETARIAMENTE E ACRESCIDO DE JUROS MORATÓRIOS, CONFORME REGULAMENTAÇÃO DO SEGURO PRIVADO,



CONFORME O ART. 5º, § 7º DA LEI 6.194/74: A INCIDÊNCIA DO JUROS DA DATA DA CITAÇÃO VÁLIDA E A DE CORREÇÃO MONETÁRIA A PARTIR DA DATA DO ACIDENTE.

POR FIM, O(A)(S) REQUERENTE(S) OPTA(M) PELA NÃO REALIZAÇÃO DE AUDIÊNCIA CONCILIATÓRIA (CPC, ART. 319, INC. VII), VISTO NÃO SE FAZER NECESSÁRIA NA PRESENTE AÇÃO.

Protesta(m) provar o alegado por todos os meios de prova em direito admitidos, especialmente prova documental e/ou pericial, tudo mais que se fizer necessário para a perfeita resolução da lide, o que fica, desde logo, requerido.

Dá-se à presente causa o valor de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais).

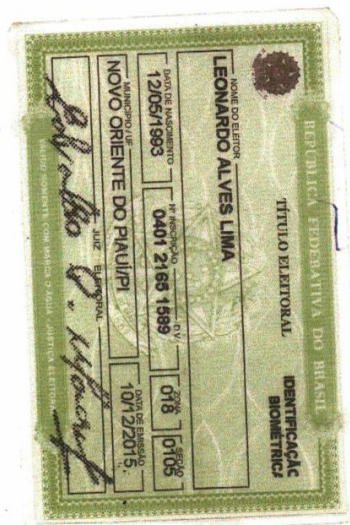
Nestes Termos,
Pede Deferimento.

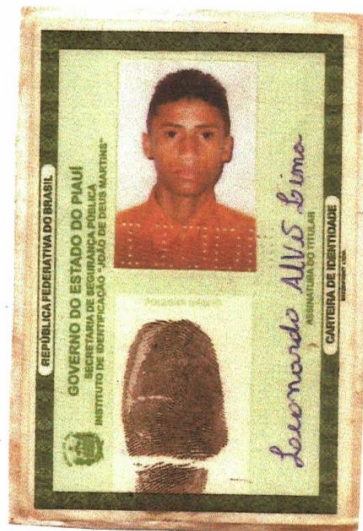
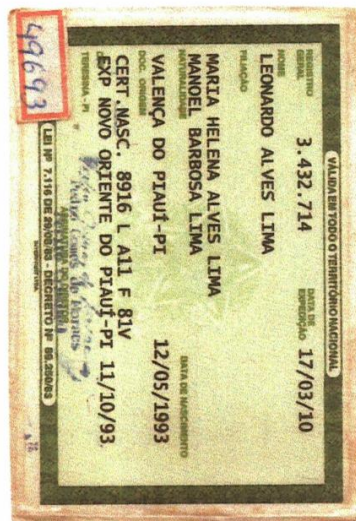
Valença do Piauí-PI, 15 de julho de 2019

JULIANA ROCHA PINTO PORTELA NUNES
OAB/PI nº 9.576









DECLARAÇÃO DE POBREZA

Eu, Leonardo Alves Lima, brasileiro, solteiro portador da Cédula de Identidade 4.432.714 inscrito no CPF 057.058.493-03 sob o nº, residente e domiciliado no povoado Isidória o Mimoso s/n zona rural de Valença do Piauí- Pi- CEP 64300-000, declaro que não posso suportar as despesas processuais decorrentes desta demanda sem prejuízo do meu próprio sustento e de minha família, sendo, pois, para fins de concessão do benefício da gratuidade de Justiça, nos termos da Lei 1.060/50, pobre no sentido legal da acepção.

Declaro, ainda, que tenho conhecimento das sanções penais que estarei sujeito caso inverídica a declaração prestada, sobretudo a disciplinada no art. 299 do Código Penal.

Por ser verdade, firmo o presente.

Valença do Piauí - Pi , 03 / 05 /2019

x Leonardo Alves Lima
Leonardo Alves Lima





PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO ORIENTE DO PIAUÍ-PI
Hospital Municipal de Pequeno Porte - HMPPNOPI
Rua Inácio Barbosa s/nº - Centro - CEP: 64.530-000 - Novo Oriente do Piauí-PI
Fone: TP: (89) 3475-1285 - CNPJ: 06.554.836/0001-14

FORMULÁRIO DE ENCAMINHAMENTO

SENHA: do

HOSPITAL: Hospital Regional-Va-PI

I - IDENTIFICAÇÃO DO PACIENTE

NOME: Leonardo Alves Lima

CNS: _____ DN: 12/05/1993 IDADE: 25a ESTADO CIVIL Casado

ENDEREÇO: Rua do Príncipe (Vila da Paz) - 11

CIDADE DE ORIGEM: Valença do Piauí

RESPONSÁVEL: ✓ TELEFONE: () _____

II - ENCAMINHAMENTO

CONDIÇÕES DO PACIENTE: Acidente de Trânsito (SIT)
(Colisão moto/moto)
Sauveto, Orientado, Primária e Secundária
oral (SIC).

DIAGNÓSTICO

Traumatismo Craniano Primária a. Hiperfome
Grave Sonolento Glasgow 13
(no momento do exame)

EXAMES REALIZADOS

Trauma Facial
Sólo TC de crânio. Radiografia

TRATAMENTO REALIZADO

De Xanoxa 500mg Sutura Facial

MOTIVO DO ENCAMINHAMENTO

(1) Especializado

DATA: 08/12/2018

Assinatura do Médico
CPF: 000.000.000-00
08/12/2018 15:12



Juliana Nunes

Advocacia e Consultoria Jurídica
Juliana Nunes
Advogada OAB/PI 9576

PROCURAÇÃO AD JUDICIA E AD NEGOTIA

OUTORGANTE: LEONARDO ALVES LIMA		
ESTADO CIVIL: SOLTEIRO	PROFISSÃO: TRAB. RURAL	TELEFONE:
RG : 4.432.714	CPF: 057.058.493-03	
ENDEREÇO: POVOADO ISIDÓRIA O MIMOSO S/N – ZONA RURAL DE VALENÇA DO PIAUI-PI -CEP:64300-000		

OUTORGADO(S): JULIANA ROCHA PINTO PORTELA NUNES, inscrita na OAB-PI sob o nº 9576; e **DAVID ARAÚJO MARQUES RIBEIRO**, inscrito na OAB-PI sob o nº 9.704
Com endereço profissional localizado na Rua Epaminondas Nogueira, nº 750, Centro, Valença-PI

PODERES: amplos poderes, *in solidum* ou separadamente, para o foro geral, com a cláusula "ad Judicia", em qualquer juízo, instância ou Tribunal, podendo propor contra quem de direito as ações competentes e defende-las nas contrárias, seguindo umas e outras, até final da decisão, usando dos recursos legais e acompanhando-os, conferindo-lhe (s), poderes especiais para prestar declarações, receber citação, confessar, reclamar, desistir, renunciar direitos, transigir, firmar compromisso ou acordos, receber e dar quitação, propor execução, requerer falência, habilitar crédito em ação ordinária, procedimento sumaríssimo, ação rescisória, embargos, agravos, representando ainda o (a) outorgante, para o fim do disposto nos artigos 447 e 448 do Código de Processo Civil, incluindo também os poderes da procuração "ad negotia", afim de se fazer levantamento de valores creditados em favor do (a) outorgante, através de alvará judicial, RPV ou precatório, junto às instituições financeiras (CEF ou Banco do Brasil), que façam referência aos depósitos judiciais em que o outorgado atuou como patrocinador da ação, podendo ainda substabelecer esta a outrem, com ou sem reservas de poderes, dando tudo por bom, firme e valioso, sempre no interesse do (a) outorgante.

Valença do Piauí - PI 03 de MAIO de 2019.

x Leonardo Alves Lima
OUTORGANTE



HREP HOSPITAL REGIONAL EUSTÁQUIO PORTELA
AV SANTOS DUMONT,
CENTRO, VALENCA DO PIAUI/PI - 64300-000
CNPJ: 06553564001100
VALENCA/PI (89) 3465-1015 - (89) 3465-1369
HREP - HOSPITAL REGIONAL EUSTÁQUIO PORTELA

Ficha de Atendimento (Emergência)
Atendimento: P0225604 Registro: 99415
Data: 08/12/2018 Hora: 17:56:00
Funcionario: DANRLEY Tipo: CONSULTA
Sexo: MASCULINO
Senha 47 SUS

LEONARDO ALVES LIMA

Nasc.: 12/05/1993 Idade: 25 ANOS, 7 MESES, 27 DIAS Profissão: CPF: 057.058.493-03 - RG: 3432714 - SUS: 163570164630007
End.: MIMOSO, 0 - Bairro: ZONA RURAL Civil: CASADO(A) CEP: 64300-000
Cor: PARDA Telefone: () - Mãe: MARIA HELENA ALVES LIMA Cidade: VALENCA DO PIAUI/PI
Pai: MANOEL BARROS LIMA

Clinica: CLINICA GERAL Demanda: DEMANDA ESPONTANEA Atendimento de URGÊNCIA

Procedimentos

0301060037 ATENDIMENTO DE URGÊNCIA EM ATENÇÃO BÁSICA
0301010048 CONSULTA DE PROFISSIONAIS DE NÍVEL SUPERIOR NA ATENÇÃO ESPECIALIZADA (EXCETO MÉDICO)

História Clínica/Exame físico:

Paciente chegou ao pronto-socorro no
08/12/2018

Hora: ____:____
☐ Internação

Exames Complementares:

Diagnostico provavel:

Prescrição Médica:

1) Sulfato de Cloreto de Amônio
2) 12 No Casaco

Anotações da Classificação de Risco

Hora: 17:57:59

Prioridade:

☐ Vermelho - Emergência ☐ Laranja - Muito Urgente ☐ Amarelo - Urgente ☒ Verde - Pouco Urgente ☐ Azul - Não Urgente

Clínica/História: ENC MEDICO (ACIDENTE DE MOTOCICLETA)

Alergias: NEGA ALERGIA MEDICAMENTOSA

Medicação Usual:

PA: 130x7 mmHg TAX: 36,4°C FR: 0 mrpm SAT 02: 99 Dor:
FC: 101 bpm Glicemia: 0 mg/dl Peso: 0 kg ECG: 0

Observação:

Conduta: ENC CLINICO GERAL

417797 - LÍVIA KELLY DA SILVA
Enfermeiro Responsável

Dados da Alta

Hora: ____:____

☐ Alta ☐ Óbito ☐ Evasão ☐ Transferencia Destino: _____

LEONARDO ALVES LIMA
Paciente ou Responsável

7068 - TALLYS FRANCISCO DA LUZ CAMINHA
Médico Responsável



03/05/2019

Seguradora Líder-DPVAT Acompanhe o Processo

**PONTO DE ATENDIMENTO RECEPTOR DO PEDIDO DE
INDENIZAÇÃO GENTE SEGURADORA S/A
BENEFICIÁRIO LEONARDO ALVES LIMA
CPF/CNPJ: 05705849303**

Posição em 03-05-2019 07:53:21

Seu pedido de indenização foi negado. Enviamos carta, para seu endereço, com mais informações sobre a conclusão da análise do seu processo.

Histórico das correspondências enviadas

Data da Carta	Referência	Ver Carta
03/05/2019	Negativa Técnica - Sem sequelas	

<https://www.seguradoralider.com.br/Seguro-DPVAT/Acompanhe-o-Processo>

1/1

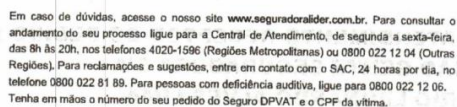


PACIENTE: LEONARDO PEREZ CAS-

LEITO: _____ DATA: ____/____/____

FOLHA DE EVOLUÇÃO E PRESCRIÇÃO EM OBSERVAÇÃO

[illegible]



Rio de Janeiro, 30 de Abril de 2019

Nº do Pedido do Seguro DPVAT: 3190274413

Vítima: LEONARDO ALVES LIMA

Data do Acidente: 08/12/2018

Cobertura: INVALIDEZ

Procurador: JOSE IVAN DE OLIVEIRA

Assunto: PEDIDO DO SEGURO DPVAT NEGADO

Senhor(a), LEONARDO ALVES LIMA

Após a análise dos documentos apresentados no pedido do Seguro DPVAT, a indenização foi negada, conforme esclarecemos:

Foi verificado que o dano pessoal evoluiu sem seqüela definitiva, razão pela qual não foi caracterizada a invalidez permanente coberta pelo Seguro DPVAT.

Uma das coberturas do Seguro DPVAT é o reembolso de despesas médicas e suplementares - DAMS. Caso existam despesas devidamente comprovadas, decorrentes do mesmo acidente e ainda não solicitadas, acesse o nosso site para maiores orientações.

Atenciosamente,

Seguradora Líder-DPVAT
Estamos aqui para Você

Fig. 00509/00510 - carta_04 - INVALIDEZ

00030255

Carta n° 14252773





PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO ORIENTE DO PIAUÍ-PI
Hospital Municipal de Pequeno Porte - HMPPNOPI
Rua Inácio Barbosa s/nº - Centro - CEP: 64.530-000 - Novo Oriente do Piauí-PI
Fone: TP: (89) 3475-1285 - CNPJ: 06.554.836/0001-14

FORMULÁRIO DE ENCAMINHAMENTO

SENHA: 40

HOSPITAL: Hospital Regional-Va-PI

I - IDENTIFICAÇÃO DO PACIENTE

NOME: Leonardo Alves Lima
CNS: _____ DN: 12/05/1993 IDADE: 25a ESTADO CIVIL Casado
ENDEREÇO: Rua do Município (Cidade de Pádua - PI)
CIDADE DE ORIGEM: Volta Redonda - RJ
RESPONSÁVEL: _____ TELEFONE: () _____

II - ENCAMINHAMENTO

CONDIÇÕES DO PACIENTE: Acidente de Trânsito (SIC)
(Colisão - moto / moto)
Somente Orientado, Limpeza e Soro Sanguíneo
oral (SIC).

DIAGNÓSTICO

Transtorno de Ansiedade (SIC)
Glasgow 13
Grave
(no momento do exame)

EXAMES REALIZADOS

1 - Exame TC de crânio / Rx de Face
Exame

TRATAMENTO REALIZADO

Desmamação e Sutura Face

MOTIVO DO ENCAMINHAMENTO

CD - Especializada

DATA: 08/12/2018

Dr. Anderson M. de Oliveira
Médico
CRM: 6540
RPP: 200133-72

ASSINATURA DO MÉDICO



RECEITUÁRIO

Nome: Leonardo Alves Lima

Paciente vítima ocidente de trânsito (SSE)
dia 08/12/2018; ao exame: traumatismo
crânio grave com fraturas do complexo
Órbita-Zigomático maxilar Esquerdo, e com
cei pelo corpo; sendo submetido à tratamen
to cirúrgico, alta do tratamento dia
27/03/2019; com redução da capacidade
funcional motigatória de oprimado
30%, no momento do exame, assando
a cabeça e vista esquerda ~~ambos~~ (S20).

Dr. Helder Antonio M. de Oliveira
Médico
CRM 26410
CPF: 17.280.123-01

Valença do Piauí 08/04/19
Wellen AMB
CRM 26410.

Saúde é Vida

(89) 3465.2647





PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO ORIENTE DO PIAUÍ-PI
Hospital Municipal de Pequeno Porte - HMPPNOPI
Rua Inácio Barbosa s/nº - Centro - CEP: 64.530-000 - Novo Oriente do Piauí-PI
Fone: TP: (89) 3475-1285 - CNPJ: 06.554.836/0001-14

FORMULÁRIO DE ENCAMINHAMENTO

SENHA: do

HOSPITAL: Hospital Regional-Va-Pi

I - IDENTIFICAÇÃO DO PACIENTE

NOME: Leonardo Alves Lima
CNS: _____ DN: 12/05/1993 IDADE: 25a ESTADO CIVIL Casado
ENDEREÇO: Rua do Primeiro Colégio do Piauí - 11
CIDADE DE ORIGEM: Vitória do Alentejo
RESPONSÁVEL: _____ TELEFONE: () _____

II - ENCAMINHAMENTO

CONDIÇÕES DO PACIENTE: Acidente de Trânsito (SIC)
(Colisão moto/moto)
Sonolento, Orientado, Linguagem e Sargento
oral (SIC).

DIAGNÓSTICO

Traumatismo (crânio) Sonolento Glasgow 13
Grave (no momento do
exame)

EXAMES REALIZADOS

Trauma Facial
Sólo TC de crânio. Radiografia

TRATAMENTO REALIZADO

De xameta com Sutura Facial

MOTIVO DO ENCAMINHAMENTO

(1) Especializado

DATA: 08/12/2018

Assinado eletronicamente por: JULIANA ROCHA PINTO PORTELA NUNES - 28/08/2019 17:56:49
http://tjpi.pje.jus.br:80/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19082817564617900000005873145
Número do documento: 19082817564617900000005873145
Assinatura do Médico
CPF: 000.000.000-00





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DAS CIDADES

DETTRAN - PI
CERTIFICADO DE REGISTRO E LICENCIAMENTO DE VEÍCULO

Nº 013227945524

VIA	COD. RENAVAM	R.N.T.C.	EXERCÍCIO
1	00477934625		2018
NOME			
GILSON RODRIGUES DA SILVA			
CPF / CNPJ			
02748493303			
PLACA			
OEA-6016			
PLACA ANT. / UF			
9C2KC1670CR554974			

ESPECIE TIPO	CONSISTIVEL
FAS/MOTOCICLE/NENHUMA	ALCOOL/GAS

MARCA / MODELO	ANO FAB.	ANO MOD.
HONDA/CG 150 FAN EST	2012	2012

CAP / POT / CIL	CATEGORIA	COL. PREC. DOMINANTE
02P/0149CC	PARTICU	CANOA

COTA ÚNICA	VENC. COTA ÚNICA	1º IFVA
FAIXA IRVA	PARCELAMENTO / COTAS	2º PAGO

PRÊMIO TARIFÁRIO (R\$) - COTA ÚNICA	PRÊMIO TOTAL (R\$)	DATA DE PAGAMENTO
000,00		

DOCUMENTO DE PORTE OBRIGATORIO
NÃO VÁLIDO PARA TRANSFERENCIA

NOVO ORIENTE DO PIQUI

26/06/2018

SEGURO OBRIGATORIO DE DANOS PESSOAIS CAUSADOS POR VEICULOS
AUTOMOTORES DE VIA TERRESTRE, OU POR SUA CARGA, A PESSOAS
TRANSPORTADAS OU NAO - SEGURO DPVAT

PI Nº 013227945524 BILHETE DE SEGURO DPVAT

ESTE É O SEU BILHETE DO SEGURO DPVAT
PARA MAIS INFORMAÇÕES, LEIA NO VERSO
AS CONDIÇÕES GERAIS DE COBERTURA
www.seguradoralider.com.br
SAC DPVAT 0800 022 1204

EXERCÍCIO	DATA EMISSÃO
2018	26/06/2018

VIA	CPF / CNPJ	PLACA
1	02748493303	OEA-6016

RENAVAM	MARCA / MODELO
00477934625	HONDA/CG 150 FAN EST

ANO FAB.	CAT. TIPO	Nº CHASSI
2012	09	9C2KC1670CR554974

PRÊMIO TARIFÁRIO		
000,00 (R\$)	000,00 (R\$)	000,00 (R\$)

000,00 (R\$)	000,00 (R\$)	105,50 (R\$)
--------------	--------------	--------------

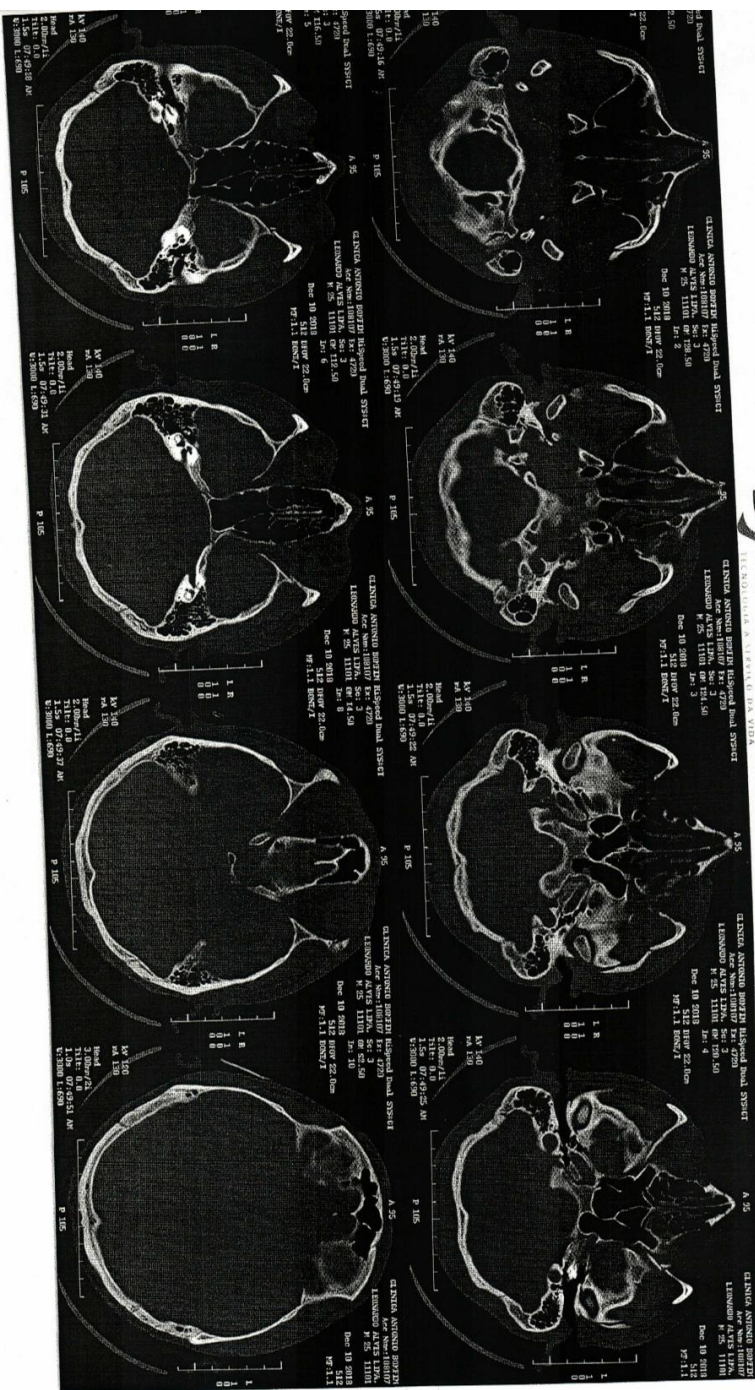
000,00 (R\$)	000,00 (R\$)	105,50 (R\$)
--------------	--------------	--------------

PAGAMENTO	PARCELADO	26/06/2018
<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	

SEGURADORA LÍDER - DPVAT

CNPJ 09.248.008/0001-04







COMPANHIA ENERGÉTICA DO PIAUÍ
Av. Maranhão 759 - Centro/Sul - Teresina - PI
CNPJ 06.840.744/0001-89 | Insc. Estadual: 19.301.383-5
Nota Fiscal / Conta de Energia Elétrica - Série B-1
Regime especial de impressão autorizado pela SEFAZ 06/98

Para contato
conosco, informe
esse NÚMERO!!

019191026

SEU CÓDIGO

1488720-3

Nº da Nota Fiscal 019191026

A Tarifa Social de Energia Elétrica - TSEE foi criada
pela Lei nº 10.438 de 26 de abril de 2002.

CONTA MES	VENCIMENTO	CONSUMO (KWH)	TOTAL A PAGAR (R\$)
MARCO/2019	26/03/2019	48	18,73

LEONARDO ALVES LIMA
PV ISIDORIA O MIMOSO
CPF: 00005705849303
CEP: 64.300-000 - VALENÇA DO PIAUÍ

B-RURAL

DADOS DA LEITURA	ROT: 33.750.13.81.146300	DADOS DA LEITURA
Atual: 1761		Atual: 19/03/2019
Anterior: 1713		Anterior: 15/02/2019
Constante de Multiplicação: 1,000		Próxima Leitura: 17/04/2019
Consumo Medido: 48		Emissão: 18/03/2019
Consumo Faturado: 48	FCAH	Apresentação: 19/03/2019
Forma de Faturamento: NORMAL	Código de Irregularidade:	Dias de Consumo: 32

Classe/Subclasse	Ligação	Número Medidor	Poste	Código Pat.	Méda 12 meses
RESID. BX. RENDA	MONO	A7561833		1.4.1.1	48

HISTÓRICO kWh	DESCRIÇÃO DA CONTA
Máximo consumo	
FEV/19 49	CONSUMO 30 A R\$ 0,228653 = 6,85
JAN/19 45	18 A R\$ 0,391086 = 7,05
DEZ/18 41	CONTR. ILUMINACAO PUB. (COSIP) 3,04
NOV/18 59	DIFERENÇA DE TARIFA 18,60
OUT/18 58	SUBVENCAO BAIXA RENDA 17,14
SET/18 54	MULTA POR ATRASO 02/19-00 0,31
AGO/18 55	JUROS POR ATRASO 02/19-00 0,02
JUL/18 41	
JUN/18 50	
MAR/18 43	
TARIFA SOCIAL TSEE:	
0 A 30 - 0,228653	
31 A 48 - 0,391086	

NOTIFICAÇÃO DE REAVISO DE VENCIMENTO / MENSAGEM

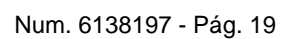
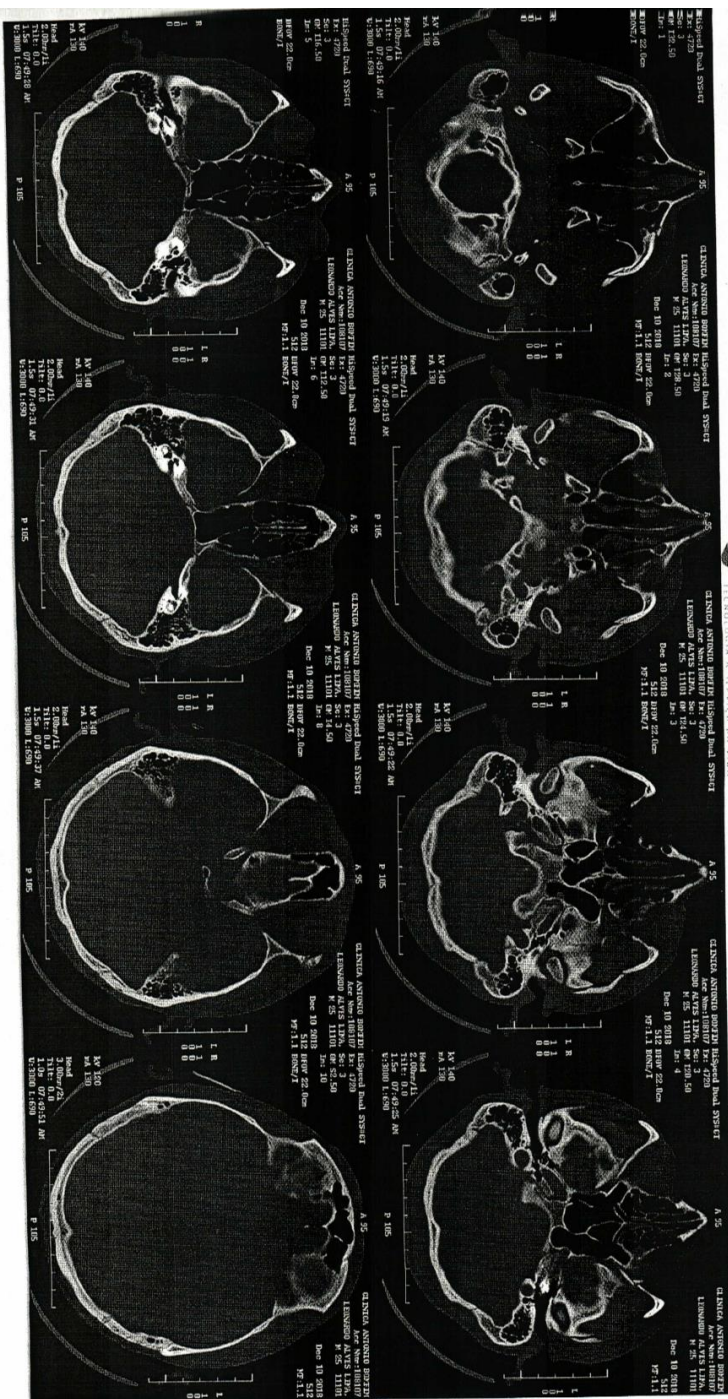
LIGUE 0800 086 0800 E FAÇA OPÇÃO VENCIMENTO 1 5 10 15 20 25
Parabéns! Até o dia 18/03/2019, não constatamos faturas vencidas
nessa Unidade Consumidora.

RESERVADO AO FISCO 3EC4.C87E.7E77.32AD.8504.FDFB.D019.0B26

COMPOSIÇÃO DA CONTA - R\$	IMPOSTOS/TRIBUTOS - R\$
Distribuição: 8,65	Base de Cálculo: 32,50
Energia: 16,70	Alíquota ICHS:
Transmissão: 2,82	Valor do ICHS:
Encargos: 1,78	Valor do PIS: 1,41% 0,45
Tributos: 2,55	Valor do COFINS: 6,49% 2,10

INDICADORES DE CONTINUIDADE			
	DIC		DICI
	Normal	Trimestral	Atual
Linha	0,00	0,00	0,00
Realizado	0,00	0,00	0,00
Conjunta			Período de apuração: 01/2019





Nome: LEONARDO ALVES LIMA,
Data: 10/12/2018
Solicitante: .
Convênio: PARTICULAR
Código: 11101



EXAME: TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA CRÂNIO

TÉCNICA: Foram realizados cortes axiais de 5 e 10 mm de espessura da base a convexidade do crânio no plano canto-meatal

RELATÓRIO:

- Parênquima encefálico com morfologia e coeficientes de atenuação normais.
- Ventriculos laterais, 3° e 4° ventriculos com formas/dimensões normais.
- Não há desvio da linha média.
- Sulcos e fissuras de aspecto normal em relação a idade.
- Cisternas basais sem alterações.
- Ausência de calcificações patológicas.
- Fraturas na parede lateral da órbita esquerda e no osso zigomático correspondente.

IMPRESSÃO DIAGNÓSTICA:

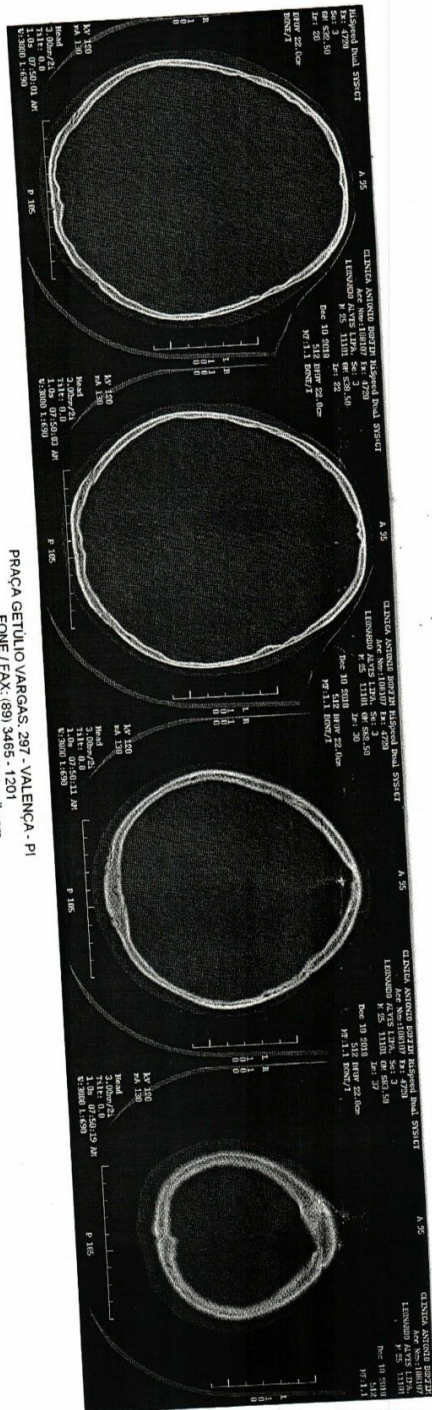
Fraturas na parede lateral da órbita esquerda e no osso zigomático correspondente.

(02 filmes)

Obs.: Exame realizado em Tomógrafo Multislice que reduz pela metade o tempo de exposição à radiação ionizante.

Dr. Pedro de Paula Bomfim Neto
CRM 3255





PRAÇA GETÚLIO VARGAS, 297 - VALENÇA - PI
 FONE / FAX: (89) 3465 - 1201
 e-mail : clinicaantonioborgesfim@hotmail.com



Nome: LEONARDO ALVES LIMA
Data: 01/02/2019
Solicitante: FRANCISCO DE ASSIS LIMA DOURAD
Convênio: PARTICULAR
Código: 11101



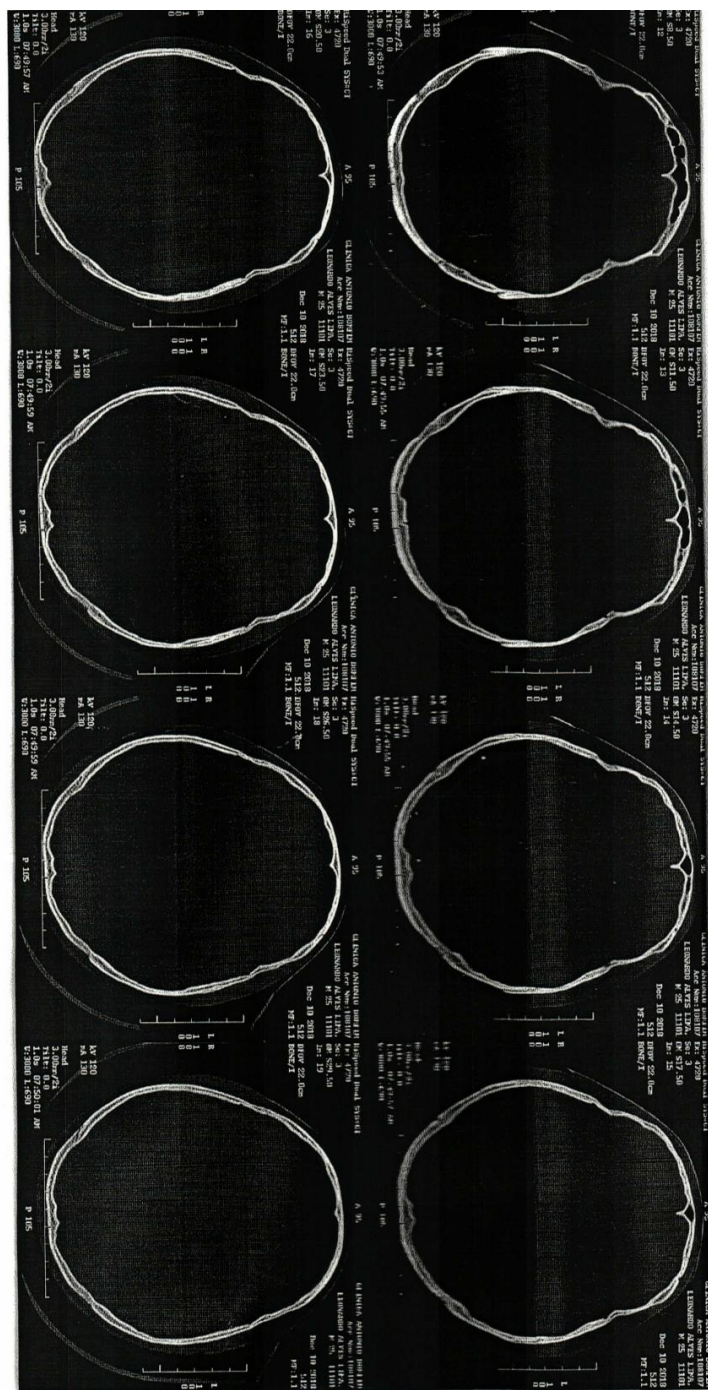
RX SEIOS DA FACE (02 INC)

RELATÓRIO

- Textura óssea preservada.
- Material metálico de síntese fixando fraturas na órbita esquerda e no osso zigomático homolateral.
- Demais estruturas ósseas visualizadas íntegras.
- Discreto desvio do septo nasal para a esquerda.
- Partes moles sem alterações radiológicas significativas.

Dr. Pedro de Paula Bomfim Neto
CRM 3255





cu II 237/01

436
580

FEPISERH
Fundação Estadual Piauiense
de Serviços Hospitalares

GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DE SAÚDE DO ESTADO DO PIAUÍ
HOSPITAL GETÚLIO VARGAS



Leonardo ALVES Lima

M. Fabricio Serra

Alto
24/12/18

PRONTUÁRIO MÉDICO

ELETRONICAMENTE
ASSINADO
EM 17/12/18
POR
TECNICO

INTERNAÇÃO REGULACAO

GESTOR SAÚDE 159528
At- 850194

INTERNAÇÃO REGULACAO
AUTORIZACAO
AUTORIZACAO

TC face s/c
17 12 18 9h
Dayane

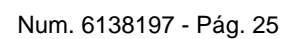
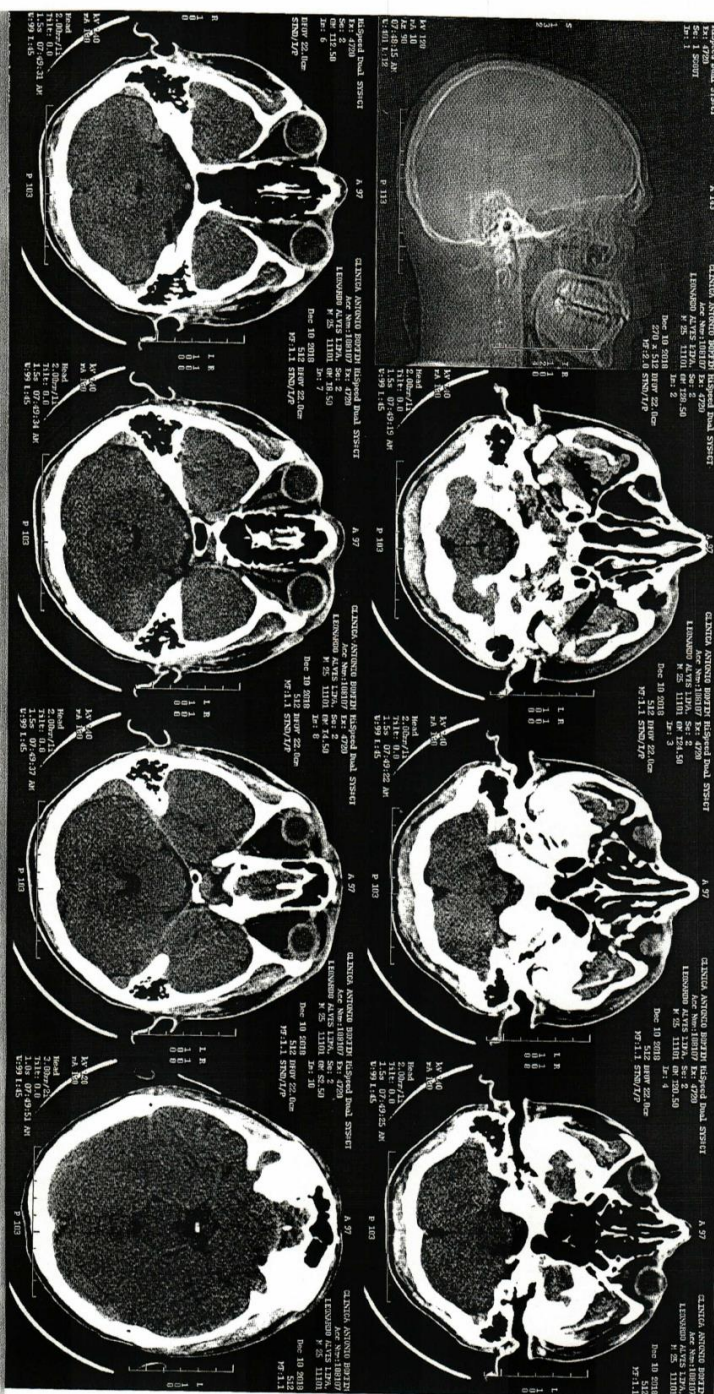
23-01-19

HOSPITAL GETÚLIO VARGAS
CONFERE COM O ORIGINAL
EM 14/03/2019
Edna Maria Andrade Silva
CÓPIA DE PRONTUÁRIO/ MAT: 019065

Junior
Faturista

23 JUN 2019







SUMÁRIO DE ALTA HOSPITAL GETULIO VARGAS

Av. Frei Serafim, 2352 Centro - Fone: 86 3221-3040
Teresina - PI CEP: 64000-000 CNPJ: 06.553.564/0104-43

Atendimento:
850194

Paciente:	LEONARDO ALVES LIMA			Idade:	25 Anos 7 Meses 3 Dias	Sexo:	M	Prontuário:	436560
Endereço:	POV MIMOSO			Nº:	0	Bairro:	ZONA RURAL	Cidade:	VALENÇA DO PIAUI
UF:	PI	DT. Nasc:	12/05/1993	Profissão:	TRABALHADOR RURAL	Telefone:	89 - 9993.70116	CPF:	057.058.493-03
								Cartão SUS:	163570164630007

Internação:	Alta	Permanência:
14/12/2018	23/12/18 às 08:54	09 dias

Diagnósticos:	Situação na Admissão:
CID Principal: 1 0	Paciente orientado, deambulando, normo-orientado e supine, apresentando diagnóstico clínico de fratura do complexo artro-femoral malar (C) e apresentava perda de perfecção malar (C) e degressão na margem infra-orbitária (C)
CID Secundário: 5 0 2 4	
CID Causa Morte:	

Evolução e Situação na Alta: paciente orientado, normo-orientado, deambulando, normo-orientado e supine, apresentando diagnóstico clínico de fratura do complexo artro-femoral malar (C) e apresentava perda de perfecção malar (C) e degressão na margem infra-orbitária (C)

Medicações Utilizadas: Keflin 8g, Diklatil 20mg, Diclofenaco 75mg, Dexametasona 2cc, Paracetamol 500mg

Cirurgia: Data: 22/12/18 Tipo: Intervenção de fratura do complexo artro-femoral malar com fratura interna tríplice em dois pontos (mala zigomalar malar e mala fratura zigomalar)

Planejamento Pós Alta ou Motivo da Transferência: avaliação ambulatorial

Tipo de Alta: ☐ 1.1.1. Curado ☐ 1.2. Melhorado ☐ 1.4. Pedido ☒ 1.5. Alta com prev. retorno ☐ 1.6. Evasão ☐ 1.8. Outro Motivo ☐ 1.9. Alta pac.agudo ☐ 3. Transferência ☐ 4. Óbito ☐ 5. Administrativo

Transferência:
Vaga cedida por: _____
Transporte: _____

Nome: <u>Leonardo Alves Lima</u>	Dr. Cato César Silva França Esp. Cirurgia / Traumatologia Bucco Maxilo Facial CRP 1278 PI Ass. Médico Assistente Auxiliar/Residente
----------------------------------	---





AVALIAÇÃO MÉDICA INICIAL

HOSPITAL GETÚLIO VARGAS

Av. Frei Serafim, 2352 Centro - Fone: 86 3221-3040
Teresina - PI CEP: 64000-000 CNPJ: 06.553.564/0104-43

Atendimento:
850194

Prontuário: 436560 **LEONARDO ALVES LIMA**

Endereço: POV MIMOSO

Cidade: VALENCA DO PIAUI

0 ZONA RURAL
UF: PI CEP: 64300-000

Sexo: M DT. Nasc: 12/05/1993 (Idade: 25 Anos 7 Meses 3 Dias) Estado Civil: C Profissão: TRABALHADOR RUR
Cadastro: 14/12/2018 Telefone: 89 9993.70116 Cartão SUS: 163570164630007 CPF: 05705849303

Pai: MANOEL BARBOSA LIMA

Mãe: MARIA HELENA ALVES LIMA

Cônjuge:

Responsável: VALERIA DA CONCEIÇÃO SILVA

Endereço: POV. MIMOSO

Cidade: 2978

0 ZONA RURAL
UF: PI CEP: 64300-000

Constancia

Funcionário do SAME

Queixa Principal:

H.D.A.

Ant. Pessoais:

Ant. Hereditários:

Exames Físicos:

Geral:

Cabeça e Pescoço:

Tórax:

Abdomen:

Membros:

Genitais:

Específicos

Diagnóstico:

Plano Terapêutico:

Data / Hora: ____/____/____ : ____

Ass. Médico Assistente/Auxiliar/Residente

HOSPITAL GETÚLIO VARGAS
COPIAR COMO ORIGINAL





Nº. da Autorização de Internação Hospitalar (AHI)

SECTOR SAÚDE 159528

LAUDO PARA SOLICITAÇÃO DE
AUTORIZAÇÃO DE INTERNAÇÃO HOSPITALAR

Identificação do Estabelecimento de Saúde

1 - Nome do estabelecimento solicitante: HOSPITAL GETULIO VARGAS	2 - CNES 2726971	Atendimento 850194
3 - Nome do estabelecimento executante: HOSPITAL GETULIO VARGAS	4 - CNES 2726971	

Identificação do Paciente

5 - Nome: LEONARDO ALVES LIMA	6 - Prontuário: 436560		
7 - CNS: 163570164630007	8 - Nascimento: 12/05/1993	9 - Sexo: M	CPF: 057.058.493-03
11 - Mãe: MARIA HELENA ALVES LIMA	12 - Fone: 89-9.99370116	14 - Cor: PARDA	
13 - Resp: VALERIA DA CONCEICAO SILVA	15 - Ender: POV MIMOSO	16 - Cod. IBGE: 221130	17 - UF: PI
16 - Munic: VALENCA DO PIAUI	18 - CEP: 64300-000	19 - RG: 34327-14	

Justificativa da Internação

20 - Principais Sinais e Sintomas Clínicos:		
21 - Condições que justificam a Internação:		
22 - Principais Resultados de Provas Diagnósticas (Resultado de Exames Realizados)		
23 - Diagnóstico Inicial: FRATURA DOS OSSOS MALARES E MAXILARES		
24 - Cid Princ.: S024	25 - Cid Sec.: _____	26 - Cid C.Ass.: _____

Procedimento Solicitado

28 - Cod. Proced. 0404020526	27 - Procedimento Solicitado: OSTEOSSINTESE DE FRATURA DO COMPLEXO ÓRBITO-ZIGOMÁTICO-MAXILAR	Tempo SUS 3		
29 - Clínica: CL. CIRURGICA II	30 - Carater.: 02	Ident.: 1	31 - Documento: 77871383353	32 Doc. Med. Solic. 77871383353
33 - Nome Profissional / Assistente FABRICIO MOREIRA SERRA E SILVA	34 - Data de Solicitação: 14/12/2018	35 - Ass. Carimb. Med. Solicitante		

Preencher em caso de Causas Externas (Acidentes ou Violências)

36 - () Acidente de Trânsito.	39 - CNPJ Seguradora:	42 - Nº. Biliheta.	41 - Serie
37 - () Acidente de Trabalho Típico.	42 - CNPJ Empresa:	43 - CNAE. Empresa	44 - CBOR.
38 - () Acidente de Trabalho Trajetado.			
45 - Vínculo com a Previdência. () Empregado () Empregador () Autônomo () Desempregado () Aposentado () Não Segurado.			

Autorização

46 - Nome do Profissional Autorizador	47 - Data Autorização.
48 - Documento	49 - Num. Documento
51 - Assinatura Paciente ou Responsável. <i>Valeria da Conceição Silva</i>	52 - Ass. Carimb. Med. Solicitante CONSTANCIA CAVALC. Consulta Local: Consulta SUS: Impressão 8:26:21

HOSPITAL GETULIO VARGAS
COPIA COM O ORIGINAL

INTERNAÇÃO/AUTORIZAÇÃO HOSPITALAR		Nº LAUDO: 197228		AIH: 2218101186103	
FORMA DE ENTRADA: PRÓPRIO ESTABELECIMENTO					
IDENTIFICAÇÃO DO ESTABELECIMENTO					
ESTABELECIMENTO SOLICITANTE				CNES	
HOSPITAL GETÚLIO VARGAS - HGV				2726971	
ESTABELECIMENTO EXECUTANTE				CNES	
HOSPITAL GETÚLIO VARGAS - HGV				2726971	
IDENTIFICAÇÃO DO PACIENTE					
CARTÃO SUS	NOME DO PACIENTE			NASCIMENTO	SEXO
163570164630007	LEONARDO ALVES LIMA			12-05-1993	M
DOCUMENTO CPF	TELEFONE	NOME DA MÃE		RESPONSÁVEL	
05705849303	89999370116	MARIA HELENA ALVES LIMA		VALERIA DA CONCEIÇÃO SILVA	
CEP	ENDEREÇO - LOGRADOURO			NÚMERO / LOTE	
64300000	POV. MIMOSO			0	
BAIRRO	COMPLEMENTO	MUNICÍPIO	UF		
ZONA RURAL		VALENÇA DO PIAT	PI		
LAUDO TÉCNICO E JUSTIFICATIVA DA INTERNAÇÃO					
PRINCIPAIS SINAIS E SINTOMAS CLÍNICOS					
PACIENTE ADMITIDA NESTE HOSPITAL, VIA CENTRAL ESTADUAL DE REGULAÇÃO, SOFRIA ACIDENTE MOTOCICLISTA HÁ 03 DIAS COM FRATURA NA PAREDE LATERAL DA ORBITA ESQUERDA E NO OSSO ZIGOMÁTICO ESQUERDO.					
CONDIÇÕES QUE JUSTIFICAM A INTERNAÇÃO					
TRATAMENTO CIRÚRGICO					
PRINCIPAIS RESULTADOS DE PROVAS DIAGNÓSTICAS (RESULTADO DOS EXAMES REALIZADOS)					
INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES					
CID 10 PRINCIPAL / DIAGNÓSTICO INICIAL			CID 10 SECUNDÁRIO	CID 10 CAUSAS ASSOCIADAS	
S024 - FRATURA DOS OSSOS MALARES E MAXILARES					
PROCEDIMENTO SOLICITADO					
CÓD/DESCRIÇÃO DO PROCEDIMENTO SOLICITADO					
0404020526 - OSTEOSINTESE DE FRATURA DO COMPLEXO ORBITOZIGOMÁTICO-MAXILAR					
LEITO/CLÍNICA			PROFISSIONAL SOLICITANTE (ASSINATURA/CARIMBO(Nº DO CONSELHO))		
ORTOPEDIATRA/MATOLOGIA			FABRÍCIO MOREIRA SERRA E SILVA		
CARÁTER			DATA SOLICITAÇÃO		
URGÊNCIA			14/12/2018		
DATA ADMISSÃO			MOTIVO ALTA		
14/12/2018 22:51			23/12/2018 12:46		
			MELHORADO		
CAUSAS EXTERNAS (ACIDENTES OU VIOLÊNCIA)					
TIPO ACIDENTE	CNPJ SEGURADORA	Nº DO BILHETE	SERIE	CNPJ DA EMPRESA	CNAE EMPRESA
AUTORIZAÇÃO					
JUSTIFICATIVA DA "NÃO" AUTORIZAÇÃO					
PROFISSIONAL AUTORIZADOR (ASSINATURA E CARIMBO(Nº DO CONSELHO))			NOME DO PROFISSIONAL / PARECER-CONTROLE AVALIAÇÃO / AUDITORIA		
LUCIO FLAVIO SANTOS FERREIRA			Edna Maria Andrade Silva		
CPF: 55378833391			CRM: 019065-0		
DATA ANALISE: 15/12/2018 06:53:05			DATA ANALISE		
ASSINATURA DO PACIENTE OU RESPONSÁVEL:					

HOSPITAL GETÚLIO VARGAS
CONFERE COMO ORIGINAL
EM 14/03/19
Edna Maria Andrade Silva
CÓPIA DE PRONTUÁRIO MAT: 019065-0



LAUDO PARA SOLICITAÇÃO/AUTORIZAÇÃO DE MUDANÇAS DE PROCEDIMENTO E DE PROCEDIMENTO(S) ESPECIAL(ES)		Nº LAUDO: 190528 AIH: 2218101186103	
IDENTIFICAÇÃO DO ESTABELECIMENTO			
ESTABELECIMENTO SOLICITANTE		CNS	
HOSPITAL GETÚLIO VARGAS - HGV		272073	
ESTABELECIMENTO EXECUTANTE		CNS	
HOSPITAL GETÚLIO VARGAS - HGV		272073	
IDENTIFICAÇÃO DO PACIENTE			
CARTÃO SUS	NOME DO PACIENTE	NASCIMENTO	PRONTUÁRIO
163570164630007	LEONARDO ALVES LIMA	12.05.1993	436546
DOCUMENTO	TELEFONE	NOME DA MÃE	RESPONSÁVEL
05705849303	89999370116	MARIA HELENA ALVES LIMA	VALERIA DA CONCEIÇÃO SILVA
CPF	CEP	ENDEREÇO (LOGRADOURO)	NUMERO / LOTE
05705849303	64300000	POV. MIMOSO	0
BAIRRO	COMPLEMENTO	MUNICÍPIO	UF
ZONA RURAL		VALINCA DO PIAUI	PI
PROCEDIMENTO PRINCIPAL			
DESCRIÇÃO DO PROCEDIMENTO PRINCIPAL		CÓD. PROCEDIMENTO PRINCIPAL	
OSTEOSESSE DE FRATURA DO COMPLEXO ORBITOZIGOMATICO MAXILAR		0404020520	
MUDANÇA DE PROCEDIMENTO			
DESCRIÇÃO DO PROCEDIMENTO SOLICITADO - ANTERIOR		CÓDIGO	
DESCRIÇÃO DO PROCEDIMENTO SOLICITADO - MUDANÇA		CÓDIGO	
DIAGNÓSTICO INICIAL	CID 10 PRINCIPAL	CID 10 SECUNDARIO	CID 10 CAUSAS ASSOCIADAS
SOLICITAÇÃO DE PROCEDIMENTO(S) ESPECIAL(AIS)			
PROCEDIMENTO(S) ESPECIAL(AIS)			
0802010199 - DIÁRIA DE PERMANÊNCIA A MAIOR QTD.: 1			
0802010016 - DIÁRIA DE ACOMPANHANTE ADULTO COM PERNOITE QTD.: 3			
0206010044 - TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA DE FACT. SEIOS DA FACT. ARTICULAÇÕES TEMPOROMANDIBULARES QTD.: 1			
0702050482 - PLACA DE TITÂNIO SISTEMA MINIMIKROFRAGMENTOS INCL. 17 PAR. 137 S08 QTD.: 2			
JUSTIFICATIVA DA SOLICITAÇÃO			
PROFISSIONAL SOLICITANTE			
NOME DO PROFISSIONAL SOLICITANTE		ASSINATURA E CARIMBO (Nº REGISTRO DO CONSELHO)	
FABRICIO MOREIRA SERRA E SILVA			
CNS SOLICITANTE	DATA SOLICITAÇÃO		
980016004249764	14.12.2018		
AUTORIZAÇÃO			
NOME DO PROFISSIONAL AUTORIZADOR		ASSINATURA E CARIMBO (Nº REGISTRO DO CONSELHO)	
LUCIO FLAVIO SANTOS FERREIRA			
CNS AUTORIZADOR	ÓRGÃO EMISSOR	DATA AUTORIZAÇÃO	
181943900230018		15.12.2018 06:53:05	

HOSPITAL GETÚLIO VARGAS
CONFERE COM O ORIGINAL
EM 14/03/2019
Edna Maria Amador de Silva
CÓPIA DE PRONTUÁRIO/ MAT. 019065-P

of 1

23/01/2019 09:00



BOLETIM DE CIRURGIA

CLÍNICA: CTI LEITO: 23411 PRONTUÁRIO: 47.500
 NOME: Luciano da Silva DATA DE NASC.: 1/1
 DIAGNÓSTICO PRÉ-OPERATÓRIO: Fract. do Complexo Orbito-maxilar Esquerdo
 CONDIÇÕES CLÍNICAS PRÉ-CIRURGIA: _____

 CIRURGIA: Osteomedia do complexo orbito-maxilar esquerdo
 RUGIÃO: De Faria Nº SALA: 10
 AUXILIARES: 1º _____ 2º _____ CRM-PI: 1578
 INSTRUMENTADORA _____ CIRCULANTE: _____
 TÉCNICA E TÁTICA CIRÚRGICA:
 01. Abordagem intra e extra-oral
 02. Infiltração com Lidocaína 2% com vaso constritor
 03. Exatidão na região fronto-maxilar (E) e maxilar de maxila (E)
 04. Bloqueio intra-maxilar com fio de aço 9
 05. Redução e fixação com 02 placas e 10 parafusos de 1.5 mm.
 06. Sutura dos tecidos
 07. Remoção do Bloqueio intra-maxilar
 08. Curativo em tela
 10. Fim da Cirurgia.
 COMPLICAÇÕES TRANSOPERATÓRIAS: _____

 DIAGNÓSTICO PÓS-OPERATÓRIO: em norm
 PERDA IMPORTANTE DE SANGUE DURANTE A CIRURGIA: () SIM (X) NÃO ESTIMADA: _____ ML
 PEÇA PARA HISTOPATOLÓGICO: () SIM (X) NÃO QUAL? _____
 DATA: 22/12/2008 HORA: 14:00
 MOD. 14 - HGV
 Dr. Antônio Henrique Borges Filho
 CRM-PI 1578
 CIRURGIÃO (Assinatura e Carimbo)
 HOSPITAL GETÚLIO VARGAS
 CONFERE COM O ORIGINAL
 EM 10/01/2009



MATERIAL UTILIZADO NO PROCEDIMENTO

DISCRIMINAÇÃO	UNID	QUANT	DISCRIMINAÇÃO	UNID	QUANT
LÍQUIDOS E SOLUÇÕES			AGULHAS E SERINGAS		
SORO FISIOLÓGICO 0,9% - ml	frasc	26	AGULHA DE RAQUE Nº	und	01
SORO FISIOLÓGICO 0,9% - ml	frasc	02	AGULHA PERIDURAL Nº	und	
SORO GLICOSADO 5% - ml	frasc		AGULHA 25x7	und	02
RINGER LACTADO ml	frasc		AGULHA 30x7	und	
AGUA DESTILADA ml	frasc		AGULHA 40x32	und	02
AGUA PARA INJEÇÃO 10 ml	amp	01	AGULHA DE INSULINA	und	
MANITOL 3% 2000 ml	frasc		ESCALP Nº	und	
PCITIMOL ml	ml		JELCO Nº	und	
AGUA OXIGENADA ml	ml	02	SERINGA DE 60ml	und	
ALCOOL 70% ml	ml	02	SERINGA DE 20 ml	und	
P.V.P. DEGERMANTE ml	ml	02	SERINGA DE 10 ml	und	
P.V.P. TOPICO ml	ml	02	SERINGA DE 5ml	und	
CLOREXIDINA ml	ml	02	SERINGA DE 3ml	und	02
BSS 300ml	frasc		SERINGA DE 1ml	und	
VOLIVIM 8% 500ml	frasc				
			DRENOS		
			DRENO DE PENROSE Nº	und	
			DRENO DE SUÇÃO Nº	und	
			DRENO DE TORAX Nº	und	
			DRENO DE KHER Nº	und	
FIOS					
NAYLON Nº	Und				
NAYLON Nº	Und				
CAT GUT SIMP LES Nº	Und				
CAT GUT CROMADO Nº	Und				
CAT GUT CROMADO Nº	Und				
ALGODÃO C/ AGULHA Nº	Und				
ALGODÃO S/ AGULHA Nº	Und				
VICRYL Nº	Und				
VICRYL Nº	Und				
PROLENE Nº	Und				
PROLENE Nº	Und				
MONOCRYL Nº	Und				
PDS Nº	Und				
LUVAS					
PROCEDIMENTO	PAR				
STERIL Nº	PAR	06			
STERIL Nº	PAR	06			
STERIL Nº	PAR	06			
SONDAGEM					
SONDA URETRAL Nº	Und				
SONDA DE FOLEY 2V Nº	Und				
SONDA DE FOLEY 3V	Und				
SONDA NASOGÁSTRICA Nº	Und				
SONDA NASOENTERAL Nº	Und				
ETOR DE URINA FECHADO	Und				
ETOR DE URINA ABERTO	Und				
CAPIA GELÉIA 2%	tub				
CAPIA RETAL Nº	Und				
CAPIA	tub				

ANOTAÇÕES E OCORRÊNCIAS

IR CULANTE-COREN

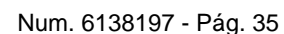
HORA

INSTRUMENTADORA-COREN

HOSPITAL GETÚLIO VARGAS
CONFERE COM ORIGINAL



... TAL GETÚLIO VARGAS
... COM O ORIGINAL
... 19/11/1964
... Silva





SECRETARIA DE SAÚDE DO ESTADO DO PIAUÍ
HOSPITAL GETÚLIO VARGAS



TERMO DE CONSENTIMENTO INFORMADO
GERAL

Dados do Paciente		
Nome: LEONARDO ALVES LIMA	Nascimento: 12/05/1993	Estado Civil: Casado
Prontuário: 436560		
Cartão SUS: 163570164630007		

Observação: Caso o declarante não seja o paciente, preencher o espaço abaixo.

Representante / Responsável Legal	
Nome: VALERIA DA CONCEICAO SILVA	CPF:
Estado Civil: Casado	
Parentesco: ESPOSO (A)	

Eu, _____
(paciente ou responsável legal pelo paciente acima citado), que sou/é portador da doença _____
devendo ser submetido ao tratamento e/ou procedimento de _____

DECLARO ter recebido todas as explicações necessárias sobre os riscos inerentes a minha doença/doença
do paciente e ao tratamento e/ou procedimento que será/será submetido, tais como:

1. _____
2. _____
3. _____
4. _____
5. _____

Estou ciente ainda que o presente termo de consentimento está em conformidade com a Lei 8.078/90
(Código de defesa do consumidor) e o Código de Ética Médica (artigo 22).

Teresina (PI), 14/12/2018

Assinatura do Paciente ou Responsável e RG

Assinatura do Médico Responsável - CRM

Av. Frei Serafim, 2352 - Centro/Sul - CEP: 64001-020 - Teresina - PI - Tel. 86-3221-3040

HOSPITAL GETÚLIO VARGAS
CONFERE COM O ORIGINAL





FEPISERH
Fundação Estadual de Planejamento
de Serviços Hospitalares

GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DE SAÚDE DO ESTADO DO PIAUÍ
HOSPITAL GETÚLIO VARGAS



HISTÓRICO DE ENFERMAGEM

I - IDENTIFICAÇÃO

Nome: Leonardo Alves Lima Data de Nascimento: 12/05/93
Cidade de origem: Valença

II - ASPECTO SOCIO ECONÔMICO E ESPIRITUAL

Religião/Crença: Católico
Profissão: Trabalhador rural
Escolaridade: () Analfabeto () Ensino fundamental (X) Ensino médio () Superior
Barreira na comunicação: (X) Não () Sim.
Qual? _____
Apresenta déficit: (X) Não () Sim: Qual? () Visual () Auditivo () Motor
() Outros: _____
Transcorno mental: (X) Não () Sim.
Qual? _____

2 ITENS POSITIVOS:
ACIONAR SERVIÇO SOCIAL

III - ANTECEDENTES PESSOAIS (PRESENÇA DE DOENÇAS E/OU TRATAMENTO ANTERIOR)

(X) Não possui () Hipertensão Arterial () Dislipidemia () Diabetes melitus () Insuficiência Renal Crônica / Aguda
() Cardiopatias () Câncer () Tabagismo () Etilismo () Usuário de drogas ilícitas () Outro: _____

Fez uso de medicamentos? (X) Não () Sim

NOME	DOSE	VIA	HORÁRIO	NOME	VIA	DOSE	HORÁRIO	
—	—	—	—	—	—	—	—	ACIONAR FARMACEUTICO
—	—	—	—	—	—	—	—	
—	—	—	—	—	—	—	—	
—	—	—	—	—	—	—	—	
—	—	—	—	—	—	—	—	

IV - EXAME FÍSICO

a) SINAIS VITAIS:

P: _____ () Filiforme () Cheio () Rítmico () Arritmico T: _____
FR: _____ Oxigênio: () Sim (X) Não Dor: (X) Não ()

() Sim, Onde? _____
Características: _____

b) DADOS ANTROPOMÉTRICOS E ASPECTOS NUTRICIONAIS

Altura: _____ (m) Peso: _____ (Kg)
Perda de peso nos últimos 3 meses: (X) Não () Sim, Peso perdido: _____ (Kg)
Histórico de: () Sonda () Gastrostomia () Nefropatia () Neoplasia de cabeça/pescoço
() Neoplasia de trato gastrointestinal () Transplante () Obesidade mórbida III (IMC>50Kg/m2)

2 ITENS POSITIVOS
ACIONAR A NUTRICIONIST
(Atenção nutricional)

c) NÍVEL DE CONSCIÊNCIA

(X) Consciente (X) Orientado () Desorientado () Comatoso () Sonolento () Sedado () Torporoso
ESCALA DE COMA GLASGOW: _____

d) ASPECTO EMOCIONAL: (X) Calmo () Tenso () Agitado () Apático () Eufórico
() Agressivo () Triste () Outra alteração. Qual? _____

2 ITENS POSITIVOS
ACIONAR O PSICÓLOGO

MOD. 2/4 - HGV

HOSPITAL GETÚLIO VARGAS
CONFERE COM O ORIGINAL
EM 14/08/2019
Edna Maria Araújo Silva
CÓPIA DE PRONTUÁRIO (MAT. 019005-0)



e) CABEÇA Couro cabeludo: (X) Sem anormalidades () Ferimento () Hematoma. Alterações: _____ Face: () Simétrica () Assimétrica () Ferimento () Hematomas Nariz: (X) Simétrico () Assimétrico () Sem anormalidades () Secreção () Lesão () Epistaxe Pupilas: (X) Isocóricas () Anisocóricas () Reativas () Arreativas () Mióticas () Midriáticas () Puntiformes () Mídias Olhos: (X) Normal () Hemorragia () Icterícia de esclerótica () Baixa acuidade visual () Lentes corretivas () Processo inflamatório/infeccioso Ouvidos: (X) Normal () Otorrágia () Lesão. Outros: _____ Boca: (X) Sem anormalidades () Cáries () Falhas dentárias () Prótese () Lesão	
f) SISTEMA RESPIRATÓRIO Padrão: (X) Eupnéico () Bradipnéico () Taquipnéico () Dispnéico () Tiragem intercostal Inspeção pulmonar: (X) Normal () Diminuída () Simetria () Assimetria Ausculta: Murmúrio vesicular: (X) Presente () Diminuído () Ausente Ruídos adventícios: () Roncos () Sibilos () Estertores () Tosse Tipo: _____ Alterações: _____ Aporte de O2: () Traqueostomizado () TOT () VM () Macronebulização () O2 sob cateter nasal () O2 venturi	ACIONAR O FISIOTERPEUTA, QUANDO O PACIENTE APRESENTAR TIR/GEIM INTERCOSTAL
g) SISTEMA CARDIOVASCULAR Perfusão Periférica: (X) Normal () Diminuída () Cianose Outros: _____ Ausculta cardíaca: (X) Normal () Bradicardia () Taquicardia Ritmo: () Regular () Irregular Acesso Venoso: () Sim (X) Não Qual: _____ Faz uso de marcapasso: () Sim (X) Não Há quanto tempo: _____	
h) SISTEMA GASTROINTESTINAL Abdômen: (X) Flácido () Tenso () Plano () Globoso (X) Simétrico () Assimétrico () Escavado () Distendido () Timpânico () Doloroso Ruídos hidroaéreos: (X) Ausente () Presente, tipo: () Hiperativos () Hipoativos Estorrias: (X) Não () Sim Qual? _____ Dieta: Tipo: (X) Enteral () Parenteral Vias: (X) Oral () SNG () SOG () SNE () Jejunostomia () Gastrostomia Acolitação da dieta: (X) Sim () Não () Parcialmente Eliminações Intestinal: (X) Normal () Constipação () Diarreia () Melena () Enterorragia () Obstipação	
i) MUSCULO ESQUELÉTICO Deambulação: (X) Sem auxílio () Com auxílio, Qual dispositivo? () Muleta () Andador Utiliza prótese/órtese? (X) Não () Sim. Onde? _____ Sensibilidade: (X) Não () Sim. Tipo: () Paresia () Parestesia () Direito () Esquerdo Déficit motor: (X) Não () Sim. Tipo: () Hemiplegia () Hemiparesia () Direito () Esquerdo () Tetraplegia Tonicidade: (X) Rígido () Flácido () Direito () Esquerdo Imobilização: (X) Não () Sim. () Direito () Esquerdo	ACIONAR O FISIOTERPEUTA, QUANDO O PACIENTE APRESENTAR PARESIA E/OU HEMIPARESIA
j) MUSCULO ESQUELÉTICO Deambulação: () Sem auxílio () Com auxílio, Qual dispositivo? () Muleta () Andador Utiliza prótese/órtese? (X) Não () Sim. Onde? _____ Sensibilidade: (X) Não () Sim. Tipo: () Paresia () Parestesia Déficit motor: () Não () Sim. Tipo: () Hemiplegia () Hemiparesia () Tetraplegia Tonicidade: () Rígido () Flácido Imobilização: () Não () Sim. Qual? _____	
l) SISTEMA TEGUMENTAR Pele: (X) Íntegra () Desnutrida () Hidratada () Desidratada () Normocorada () Hipocorada () Icterícia () Edema () Lesionada. Onde? _____ Escala de Braden: _____ Encaso de presença úlcera por pressão () Inclassificável () Suspeita de lesão profunda Classificação: () Estágio 1 () Estágio 2 () Estágio 3 () Estágio 4	
m) APARELHO GENITOURINÁRIO Urinário: (X) Espontânea () Incontinência () Retenção Urinária () Fraída Dispositivo Urinário: (X) Não () Sim. Qual? () Sonda de alívio () Sonda de Foley () Cistostomia Alterações: () Ardência () Leucorréia () Prurido () Disúria () Oligúria () Poliúria () Anúria () Hematúria	

RETILIO VARGAS



IV) PADRÃO DE SONO: (X) Bom () Regular () Ruim () Insônia () Uso de sedativo-calmantes: (X) Não () Sim

c) SISTEMA REPRODUTOR: () Menarca () Menopausa () Primípara () Multipara *Não se aplica (X)*

V) RISCOS: () Não (X) Sim. Qual? (X) Queda () UPP () Flebite
Alergia: (X) Não () Sim. Qual? _____

VI) CIRURGIAS Você já realizou alguma cirurgia: (X) Não () Sim.
Qual(is): _____
Qual o ano? _____

(VII) NECESSIDADE DE EDUCAÇÃO MULTIPROFISSIONAL – ESPECIFICAR:
Pessoa envolvida no processo de educação: () Paciente () Acompanhante () Familiar
Deseja receber orientações educativas? () Não () Sim
Em que necessidade: () Cirurgia () Pós-alta () Hábitos alimentares/Dietoterapia () Autocuidado/Hábito de vida diário: _____
Tratamento específico: _____
() Outro _____

(VIII) NECESSIDADE ESPECIAIS:
O paciente faz parte de populações especiais? (X) Não () Sim
() Criança () Idosos debilitados
() Adolescente () Pacientes com distúrbios emocionais ou psiquiátricos
() Indígena () Outro. Qual? _____

2. Qual a assistência deve ser prestada de forma diferenciada?
() Alimentação () Linguagem
() Deambulação/ Mobilidade () Surdo e mudo
() Sono e repouso () Comunicação
() Acompanhante () Outros. Qual? _____

3. Registre os cuidados especiais a serem realizados.

(IX) INFORMAÇÕES ADICIONAIS:

Fez exames? (X) Não () Sim. Qual(is)? _____

O Sr ou Srª gostaria de fazer alguma pergunta em relação a estes folders?
() Não () Sim. Folder de direitos e deveres do paciente (X) Não () Sim. Folder de Higienização das mãos
(X) Não () Sim. Folder de Risco de quedas (X) Não () Sim. Identificação com pulseira
O Sr ou Srª gostaria de fazer alguma pergunta?

DECLARO A CONFIRMAÇÃO DOS DADOS ACIMA
Nome: _____
Identificação/Responsável: *Luciano Alves Lima*
Assinatura: _____ RG: _____
Grau de parentesco (se aplicável): _____

Data: *15/03/18* Hora: *12:30* *Erf. Juliana Lima 129463*
ASSINATURA/CARIMBO

MOD. 304 - HGV

HOSPITAL GETÚLIO VARGAS
CONFERE COMO ORIGINAL
EM 14/03/18
Edna Maria Andrade Silva
COPIA DE PRONTUÁRIO MAT. 919065



QUADROS DE ORIENTAÇÃO DE ESCALAS		
ESCALA DE COMA DE GLASGOW		ESCORE
AÇÃO	RESPOSTA	PONTUAÇÃO
Abertura ocular	Espontânea	4
	A voz	3
	A dor	2
	Nenhuma	1
Melhor Resposta verbal	Orientada	5
	Confusa	4
	Palavras inapropriadas	3
	Sons incompreensíveis	2
Melhor Resposta motora	Obedece comandos	6
	Dor localizada	5
	Retirada da flexão	4
	Flexão anormal	3
	Extensão anormal	2
		15
PONTUAÇÃO: < 3 (probabilidade de morte) 3 a 8 (grave necessidade de intubação) 9 a 12 (moderado) 13 a 15 (leve)		

Escala de Agitação- sedação de Richmond - RASS		
PONTOS	CLASSIFICAÇÃO	DESCRIÇÃO
4	Agressivo	Violento, perigoso, combativo.
3	Muito agitado	Conduta agressiva, remoção de tubos ou cateter.
2	Agitado	Movimentos sem coordenação frequentes.
1	Inquieto	Intranquilo, ansioso, mas sem movimentos vigorosos ou agressivos.
0	Alerta e calmo	Alerto, calmo.
-1	Sonolento	Parcialmente alerta, facilmente despertável e mantém contato visual por mais de 10 segundos.
-2	Sedação leve	Acorda rapidamente, e faz contato visual com o som da voz por menos de 10 segundos.
-3	Sedação moderada	Movimento ou abertura dos olhos ao som da voz, mas sem contato visual.
-4	Sedação profunda	Não responde ao som da voz, mas movimenta ou abre os olhos com estimulação física.
-5	Incapaz de ser despertado	Não responde ao som da voz ou ao estímulo físico.

AVALIAÇÃO DO GRAU DE RISCO DE DESENVOLVIMENTO DE ÚLCERA POR PRESSÃO				
PERCEPÇÃO SENSORIAL	1. TOTALMENTE LIMITADO	2. MUITO LIMITADO	3. LEVEMENTE LIMITADO	4. NENHUMA LIMITAÇÃO
UMIDADE	1. COMPLETAMENTE MOLHADA	2. MUITO MOLHADA	3. OCASIONALMENTE MOLHADA	4. RARAMENTE MOLHADA
ATIVIDADE	1. ACAMADO	2. CONFINADO À CADEIRA	3. ANDA OCASIONALMENTE	4. ANDA FREQUENTEMENTE
MOBILIDADE	1. TOTALMENTE IMÓVEL	2. BASTANTE LIMITADO	3. LEVEMENTE LIMITADO	4. NÃO APRESENTA LIMITAÇÕES
NUTRIÇÃO	1. MUITO POBRE	2. PROVAVELMENTE INADEQUADO	3. ADEQUADO	4. EXCELENTE
FRICÇÃO E CISCALHAMENTO	1. PROBLEMA	2. PROBLEMA EM POTENCIAL	3. NENHUM PROBLEMA	

MOD. 2/04 - HGV

HOSPITAL GETÚLIO VARGAS
 FICHA COM O ORIGINAL
 Assinado eletronicamente por: JULIANA ROCHA PINTO PORTELA NUNES - 28/08/2019 17:56:49
 http://tjpi.pje.jus.br:80/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19082817564617900000005873145
 Número do documento: 19082817564617900000005873145



Paciente: Ioonardo alves lima - 163570164630007 - 12/05/1993 (25 anos), Inhuma. Mãe: maria helena alves lima
Leito: Hospital Getúlio Vargas - HGV (Teresina/PI) - ENF - 237 LEITO - 3 - Bucomaxilofacial /
Adulto / Masculino
Class. Risco: Urgente

VISÃO GERAL

EVOLUÇÃO

Estab. Solicitante
Hospital Regional Eustáquio Portela (Valença do Piauí/PI)

Médico Solicitante
TALLY'S FRANCISCO DA LUZ CAMINHA

Usuário Solicitante
Usuário Padrão

Senha
20181210183674

Observação solicitante
senha não informada

Caráter
Retaguarda

Tipo de Leito
Bucomaxilofacial

CIDs
Fraturas múltiplas em orelha os ossos do crânio e da face

Procedimentos

Descrição Clínica
paciente sofreu acidente motociclistico ha 03 dias, TC : FRATURA NA PAREDE LATERAL DA ORBITA ESQUERDA E NO OSSO ZIGOMATICO ESQUERDO.

Protocolo de Atendimento
Assistência Ventilatória: Não necessita

Hemoglobina (0 a 50 g/dl ou Não Informado): não tem

Glicemia (0 a 500 mg/dl ou Não Informado): não tem

Escala de Glasgow (0 a 15 ou Não Informado): 15

Saturação de oxigênio (0 a 100 % ou Não Informado): 99%

Frequência respiratória (0 a 80 rpm ou Não Informado): 14

Frequência cardíaca (0 a 180 bpm ou Não Informado): 90

Pressão arterial (em mmHg ou Não Informado): 120/80

Observações

HOSPITAL GETÚLIO VARGAS
COMPARE COM O ORIGINAL



237-01

REQUISIÇÃO DE PARECER

CINQUIGUA

NOME: LEONARDO ALVES LIMA 237-01

DA CLÍNICA: BUCA MAXILAR

A CLÍNICA: UROLOGIA

MOTIVO DA CONSULTA

Paciente relata ardência ao
URINAR.
Solicito avaliação urológica

DATA: 19/12/18

Laurindo de Sousa Brito Junior
Cirurgião e Transplantologista
CRM-1650

ASS. MÉDICO CONSULTANTE

PARECER:

Paciente com relato de diminuição na quantidade
de urina. Urina clara, sem sangue, sem pus.
Não há dor. A exame: ectopia normal.

AD: RUV (urina)

CD: Transcrite AB anormal

Dr. Carlos Roberto
Cirurgião Geral
Residência Urologia
CRM-21.2781

Ass. Méd.

ASS. MÉDICO ESPECIALISTA

HOSPITAL GETÚLIO VARGAS
CONFERE COM O ORIGINAL
ERR 011 10/12/18



REGULAÇÃO SUS

SENHA Nº 20181210183674

Caráter ELETIVA

Data da solicitação:	Número do prontuário:
10/12/2018 13:55	
Autorização:	Profissional solicitante:
20181210183674	Usuário Padrão
Estabelecimento Solicitante:	
Hospital Regional Eustáquio Portela (Valença do Piauí/PI)	
Estabelecimento Executante:	
Hospital Getúlio Vargas - HGV (Teresina/PI)	
Paciente:	Data de nascimento:
leonardo alves lima	12/05/1993 (25 anos)
Cid:	
- Fraturas múltiplas envolvendo os ossos do crânio e da face	
Procedimentos Autorizados:	

Motorista: Ezim (Proazs)

REVISÃO SOCIAL
Autorizo abertura de prontuário
Teresina, 14/12/18, as 22h10min
Leonardo Lima

/ CID = 8024

Proced =

0404020526

- Proced =

cid = 502-4

proced: 04.04.020526

Dr. Márcio Antônio da Silva
Cirurgião
CRM 1179 - Piauí

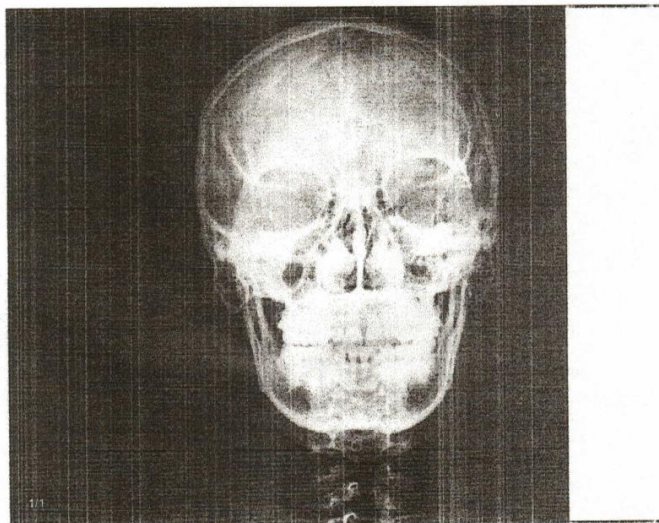
Página 1 de 1

HOSPITAL GETÚLIO VARGAS
CONFERE COM O ORIGINAL
EM 14/12/2018



LEONARDO ALVES LIMA
 Data do Estudo: 2018-12-12
 ID do Paciente: 850194
 ID do Estudo: S-JP2Q0H4H.1
 Study Description: Seios

Serie	Descrição
1	AP
2	LA



<http://192.168.1.6/digiweb/digiweb.php?requestType=WADO&studyUID=1.3.46.670...> 22/01/2019

HOSPITAL GETÚLIO VARGAS
 CENTRO DE DIAGNÓSTICO E TERAPIA





HOSPITAL GETÚLIO VARGAS
COORDENAÇÃO DO CENTRO CIRÚRGICO
LISTA DE VERIFICAÇÃO DE SEGURANÇA CIRÚRGICA

Paciente: Leonardo Alves Lima

DATA DE NASCIMENTO: 12/05/93

DATA: 22/12/18

CHECAGEM ANTES DA INDUÇÃO ANESTÉSICA

CHECAGEM ANTES DA INCISÃO CIRÚRGICA

CHECAGEM ANTES DO PACIENTE SAIR DA SALA DE CIRUR

Identificação (SIGN-IN)

Responsáveis: Cirurgião (a), Auxiliar, Anestesiista, Enfermeira (a), Instrumentador(a) e Circulante

Registros (CHECK-OUT)

Confirmar com o paciente:

Identidade (nome e Data de nascimento): ☒ Sim () Não
Jejum? ☒ Sim - Quantas horas? 12 () Não
Procedimento programado

Sítio demarcado () Sim () Não () Não se aplica
Usar dispositivo médico? () Sim () Não
Está na sala e confiante?

Consentimentos informados preenchidos e assinados:

Para a anestesia () Sim () Não
Para a cirurgia () Sim () Não

Exames de imagens essenciais estão disponíveis?

() Sim () Não () Não se aplica

Avaliação pré-anestésica realizada (ficha no prontuário):

() Sim () Não
Materiais/medicamentos para a anestesia disponíveis na sala?

() Sim () Não
Monitor cardíaco e Oxímetro de pulso no paciente e funcionando?

() Sim () Não
O paciente possui alergia?

() Sim () Não
Qual?

O paciente tem via aérea difícil ou risco de aspiração?

() Sim () Não

Equipamentos para assistência disponíveis? () Sim () Não

O paciente tem risco de perda sanguínea > 500 ml (carga > 7 ml/Kg)? () Sim () Não

Tem acesso endovenoso adequado () Sim () Não

Tem reserva de sangue () Sim () Não

Cirurgião

Anestesiista

Instrumentador (a)

Circulante

Enfermeira (a)

Confirmar com o paciente:

Todos os membros da equipe se apresentaram pelo nome e função
Todos os responsáveis confirmaram verbalmente a(o):
() Identificação do paciente (nome e data de nascimento)
() Sítio cirúrgico demarcado
() Placa de bisturi posicionada corretamente:
() Sim () Não () Não se aplica
() Profilaxia antimicrobiana foi realizada nos últimos 60 minutos?
() Sim () Não () Não se aplica

Antecipação de eventos críticos:
Equipe cirúrgica: alguma etapa crítica prevista?
() Sim - Qual?

Equipe de anestesiista: alguma preocupação específica com o paciente?
() Sim - Qual?

Checkagem da equipe de enfermagem:
Todos os instrumentais estão disponíveis?
() Sim () Não
Todos os instrumentais estão esterilizados?
() Sim () Não
Todos os equipamentos necessários estão disponíveis?
() Sim () Não

Contagem das compressas correta?
() Sim () Não () Não se aplica
Contagem dos instrumentais cirúrgicos correta?
() Sim () Não () Não se aplica
Contagem de agulhas correta?
() Sim () Não () Não se aplica

As amostras/biópsias para a anatomia patológica est identificadas (nome do paciente e data de nascimento) de origem; quantidade de amostras?
() Sim () Não () Não se aplica

Registros completos no prontuário:
Do procedimento intraoperatório () Sim () Não
Do procedimento anestésico () Sim () Não

Todos os medicamentos administrados foram registrados?
() Sim () Não () Não se aplica
Todas as recomendações médicas para os cuidados e operador imediato estão prescritos?
() Sim () Não

Houve algum problema com equipamentos que deve resolvido?
() Sim - Qual?
() Não

HOSPITAL GETÚLIO VARGAS
CONFERIR COM O ORIGINAL
EM 14/08/2019
Edna Maria Silva
COPIA DE PROVA
MAT: 0190654

MOD.135-HGV



HOSPITAL GETULIO VARGAS
Av. Frei Serafim, 2352 Centro - Fone: 86 3221-3040
TERESINA - PI CEP: 64000000 CNPJ: 06.553.564/0104-43

Paciente: **LEONARDO ALVES LIMA**
Prontuário: **436560** Atendimento: **850194**
Dt. Nasc.: **12/05/1993** Idade: **25a 7m 11d** Sexo: **M**
Pedido: **125435** Data Pedido: **21 de Dezembro de 2018**
Médico Solicitante: **FABRICIO MOREIRA SERRA E SILVA**
Setor Solicitante: **CL. CIRURGICA II**
Unid. Internação / Leito: **CL. CIRURGICA II / CIRI230**
Convênio: **SUS - INTERNACAO**

Data do Laudo: 21 de Dezembro de 2018

COAGULOGRAMA

Material: Sanguis

Tempo de Sangria.....: 1,40 min.
Método: Duke Normal: 1,0 a 4,0 Minutos

Tempo de Coagulação.....: 8,00 min.
Método: Lee-Write Normal: Até 12 Minutos

Prova do Laço.....: NEGATIVO
Normal: Negativo

RETRAÇÃO DO COAGULO.....: TOTAL


ADAUTO TEODORO AGUIAR NETO
1548

HOSPITAL GETULIO VARGAS
CONFERE COM O ORIGINAL
EM 24/03/19
Edna Maria Andrade Silva
COPIA DE PRONTUÁRIO MAT: 919065





HOSPITAL GETULIO VARGAS
Av. Frei Serafim, 2352 Centro - Fone: 86 3221-3040
TERESINA - PI CEP: 6400000 CNPJ: 06.553.564/0104-43

Paciente: **LEONARDO ALVES LIMA**
Prontuário: **436560** Atendimento: **850194**
Dt. Nasc.: **12/05/1993** Idade: **25a 7m 11d** Sexo: **M**
Pedido: **125435** Data Pedido: **21 de Dezembro de 2018**
Médico Solicitante: **FABRICIO MOREIRA SERRA E SILVA**
Sator Solicitante: **CL.CIRURGICA II**
Unid. Internação / Leito: **CL. CIRURGICA II / CIRI230**
Convênio: **SUS - INTERNACAO**

Data do Laudo: 21 de Dezembro de 2018

HEMOGRAMA COMPLETO

ERITROGRAMA

Valores Encontrados

Hemácias em milhões/ml.....	5,66	4,3 - 5,3
Hemoglobina em g/dl.....	16,00	13,8 - 16,4
Hematócrito em %.....	41,30	40,0 - 50,0
Vol. Glob. Média em u3.....	72,97	87,0 - 101,0
Hem. Glob. Média em uug.....	28,27	31,0 - 33,0
C.H. Glob. Média em %.....	38,74	32,0 - 36,0

OBS: MICROCITOSE DISCRETA

LEUCOGRAMA

Valores Encontrados

Leucócitos por ml.....	8.170	4.000 - 10.000
Promielocitos.....	0,00	0 - 1
Mielocitos.....	0,00	0 - 5
Metamielocitos.....	0,00	0 - 1
Bastões.....	2,00	0 - 5
Segmentados.....	73,00	40 - 80
Eosinófilos.....	1,00	0 - 6
Basófilos.....	0,00	0 - 2
Linfócitos.....	20,00	20 - 40
Monócitos.....	4,00	2 - 10

OBS:

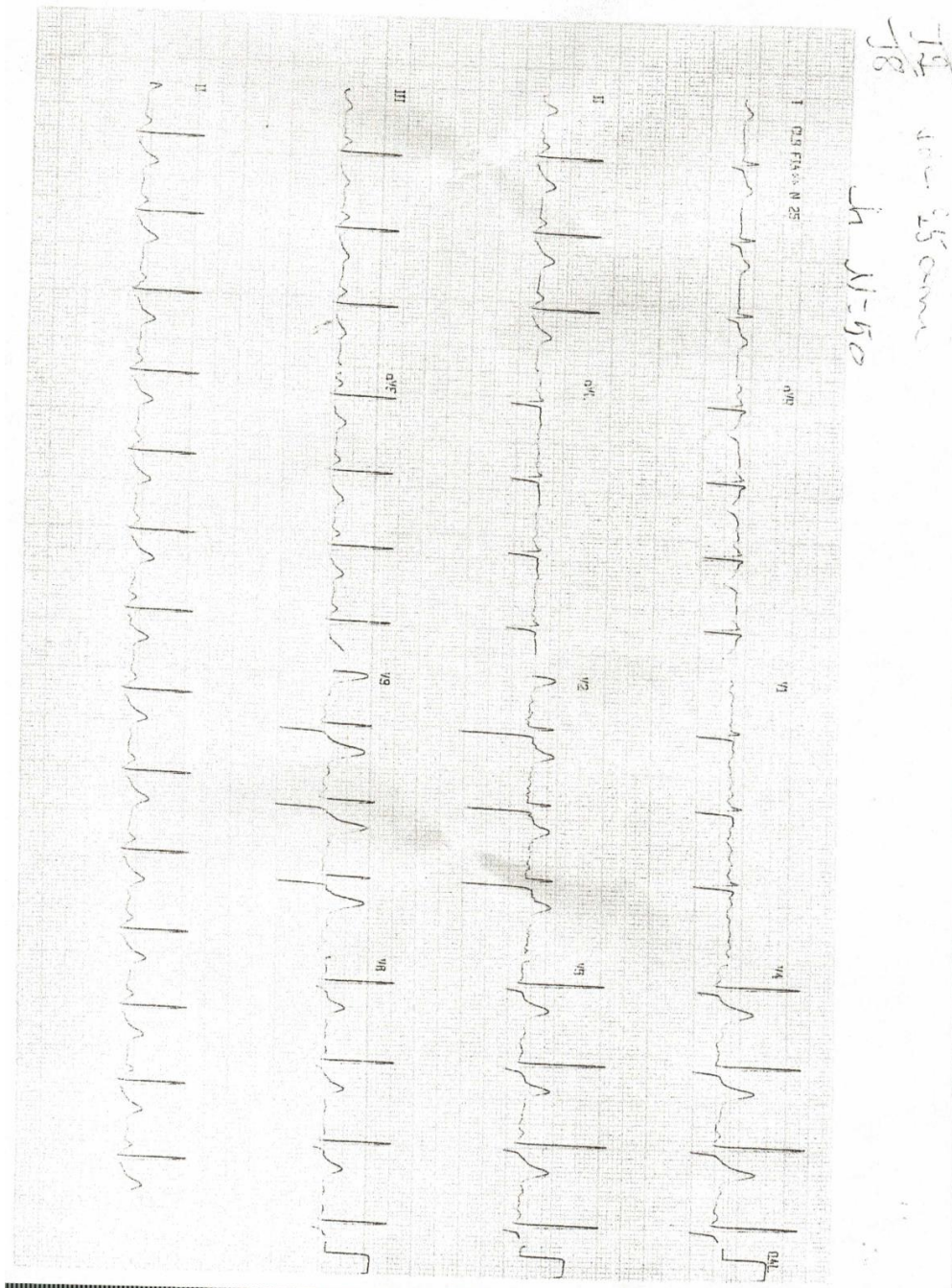
Plaquetas..... 200.000 mm³

OBS:

ADAUTO TEODORO AGUIAR NETO
1548

HOSPITAL GETULIO VARGAS
CONFERE COM O ORIGINAL
EM 14/08/2019
Edna Maria Andrade Silva
CÓPIA DE PRONTUÁRIO MAT: 019865-4





HOSPITAL GETULIO VARGAS
CONFERE COM O ORIGINAL
Edna Maria Andrade Silva
Cópia de prontuário MAT. 019085-4

2. Leandro Alves Lima

DIAGNÓSTICO: _____

PRONTUÁRIO: _____

INTERNAÇÃO: 1 / 1

LEITO: 234-04

PESO: _____

Q.S. / F. RH _____

H R A	SINAIS VITAIS						ENTRADAS						DRENOS					
	T	P	R	PA mmHg	DOH	POC	SAT O ₂	P i	0 i	0 o	NO SHQ	PLASMA		SANGUE	MPG	MED	SF	SG
07	36,3	100		130/70														
08																		
09																		
10																		
11																		
12																		
13																		
14	36	80	90	110/80	0													
SOMA PARCIAL																		
15																		
16																		
17																		
18	36			110/80														
19																		
20																		
21																		
22																		
SOMA PARCIAL																		
23																		
24																		
01																		
02																		
03																		
04																		
05																		
SOMA TOTAL																		

LEGENDA:

1. EVACUAÇÕES: (-) Ausente
(+) Pequena quantidade
(++) Média quantidade
(+++) Grande quantidade

2. MUDANÇA DE DECUBITO:

SADAS:

DD - Decúbito Dorsal
DLD - Decúbito Lateral Direito
DLE - Decúbito Lateral Esquerdo
DV - Decúbito Ventral

3. ESCALA NUMÉRICA DA DOR:

sem dor 0
1
2
3
4
5
6
7
muito dor 8
9
10

MOD. 139 - NGV

[illegible]



HOSPITAL GETÚLIO VARGAS

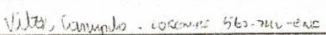
GERÊNCIA DE ENFERMAGEM
CHECK LIST - CIRURGIA SEGURA PARA O PACIENTE NO PRÉ-OPERATÓRIO
(REALIZAR ANTES DO PACIENTE IR PARA O CC)

NOME:	LEONARDO ALVES LIMA	DATA NASC:	12/05/1993	DATA:	22/12/2014
CLÍNICA:	CL. CIRURGICA II-CL230L02	ATEND:	0000850194	PRONT:	0000436560
				HORÁRIO:	6:30

Nº	ITENS A SER CONFERIDO ANTES DE O PACIENTE IR AO CENTRO CIRURGICO	CHECAR
1	CONFERIR A IDENTIFICAÇÃO DO PACIENTE (PULSEIRA - NOME COMPLETO E DATA DO NASCIMENTO)	<input checked="" type="checkbox"/>
2	CONFERIR SE O PACIENTE ENCONTRA-SE COM A MARCAÇÃO CIRURGICA DA LATERALIDADE	<input checked="" type="checkbox"/>
3	CONFIRMAR COM O CENTRO CIRURGICO SE O PACIENTE SERA OPERADO	<input checked="" type="checkbox"/>
4	CONFERIR SE OS TERMOS DE CONSENTIMENTO DA ANESTESIA ESTÃO PREENCHIDOS E ASSINADOS	<input checked="" type="checkbox"/>
5	CONFERIR SE O TERMO DE CONSENTIMENTO DA CIRURGIA ENCONTRA-SE ASSINADO	<input checked="" type="checkbox"/>
6	CONFERIR SE O PACIENTE TOMOU BANHO E ESVAZIOU A BEIXIGA	<input checked="" type="checkbox"/>
7	VERIFICAR A RETIRADA DE ADORNOS, PRÓTESE DENTÁRIA, ESMALTE NAS UNHAS	<input checked="" type="checkbox"/>
	ORIENTAR A RETIRADA DE ROUPA ÍNTIMA	<input checked="" type="checkbox"/>
	PREPARAR O PACIENTE COM A VESTIMENTA APROPRIADA (CAMISOLA, GORRO E PRÓ-PES)	<input checked="" type="checkbox"/>
10	CONFERIR O JEJUM	<input checked="" type="checkbox"/>
11	VERIFICAR SE O PACIENTE TEM ALERGIA E REGISTRAR NO PRONTUARIO	<input checked="" type="checkbox"/>
12	IDENTIFICAR JUNTO AO PACIENTE E PRONTUARIO O PROCEDIMENTO A SER REALIZADO, EXAMES PRE-OPERATÓRIOS E PARECER CARDIOLÓGICO	<input checked="" type="checkbox"/>
13	VERIFICAR E ANOTAR OS SSVV NO PRONTUARIO (INCLUIR DOR)	<input checked="" type="checkbox"/>
14	FAZER O REGISTRO DE ENFERMAGEM DO ENCAMINHAMENTO AO CC NO PRONTUARIO	<input checked="" type="checkbox"/>
15	SOLICITAR O MAQUEIRO PARA O TRANSPORTE E ENCAMINHAR O PACIENTE AO CENTRO CIRURGICO DE MACA OU CADEIRA DE RODAS, ACOMPANHAMENTO PELO TÉCNICO DE ENFERMAGEM OBRIGATORIAMENTE	<input checked="" type="checkbox"/>

OBS: DEVERA SER VERIFICADO E CHECADO TODA ITEM

* A assinatura deve ser feita pelo profissional que preencheu.

 ASSINATURA DA (O) ENFERMEIRO E CARIMBO	ASSINATURA DO TÉCNICO OU AUXILIAR DE ENFERMAGEM E CARIMBO
--	---

HOSPITAL GETÚLIO VARGAS
CONFERE COM O ORIGINAL
EM 14/06/2014
Edna Maria Andrade Silva
COPIA DE PRONTUARIO MAT: 0190654

SOLICITAÇÃO DE ACOMPANHANTE



HOSPITAL GETÚLIO VARGAS

Av. Frei Serafim, 2352 Centro - Fone: 86 3221-3040
Teresina - PI CEP: 64000-000 CNPJ: 06.553.564/0104-43

Atendimento:
850194

Prontuário: 436560 Nome: LEONARDO ALVES LIMA
Endereço: POV MIMOSO 0 ZONA RURAL
Cidade: VALENCA DO PIAUI UF: PI CEP: 64300-000

Sexo: M DT. Nasc: 12/05/1993 Idade: 25 Anos Estado Civil: C Profissão: TRABALHADOR RURAL
Cadastro: 14/12/2018 Telefone: 89 -9993.70116 Cartão SUS: 163570164630007 CPF: 05705849303

Justificativa:

Data	Assinatura
14 / 12 / 18	X Valéria da Conceição Silva
15 / 12 / 18	X Valéria da Conceição Silva
16 / 12 / 18	X Valéria da Conceição Silva
/ /	
/ /	
/ /	
/ /	
/ /	
/ /	
/ /	
/ /	
/ /	
/ /	
/ /	
/ /	
/ /	
/ /	
/ /	
/ /	
/ /	
/ /	

Data: ____/____/____

Ass. Médico Solicitante

Auditor

Data: ____/____/____

Assinatura - CPF





HOSPITAL GETULIO VARGAS
Av. Frei Serafim, 2352 Centro - Fone: 86 3221-3040
TERESINA - PI CEP: 64000000 CNPJ: 06.553.564/0104-43

LAUDO MÉDICO

Paciente: **LEONARDO ALVES LIMA**
Prontuário: **436560**
Dt. **12/05/1993**
Nasc.:

Dados do Atendimento:

Atendimento **850194**
Idade: **25a 8m 13d**
Sexo: **M**

Dados da Solicitação:

Pedido: **132265** Data Pedido: **24/12/2018**
Médico Solicitante: **FABRICIO MOREIRA SERRA E SILVA**
Setor Solicitante: **CL. CIRURGICA II**
Unid. Internação / Leito: **CL. CIRURGICA II / CIRII230**
Convênio: **SUS - INTERNACAO**
Cód. Procedimento: **02.04.01.014-4**

Data do Laudo: **02/01/2019**

RADIOGRAFIA DE SEIOS DA FACE:

RELATÓRIO: O estudo radiológico da face foi realizado nas incidências mento-naso e fronto-naso.

- Controle radiológico pós-operatório de correção cirúrgica da junção frontopzigomática esquerda caracterizada pela presença de placa e de parafusos de reconstrução.

CONCLUSÃO: Exame radiológico de controle pós-operatório.

MANOEL ANTONIO GOMES DE CASTRO
805

HOSPITAL GETULIO VARGAS
CONFERE COM O ORIGINAL





HOSPITAL GETULIO VARGAS
Av. Frei Serafim, 2352 Centro - Fone: 86 3221-3040
TERESINA - PI CEP: 64000000 CNPJ: 06.553.564/0104-43

LAUDO MÉDICO

Dados do Atendimento:

Paciente: **LEONARDO ALVES LIMA**
Prontuário: **436560** Atendimento: **850194**
Dt. **12/05/1993** Idade: **25a 8m 13d** Sexo: **M**
Nasc.:

Dados da Solicitação:

Pedido: **131537** Data Pedido: **17/12/2018**
Médico Solicitante: **FABRICIO MOREIRA SERRA E SILVA**
Setor Solicitante: **CL. CIRURGICA II**
Unid. Internação / Leito: **CL. CIRURGICA II / CIRII230**
Convênio: **SUS - INTERNAÇÃO**
Cód. Procedimento: **02.06.01.004-4** Data do Laudo: **18/12/2018**

TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA DE FACE OU SEIOS DA FACE OU ATM

TÉCNICA DO EXAME: Foram realizados cortes tomográficos submilimétricos da face no plano axial, sem contraste endovenoso.

RELATÓRIO:

- Fraturas em hemiface esquerda, assim localizadas:
 - . Parede lateral e assoalho da órbita;
 - . Terços médio e posterior do arco zigomático;
 - . Paredes do seio maxilar, com fragmentos desalinhados.
- Espessamento mucoso/material hemático no interior do seio maxilar esquerdo.
- Demais cavidades sinusais bem pneumatizadas.
- Complexos óstio-metais pérvios e anatômicos.
- Cornetos nasais anatômicos.
- Leve desvio do septo nasal para a esquerda.

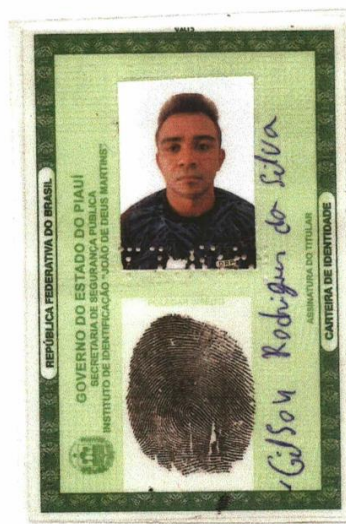
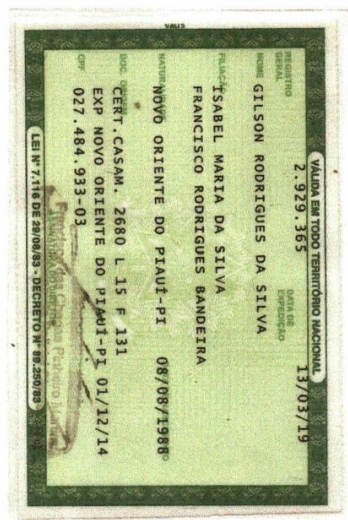
CONCLUSÃO:

- Fraturas no complexo órbita-maxilo-zigomático da hemiface esquerda.
- Espessamento mucoso/material hemático no interior do seio maxilar esquerdo.
- Leve desvio do septo nasal para a esquerda.

RAPHAEL VELOSO NUNES MARTINS
3645

HOSPITAL GETULIO VARGAS
CONFERE COM O ORIGINAL
EM 14/05/2019







Governo do Estado do Piauí
Secretaria de Segurança Pública
Delegacia Geral de Polícia Civil
SisBO - Sistema de Boletim de Ocorrência

1080 v. 1.0

BOLETIM DE OCORRÊNCIA Nº: 199740.000033/2019-16

Unidade de Registro: DP DE PIMENTEIRAS

Resp. pelo Registro: Alexandre Alysson Nogueira Ramos

Data/Hora: 01/04/2019 - 10:07

DADOS DA OCORRÊNCIA

Unidade Policial Responsável
DP DE NOVO ORIENTE DO PIAUÍ
Tipo Local
VIA PÚBLICA
Município
NOVO ORIENTE DO PIAUÍ
Endereço
POVOADO SANTA LUZIA, Nº:
Complemento

Data/Hora
08/12/2018 - 17:30

Bairro
INFORMAR NO COMPLEMENTO

Ponto de Referência

DADOS DOS PERSONAGENS ENVOLVIDOS

Nome: LEONARDO ALVES LIMA
RG: 343714 SSPPI PI
Mãe: MARIA HELENA ALVES LIMA
Pai: MANOEL BARBOSA LIMA
Endereço: POVOADO MIMOSO, Nº S/N
Bairro: OUTROS - ZONA URBANA
Cidade: VALENÇA DO PIAUÍ - CEP: 64300-000
Telefone(s): 89-9937-0116

Tipo Envolv.: VITIMA/Noticiante

NATUREZA(S) DA OCORRÊNCIA

Natureza(s) da Ocorrência
1 - Lesão corporal acidental no trânsito.

VEÍCULO(S) ENVOLVIDO(S)

Marca:	Modelo:	Ano:	Placa:	Chassi:	Renavam:	Cor:
1 - HONDA	CG 150	2012	OEA6016	9C2KC1670CR554974	00477934625	Cinza

Condutor: LEONARDO ALVES LIMA
RG: 343714 Órgão: SSPPI UF RG: PI
End: POVOADO MIMOSO Número: S/N Complemento:
Cidade: VALENÇA DO PIAUÍ UF: PI Bairro: OUTROS - ZONA URBANA
Proprietário: GILSON RODRIGUES DA SILVA
End: ZONA RURAL PEREIRO Número:
Cidade: NOVO ORIENTE DO PIAUÍ UF: Bairro: INFORMAR NO COMPLEMENTO

RELATO DA OCORRÊNCIA

A VITIMA COMPARECEU A ESTÁ DELEGACIA DE POLICIA CIVIL DA CIDADE DE VALENÇA DO PIAUÍ, PARA REGISTRAR A OCORRÊNCIA NO SEGUINTE TEOR: QUE NO DIA E HORA ACIMA MENCIONADO QUE ESTAVA CONDUZINDO A MOTOCICLETA NA ZONA RURAL DO POVOADO SANTA LUZIA, QUANDO VEIO A COLIDIR COM OUTRA MOTO, QUE A VITIMA FOI SOCORRIDO E DEU ENTRADA NO HOSPITAL REGIONAL DE VALENÇA, COMO CONSTA O PROTOCOLO DE ATENDIMENTO, TENDO LESÕES "FRATURA NA FACE". A VITIMA ESTÁ COM TODOS OS DOCUMENTOS DE PROCEDIMENTOS REALIZADOS NO HOSPITAL. ERA O QUE EU TINHA A REGISTRAR.

Alexandre Alysson Nogueira Ramos - Mat: 2868113
AGENTE DE POLÍCIA

Leonardo Alves Lima
LEONARDO ALVES LIMA - Noticiante
Responsável pela Informação





Governo do Estado do Piauí
Secretaria de Segurança Pública
Delegacia Geral de Polícia Civil
SisBO - Sistema de Boletim de Ocorrência

1080 v. 1.0

BOLETIM DE OCORRÊNCIA Nº: 199740.000033/2019-16

Delegado de Polícia

Boletim de Ocorrência emitido em: 01/04/2019 10:07 - SisBO@2011-2019 ATJ

Página 2/2



Assinado eletronicamente por: JULIANA ROCHA PINTO PORTELA NUNES - 28/08/2019 17:56:49
<http://tjpi.pje.jus.br:80/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19082817564617900000005873145>
Número do documento: 19082817564617900000005873145

Num. 6138197 - Pág. 58



RECEITUÁRIO

Nome: Leonardo Alves Lima

Paciente vítima ocidente de trânsito (S.E.K)
dia 08/12/2018; ao exame: traumatismo
crânio grave com fraturas do complexo
Órbita-Zigomático maxilar Esquerdo, e com
coer pelo corpo; sendo submetido à tratamen
to cirúrgico, alta do tratamento dia
27/03/2019; com redução da capacidade
funcional mastigatória de aproximadamente
30%, no momento do exame, associado
a cefaleia e visão esgarçada embocada (S.E.K).

IDEIA (89) 99974.0096

Dr. Helder Antonio M. de Oliveira
Médico
CRM-2640
CPF: 47.264.009-1

Valença do Piauí-PI 08/04/19
Wen AMB
CRM 2640.

Saúde é Vida

(89) 3465.2647

